

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

AISHA SAYURI AGATA DA ROCHA

**FLORESCENDO ENTRE O VISÍVEL E O INVISÍVEL:**  
a presença e participação política das mulheres afro na Argentina

BRASÍLIA  
2023

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA  
AISHA SAYURI AGATA DA ROCHA

FLORESCENDO ENTRE O VISÍVEL E O INVISÍVEL:  
a presença e participação política das mulheres afro na Argentina

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH) como requisito para a obtenção do título de Mestra em Direitos Humanos e Cidadania pelo Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília (CEAM – UnB)

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas, Movimentos Sociais, Diversidade Sexual e de Gênero, Raça e Etnia

Orientadora: Professora Dra. Ana Paula Antunes Martins

BRASÍLIA

2023

**BANCA EXAMINADORA**

Orientadora: Profa Dra Ana Paula Antunes Martins

Externa: Dra. Ana Claudia Jaquetto Pereira

Interna: Profa. Dra. Renata Melo Barbosa Nascimento

Suplente: Prof. Dr. Thiago Gehre Galvão

## AGRADECIMENTOS

Eu não posso seguir sem agradecer e compartilhar essa conquista com quem faz minha rede de afeto e comunidade. Essa pesquisa não é fruto somente do meu trabalho, mas é um resultado coletivo da minha trajetória e ancestralidade, mas também da trajetória e ancestralidade das mulheres afro que decidiram conversar comigo na Argentina e das outras tantas que se cruzaram no nosso passado, presente e futuro.

Sendo assim, começo agradecendo Bruna Stamato, Gladys Flores, Lina Lasso e Julia Cohen pelos encontros, pelas entrevistas e por tudo que decidiram compartilhar comigo. Vocês regaram uma semente muito importante, e eu espero seguir florescendo nossas pontes e conexões, já que acima de tudo vocês inspiraram e fortaleceram minha potência afrofeminista. Vocês me receberam, acolheram e floresceram essa dissertação. Que esse seja somente um começo de tudo que se torna possível coletivamente entre afrolatinoamericanas!

Agradeço também a minha mãe, meu pai e minha irmã que torceram por mim durante todo o trajeto, entre dificuldades e incertezas, entre sonhos e viagens. Não somente hoje, mas em toda a minha trajetória, essas foram as pessoas que me ensinaram e ensinam a ter confiança em mim do meu jeito. Aquilo que hoje brota de mim vem também de tudo que foi plantado durante todos esses anos.

Agradeço também às minhas redes de afeto e cuidado, a quem eu encontrei ao longo do caminho e a quem me ouviu chorar e me incentivou dando a certeza de que iria terminar. São muitos nomes para citar, mas não posso deixar passar: Amanda Tiemi, Barbara Tiemi, Yuri Ifuku, Valéria Damasceno, Bruna Bôa, Manuela Cândido, isis hígino, Samay Gomes, Marina Gonçalves. Ainda que longe de ser uma lista exaustiva, são essas as mulheres que me ouviram, que trocaram comigo, que me incentivaram, que olharam meus textos e compartilharam comigo vários pedaços para que hoje essa dissertação pudesse existir. Que todas as pessoas que me acompanharam possam se sentir representadas através delas, que são amizades para várias horas.

Por fim, agradeço pela minha orientadora e agradeço à minha orientadora. Ana Paula me prometeu uma ética feminista na produção de conhecimento, e nessa experiência encontrei cuidado, acolhimento e respeito que, de fato, transformam a academia desde dentro. Além de uma ética feminista, digo que encontrei uma prática de ética amorosa. Embora não tenha sido fácil, com certeza me senti muito bem acompanhada, cuidada e permitida durante esse processo.

*maria remedios del valle  
negra mulher libertadora  
assim como nós  
história viva  
por eles apagada e esquecida  
por nós reconstruída  
entrelaçada e unida  
refeita em muitas  
por muitas  
para muitas  
vivida em nós  
por nós  
para nós  
reconhecida em outro olhar  
materializada no nosso viver  
no nosso amar  
sentir, existir, ser e aparecer  
madre de la patria  
afroargentina  
afrolatinoamericana  
resistência e cuidado  
amor e luta  
heroína histórica  
pertencente permanece  
amefricana  
atlântica em todas nós  
acolhe nossa diáspora  
através de nós*

A.S

## RESUMO

Essa dissertação aborda a participação das mulheres afro na Argentina, considerando a invisibilidade da população afrodescendente e a visibilidade dos feminismos no país. A partir da pergunta "como as mulheres afro têm se encontrado e construído sua articulação na Argentina?", a pesquisa tem por objetivo compreender como as mulheres afro construíram seus espaços políticos e coletivos próprios a partir de 2016, com o *taller* sobre mulheres afro no Encontro Nacional de Mulheres, em Rosário. Construída principalmente a partir de uma pesquisa de campo, com entrevistas e observação participante, realizada em julho de 2021, além de uma revisão bibliográfica e documental, essa dissertação elabora uma perspectiva feminista afrolatinoamericana sobre as lutas por participação das mulheres afro na Argentina, abordando suas estratégias e principais áreas de atuação. A fim de demonstrar essas lutas como uma forma de realização prática de uma perspectiva crítica de direitos humanos, as mulheres afro – marginalizadas e apagadas da sociedade argentina - são colocadas no centro como as sujeitas principais de um enfrentamento ao sistema moderno/colonial de gênero. Através de seus corpos, mobilizam outras territorialidades e perspectivas, que diretamente buscam lutar por seus direitos humanos ao propor transformações na sociedade argentina e nos projetos de poder. As mulheres afro constroem novos movimentos sociais, que buscam reconhecimento e justiça social, e mobilizam seus corpos-territórios nas ruas por seu direito de aparecer, e participar ativamente para construir outras formas de reconhecimento, memória coletiva, representação e participação da população afrodescendente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Feminismos negros; Mulheres negras; Afrolatinoamericanos; Argentina; AfroArgentinas; Movimentos sociais; Feminismo.

## ABSTRACT

This dissertation investigates the participation of Afro women in Argentina, considering the invisibility of the Afro-descendant population and the visibility of feminisms in the country. Based on the question "how have women of African descent met and built their articulation in Argentina?", the research aims to understand how Afro women have built their own political and collective spaces since 2016, with the *taller* on women of African Descent at the National Women's Encounter in Rosario. Constructed mainly from a field trip, with interviews and participant observation, carried out in July 2021, as well as a bibliographical and documentary review, this dissertation develops on an AfroLatinAmerican feminist perspective on the struggles for participation of women of African descent in Argentina, addressing their strategies and main areas of action. To demonstrate such struggles as a form of practical realisation of a critical human rights perspective, Afro women - marginalised and erased from Argentinian society - are placed at the centre and as the main subjects of a confrontation with the modern/colonial gender system. Through their bodies, they mobilise other territorialities and perspectives, which directly seek to fight for their human rights by proposing transformations in Argentinian society and power projects. Women of African descent are building new social movements, seeking recognition and social justice, and mobilising their bodies-territories in the streets for their right to appear and actively participate in building other forms of recognition, collective memory, representation and participation for the population of African descent

KEY WORDS: Black feminisms; Black women; Afrolatinamerican; Argentina; AfroArgentin; Social movements; Feminism

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - Gráfico da inflação na Argentina em maio de 2023
- Figura 2** - Tabela da população afrodescendente na Argentina em 2010
- Figura 3** - Tabela com a população afrodescendente por origem na Argentina em 2010
- Figura 4** - Retrato de María Remedios del Valle
- Figura 5** - Miriam Gomes representando Maria Remedios del Valle
- Figura 6** - Monumento de Juana Azurduy
- Figura 7** - Retrato de Juana Azurduy em museu
- Figura 8** - Estátua de María Remedios del Valle, em Buenos Aires
- Figura 9** - Mural em homenagem a María Remedios del Valle em Buenos Aires
- Figura 10** - Plaza de Mayo com destaque para os *pañuelos* brancos desenhados no chão
- Figura 11** - Placa em homenagem a Azucena Villaflor
- Figura 12** - Kilombo de Flores
- Figura 13** - Identidade visual do Coletivo Kukily
- Figura 14** – Grafite em San Telmo
- Figura 15** – Casa Mínima



## **LISTA DE TABELAS**

**Tabela 1** - Censo demográfico de abrangência nacional

**Tabela 2** - Censo demográfico da cidade de Buenos Aires (1810-1830)

## SUMÁRIO

<b>1 - INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
1.1 BREVE REFLEXÕES INTRODUTÓRIAS	11
1.2 ALGUNS ESCLARECIMENTOS	19
<b>2 – UM BREVE PASSEIO PELA HISTÓRIA DA ARGENTINA</b>	<b>22</b>
2.1 COLONIALIDADE E UMA PERSPECTIVA CRÍTICA DE DIREITOS HUMANOS: A NECESSIDADE DE CONSIDERAR RAÇA E GÊNERO	22
2.2 "ARGENTINA TAMBIÉN ES AFRO": RECONHECENDO A PARTICIPAÇÃO AFRO NA HISTÓRIA DA ARGENTINA	31
2.3 MARIA REMEDIOS DEL VALLE, A “MADRE DE LA PATRIA”: REFLEXÕES SOBRE MEMÓRIA, RAÇA E JUSTIÇA	47
2.4 DAS “MADRES DE LA PLAZA DEL MAYO”, PASSANDO PELA “MAREA VERDE” ATÉ OS ENCONTROS PLURINACIONAIS DE MULHERES, LÉSBICAS, TRANS, TRAVESTIS, INTERSEXO E NÃO-BINÁRIAS: UM RECORRIDO DO FEMINISMO ARGENTINO.	58
<b>2.4.1 As Madres de la Plaza de Mayo e as lutas por direitos humanos</b>	<b>58</b>
<b>2.4.2: Feminismos argentinos</b>	<b>64</b>
<b>3 - ENTRE O VISÍVEL E O INVISÍVEL: AS MULHERES AFRO NA ARGENTINA</b>	<b>73</b>
3.1 DE ONDE VIERAM: O FLORESCER DE COLETIVOS DE MULHERES NEGRAS NA ARGENTINA - ENTRE DESAFIOS E CONQUISTAS	73
3.2 A LIDERANÇA DAS MULHERES NEGRAS NA LUTA ANTIRRACISTA ARGENTINA E A ATUAÇÃO GUIADA PELA INTERSECCIONALIDADE.	83
3.3 PELO DIREITO DE APARECER: OS CORPOS-TERRITÓRIOS DAS MULHERES NEGRAS LUTAM PELAS RUAS	89
<b>4 - O DESEJO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E AS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS</b>	<b>105</b>
4.1 ATRAVÉS DAS DIFERENÇAS: A COMPLEMENTARIDADE DE ABORDAGENS INCLUSIVE GERACIONAIS	105
<b>4.1.1 Negras (sí) y Marronas: Gladys Flores</b>	<b>107</b>
<b>4.1.2 Tertulia de Mujeres AfrolatinoAmericanas: Bruna Stamato</b>	<b>110</b>
<b>4.1.3 Coletivo Kukily: Julia Cohen e Lina Lasso</b>	<b>113</b>
4.2 POLÍTICA INSTITUCIONAL E RECONHECIMENTO: O PAPEL DO CENSO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	122

4.3 MEMÓRIA E RECONHECIMENTO: A PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE AFROARGENTINA	132
4.4 CULTURA, ARTE E POLÍTICA: MÚLTIPLAS NOVAS FORMAS DO DIREITO DE APARECER	147
<b>5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS: A AMÉRICA LATINA SERÁ TODA FEMINISTA E ANTIRRACISTA?</b>	<b>155</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>161</b>

# 1 - INTRODUÇÃO

## 1.1 Breves reflexões introdutórias

A pesquisa que aqui apresento é fruto de uma inquietude que esteve comigo desde que estive na Argentina a turismo há alguns anos. Fui visitar o país por uma semana, e tomada pelas narrativas de que Buenos Aires era a Paris da América Latina, comecei a me questionar sobre ser uma mulher negra visitando um país de brancos. Conversei com algumas amigas negras, e uma delas me apresentou um outro mundo: na verdade existem sim pessoas negras no país, e inclusive elas estão organizadas em coletivos e têm seus espaços culturais. Daí a frente comecei a acompanhar à distância esses coletivos e buscar mais informações sobre a negritude na Argentina.

Percebi que havia muito mobilizado e protagonizado por mulheres, isso me chamou muito a atenção até porque já conhecia o histórico de movimentos sociais feministas do país. Antes de começar minha trajetória no mestrado, já me dedicava a estudar, conhecer e pesquisar sobre mulheres negras, feminismos e movimentos sociais. A minha formação em Relações Internacionais me convidava a ter um olhar que fosse além da realidade brasileira e isso me motivou a escrever um trabalho de conclusão de curso que explorasse os laços e alianças das mulheres negras através das fronteiras na América Latina. Com esse trabalho, notei tudo que compartilhamos enquanto sujeitas que dividem uma região mesmo que não as mesmas fronteiras nacionais. Mais do que isso, percebi a nossa potência coletiva! A partir do histórico das que vieram antes de mim, para a Conferência de Durban e nos espaços regionais, percebi que um caminho intenso de trocas já estava forjado e que seria de fundamental importância, como parte de uma geração seguinte de ativistas negras, seguir nesse caminho.

Esse conjunto de fatos, afetos e contextos me fez refletir sobre por que sabemos tão pouco sobre as mulheres negras na Argentina. Por que acreditamos nos mitos racistas dos outros países quando lutamos tanto para desconstruir os nossos? Além disso também pensava: por mais que o Brasil tenha uma grande população negra e as mulheres negras brasileiras tenham feito muito pelos direitos da negritude aqui e na região, podemos aprender e ganhar muito com a troca e conversas com as nossas companheiras que estão em outros países e experimentam outros contextos. Sendo assim, antes de tudo, essa pesquisa é um convite para olharmos além de nossa própria experiência, de percebermos aquilo que compartilhamos e o

que podemos aprender umas com as outras para reinventar nossas lutas interseccionalmente, desenvolver novas estratégias e criativamente construir outros futuros possíveis.

Nessa pesquisa busco tratar da participação e articulação de mulheres negras na Argentina a partir de um olhar crítico de direitos humanos, centrado nas ativistas e nos coletivos que surgiram no país a partir de 2016. Espero traçar um panorama das estratégias que as mulheres afro na Argentina encontraram, coletivamente, para florescer e buscar participar publicamente nos rumos da sociedade argentina. A partir da invisibilidade da comunidade afro na Argentina e da visibilidade dos movimentos feministas no país, meu problema de pesquisa gira em torno de entender as mulheres negras enquanto sujeitas que concentram o invisível e o visível em sua ação e busca por participação na Argentina, especificamente a partir de 2016. Atuando e se construindo, dessa forma, a partir de uma perspectiva própria que busca transformar profundamente as bases sexistas, racistas e coloniais da sociedade argentina, podendo ser encaradas como uma prática crítica de direitos humanos.

A pergunta que busco explorar é: “Como as mulheres negras têm se encontrado e construído sua articulação na Argentina?”. Para isso, realizei coleta de dados através de pesquisa de campo em Buenos Aires, em julho de 2022, me valendo da observação participante e de entrevistas semi-estruturadas.

Minha pesquisa é feita com uma abordagem qualitativa de inspiração etnográfica com pesquisa de campo registrado em diário de campo. Dessa forma, foram três as técnicas principais: análise bibliográfica, entrevistas e observação direta participante em campo. A análise bibliográfica permite aprofundamento teórico para fazer as análises das informações coletadas na pesquisa de campo, as entrevistas me permitiram contato direto com as sujeitas que estudo, permitindo uma troca entre eu – pesquisadora e ativista – e elas, e a observação direta participante viabilizou a identificação de elementos não-verbais e minha própria experiência como uma mulher negra na Argentina.

A pesquisa de campo se deu Buenos Aires, entre os dias 16 de julho e 01 de agosto de 2021, a fim de ter o dia 25 de julho como o centro da visita. 25 de julho é o Dia Internacional da Mulher Negra, Afrolatinoamericana e Caribenha, sendo então uma importante data para acompanhar os movimentos de mulheres negras na América Latina.

As entrevistas foram conduzidas na Argentina durante esse período, de forma semi-estruturada, guiada por um roteiro de perguntas previamente elaborado, porém contando com a flexibilidade das entrevistas semiestruturadas. Os questionamentos se centraram nas experiências individuais e coletivas das mulheres afro entrevistadas e seus coletivos. As

perguntas foram formuladas de forma a permitir máximo potencial de reflexão livre e compartilhamento de informações por parte da pessoa entrevistada.

Optei por poucas entrevistas para prezar pelo aprofundamento dado o limitado tempo disponível para a pesquisa de campo e os objetivos da investigação. Foram feitas três entrevistas, uma com cada um dos coletivos chave de mulheres negras previamente identificados: *Tertulia de Mujeres Afrolatinoamericanas (TeMA)*, *Kukily Colectivo* e *Negras (sí) y Marronas*. Por *TeMA*, foi entrevistada a ativista afro-brasileira Bruna Stamato; pelas *Negras (sí) y Marronas*, foi entrevistada a ativista afro-argentina Gladys Flores; e pelo *Kukily Colectivo*, foram entrevistadas as ativistas afrolatinoamericanas Lina Lasso e Julia Cohen. Comento que as integrantes do *Kukily* explicitamente pediram por uma entrevista conjunta já que estavam falando do coletivo e é dessa forma que preferem atuar. Cada entrevista foi realizada no lugar de preferência das entrevistadas. Gladys Flores me chamou para sua casa, assim como Bruna Stamato. Encontrei com Lina e Julia em um café em Buenos Aires. Todas as conversas foram gravadas mediante autorização de todas as entrevistadas.

Esses três grupos podem não ser exaustivos, mas são característicos da mobilização de mulheres afro na Argentina. Todos possuem integrantes de grande visibilidade na Argentina, conforme pude constatar através de matérias do próprio governo argentino. Eles surgem no contexto de 2016, estando entre os primeiros criados e articulados por mulheres negras na Argentina, o que obedece e informa as delimitações do problema de pesquisa. Sendo assim, estão na vanguarda desse processo de florescimento que busco compreender melhor aqui.

Reforço que essas escolhas também foram informadas pelo contato prévio que fiz com ativistas desses três movimentos. Utilizando métodos exploratórios (QUIVY; CAMPEHOUNDT, 1998), busquei fazer entrevistas preliminares com as sujeitas que protagonizam o problema de pesquisa que decidi estudar para descobrir e confirmar elementos importantes que deveriam ser levados em conta ao fazer as escolhas metodológicas e na condução da investigação. Desde essa fase exploratória busquei confirmar os achados teóricos nas falas e relatos das mulheres negras ativistas na Argentina. Essas entrevistas foram um espaço para ouvir histórias, mapear contatos e começar a construir relações com os coletivos que depois fui visitar e conhecer. Essas conversas se centraram em perguntas sobre a história de surgimento dos três coletivos e como cada um atuava. Todas foram gravadas, e o principal foco era ouvir o que todas essas ativistas tinham a dizer em um primeiro momento.

Além das entrevistas, a pesquisa de campo também permitiu a utilização da observação direta participante em campo como método complementar para a coleta de dados relevantes para essa pesquisa. A observação foi visual, mas também participante. A proposta foi

diretamente participar de atividades comemorativas referentes ao Dia da Mulher Afrolatinoamericana, Afrocaribenha e da Diáspora (25 de julho). Porém foi uma surpresa não encontrar tantas atividades e manifestações em espaços públicos como imaginei que poderia ser pela tradição argentina de movimentos sociais.

Contudo foi possível participar de algumas atividades e identificar a realização de outras. O registro dessa observação se deu através de um diário de viagem, complementado por áudios que gravei quando não foi oportuno escrever, além de vídeos e fotos que tirei durante a pesquisa. Como não houveram tantas atividades como imaginava, aproveitei para explorar outras formas de coletar os dados relevantes através da observação direta participante: caminhei por espaços da cidade e percebi as reações das pessoas a minha presença (visualmente uma mulher negra), participei de um tour feminista pelo bairro de Puerto Madero em Buenos Aires, participei de um tour sobre história afroargentina pelo bairro de San Telmo em Buenos Aires e fui convidada a fazer uma participação em um programa de rádio de uma das entrevistadas.

A partir dessas escolhas metodológicas busco aliar teoria e prática, fazendo jus à tradição feminista na América Latina, inclusive de feministas negras. Ou seja, irei analisar tanto aquilo que coletei pela produção de conhecimento escrita, quanto o conhecimento gerado através da experiência que me foi passada pela oralidade e pela experiência pessoal, que é de certa forma, compartilhada.

A experiência argentina se dá em um cenário bem diferente do brasileiro. E acredito que esse movimento de conhecer e reconhecer as demais realidades latino-americanas tem o potencial de nos impulsionar a repensar criativamente os caminhos para enfrentar os desafios que temos à frente ao propor mudanças radicais em nossa sociedade, especialmente na promoção de direitos humanos, como já mencionei brevemente. Existe muito a se aprender ao ir atrás de outras realidades e referenciais, para renovar como se encara a própria realidade e como se busca transformá-la.

Em meu marco teórico me apoio em referenciais do feminismo latino-americano, especialmente autoras afrolatinoamericanas como Ochy Curiel, Lélia Gonzalez e Cida Bento, mas também trago outras teóricas feministas latinoamericanas como Verônica Gago e Sonia Alvarez, mas também feministas negras como bell hooks e Patricia Hill Collins. Além disso também me aproprio das teorias dos novos movimentos sociais, com autoras como Maria da Gloria Gohn, Angela Alonso e Judith Butler. Ademais, trabalho com a perspectiva crítica de direitos humanos de Herrera Flores, e as reflexões sobre a colonialidade principalmente de María Lugones e Oyeronké Oyewumi. Por fim, também perpassa meu trabalho pensadores e

pensadoras negras como Beatriz Nascimento, Abdias Nascimento, Mestre Antônio Bispo, entre outros.

Muitas vezes os movimentos focados em gênero e raça são rotulados somente como lutas identitárias. Porém a minha visão e o que trago nessa pesquisa é que esses movimentos lidam com problemas de direitos humanos complexos e estruturais. Sendo assim, lutam não só por identidade e reconhecimento, mas também por redistribuição econômica e política. Assim como Bauman (2001; 2005), considero que é relevante analisar esses movimentos sociais através da ótica da justiça social. Dessa forma é possível ir além de identidade e reconhecimento, e traçar um cenário mais amplo de direitos humanos e democracia.

Nesse sentido, vejo que os coletivos e as experiências que serão tratadas nessa pesquisa se relacionam com as teorias que abordam os novos movimentos sociais. De acordo com Maria da Gloria Gohn (2014), o que marca os novos movimentos sociais eram as novas ações que traziam novos sujeitos e temáticas que antes não eram discutidos ou abordados publicamente, o que inclui os direitos humanos e a participação das mulheres negras e da comunidade afro na Argentina. Não há como negar que a reivindicação de reconhecimento de grupos frequentemente invisibilizados e excluídos, como é o caso de mulheres e da população negra, mudou as formas de articulação e as experiências dos movimentos sociais pelo mundo. A partir da narrativa e demandas desses novos movimentos foi possível reconhecer outras estruturas que tinham papel central na manutenção de um sistema de opressões e desigualdades, para além da classe. Maria da Gloria Gohn (2014) destaca que esses novos movimentos sociais trazem novos significados e formas de vida. Pensando na luta por direitos humanos na América Latina, isso também significa combater a colonialidade, em sua dimensão de gênero e raça.

Esses movimentos evocam um novo paradigma social. Provocam que o corpo das pessoas podem ser produtores de conhecimento, com novos projetos de vida e de sociedade, em um contexto de globalização e da formação de redes transnacionais, a partir de sujeitos coletivos que ressignificam a ideia de território (GOHN, 2014). Como veremos no decorrer da pesquisa, esses elementos estão presentes nas mobilizações e no florescer dos coletivos de mulheres afro na Argentina. Os corpos inaugurando novas formas de constituir territórios e territorialidade, além de também propor outros projetos de sociedade a partir de sua presença e mobilização coletiva, inclusive através das fronteiras da América Latina.

Segundo Angela Alonso (2009), os novos movimentos sociais focam na democratização das estruturas e na afirmação das identidades. Também veremos como a formação e reafirmação positiva das identidades das mulheres afro é central para conformar



os seus espaços políticos na Argentina. Contudo, vale ressaltar que sempre houve alguma identidade presente na ação dos movimentos sociais: o sujeito considerado universal – o homem cis hétero e branco. Ou seja, não é que agora os movimentos são centrados na identidade, mas que parece que enfim se reconheceu que a identidade tem um papel a cumprir. Dessa forma, foram inauguradas novas formas de se associar e agir, que levam em conta essa nova dimensão. Contudo não quer dizer que ela seja sempre o foco primordial uma vez que as lutas por redistribuição, participação política e transformação social seguem sendo fundamentais, porém agora construídas ao redor de um outro olhar, que é informado também pela identidade. Esse é um lugar do qual não se escapa totalmente e que é relevante para a elaboração de ações coletivas que visem emancipação, defesa de direitos humanos e mudanças estruturais nas sociedades.

Uma vez que o foco dessa pesquisa é na articulação construída por mulheres negras feministas, a interseccionalidade será um conceito-chave, sendo compreendido não só como uma estrutura analítica, mas também como a prática política da mobilização de mulheres negras em suas comunidades, em seus países ou através das fronteiras. Temos experimentado muitas mudanças no mundo nos últimos séculos, entre elas a globalização. Essa nova transformação mundial ao mesmo tempo que facilitou a expansão de um modelo capitalista e neoliberal de organização social internacionalmente, também permitiu que movimentos sociais criassem pontes para fortalecer trocas e ações entre os mais diferentes lugares (PICANÇO, 2018). A globalização tem esse duplo caráter, de se mostrar como ferramenta de reforço do neoliberalismo mas também de potencialização do alcance e aliança de movimentos sociais. Essa é uma característica que pretendo pincelar nesse trabalho já que não é um debate do qual podemos fugir ao falar de movimentos e desafios que cruzam fronteiras. Mas enfatizo a transgressão dos limites nacionais que possibilitaram a construção de mobilizações feministas, feministas negras e antirracistas de forma transnacional. São novas pontes que emergem nessa complexidade.

Existe um contexto muito diverso na América Latina, os países têm elementos em comum, mas também muitas diferenças (WALKER, 2018). Mesmo que haja peculiaridades e especificidades na história e trajetória de cada país da América Latina, temos muitos elementos em comum. Nossas proximidades históricas e culturais possibilitam a construção de laços relevantes entre as sociedades dos diversos países, uma vez que nossos desafios também podem ser similares em diversos casos, mas é preciso que nossas ações nos direcionem por esses caminhos. Por exemplo, existe uma presença importante de mulheres afro de outros países, inclusive brasileiras, entre os coletivos de mulheres negras na

Argentina. Além de existirem espaços muito relevantes de encontro e troca regionalmente entre as mulheres afrolatinoamericanas, como a Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribenhas e da Diáspora – RMAAD (REIS, 2011). Minha pesquisa faz o esforço de conhecer melhor os coletivos de mulheres negras na Argentina e, assim, contribuir para fortalecer nossas potenciais conexões.

Argentina foi uma nação que se construiu fortemente ao redor do apagamento das contribuições negras e indígenas. Essa é uma característica sintomática da formação de vários Estados nacionais na América Latina (WALKER, 2018), além também do patriarcado e apagamento do protagonismo de mulheres. Estratégias parecidas foram empregadas a fim de concretizar esse projeto excludente de Estado nos vários países latino-americanos: mestiçagem, democracia racial e políticas de embranquecimento são alguns dos exemplos mais evidentes (WALKER, 2018). Essas mudanças políticas fundamentais, resultados de um processo de imposição e colonização, contribuíram não só para a exclusão de pessoas afrodescendentes e indígenas dos espaços de decisão e cidadania, como também tirou o poder e protagonismo político das mulheres (LUGONES, 2020).

É por isso que afirmo que os apagamentos também não se dão sem resistências. Os movimentos feministas e os antirracistas são importantes forças nesse sentido. Na América Latina, a Argentina é reconhecida pela força e visibilidade das feministas. As lutas pelos direitos das mulheres têm muita visibilidade nacional e regional, como já mencionei. Sua história é bem documentada e muitas vezes o feminismo argentino é visto como exemplo e exerce influência no restante da América Latina. Podemos perceber isso no movimento “Ni Una Menos” que se inicia no país, bem como a chamada “Marea Verde” (BOUZO, 2020). Porém, como já mencionei, o debate sobre raça não recebe a mesma atenção. Embora a presença das mulheres negras não seja nova, muito menos sua atuação política (MOLINA; LÓPEZ, 2018), foi só nos últimos anos que as mulheres afro se encontraram e se fortaleceram coletivamente na Argentina para construir espaços próprios e autocentrados de organização coletiva, ganhando mais reconhecimento e visibilidade ao longo do tempo. O pontapé inicial foi dado em 2016, quando a primeira oficina sobre mulheres afro pode ser viabilizada nos ENMs.

As mudanças não vieram somente no espaço de luta feminista e de mulheres. A própria Argentina passou por mudanças significativas em sua organização política, econômica e social nos últimos anos. Em 2013, durante o governo de Cristina Kirchner, foi sancionada a Lei 26.852 que instituiu o Dia Nacional das/os afroargentinas/os e da Cultura Afro. Depois disso, em 2016 foi feita a oficina acima mencionada que também falou sobre lésbicas, trans e

não binárias. Em 2019, com as eleições, foi retomado um governo mais próximo ao campo da esquerda e do campo progressista com o presidente Alberto Fernandez. Essa administração tem enfrentado uma série de crises, o que impacta o cenário em que se articulam os movimentos sociais no país, mas também garantiu avanços, por exemplo com a legalização do aborto ao final de 2020, depois de uma primeira votação que não passou no Senado argentino em 2018. É importante salientar que o primeiro debate parlamentar para a legalização do aborto na Argentina foi feito em meio ao governo Macri, notadamente conservador e contrário a esse projeto.

Uma discussão como essa nunca foi possível sob o governo Kirchner, que mesmo possuindo uma orientação política mais progressista não colocava o debate na pauta pública pois era contrária ao processo. Ou seja, transformações e mobilizações foram gestadas e avançaram mesmo em meio a problemas econômicos e governos conservadores; e nem sempre governos de esquerda significaram uma janela de oportunidade para avanços. Atualmente, as questões econômicas permanecem, tendo agravado inclusive devido a pandemia de COVID-19, as recentes investigações de corrupção em relação a vice-presidente Cristina Kirchner, o atentado contra sua vida e as disputas internas entre ela e o presidente Alberto Fernandez. Em poucos anos, muita coisa se transformou no tecido social argentino, essas mudanças foram permeadas e potencializadas por intensas mobilizações sociais populares, inclusive de mulheres afro, em contextos políticos diferentes.

Porém ainda assim, essas sujeitas ainda convivem com declarações de altas autoridades como o presidente Fernandez afirmando que os argentinos vieram dos barcos, ou seja, é uma população formada por migrantes europeus. Com isso ele repete, uma vez mais, a ideia de que a Argentina é um pedaço da Europa na América Latina, apagando as contribuições e a participação de povos indígenas e afrodescendentes para a formação do país, mesmo nos dias de hoje. E é sobre o que elas estão fazendo nos dias de hoje para enfrentar esse contexto que eu vou focar daqui pra frente.

## **1.2 Alguns esclarecimentos**

Agora queria apresentar a estrutura desse trabalho, mas antes é necessário fazer uma importante observação. por ser uma pesquisadora brasileira, em muitos momentos irei usar o termo “mulheres negras”, porque aqui é esse o termo comumente empregado para as mulheres afrodescendentes. Mas também tratarei de usar “mulheres afro”, já que em muitas partes da

América Latina, inclusive a Argentina, a palavra negra não foi tão ressignificada positivamente como no Brasil. Desde a Conferência das Américas, o encontro preparatório da América do Sul para a Conferência de Durban de 2001, foi acordado que o termo “afrodescendente” seria o melhor a ser usado para contemplar as populações negras da região (SILVA; PEREIRA, 2013). Sendo assim, o prefixo “afro” tem um papel importante em designar as populações negras por toda a América Latina.

Justifico também que não usarei tanto “afroargentinas” pois há uma disputa ao redor dessa identidade no país. Os coletivos de mulheres negras da Argentina têm contribuições de ativistas migrantes de outros países da América Latina e de Cabo Verde, logo há esse embate entre migrantes e seus descendentes, e quem já vive no país há mais gerações. Dito isso, usarei “mulheres negras” e “mulheres afro”, a fim de abarcar essa diversidade, e combinar o lugar de onde falo, com o debate regional e as discussões internas. Contudo vale pontuar que a todo momento em que falo em mulheres afro na Argentina ou população afro na Argentina não se deve entender essa construção como colocar a negritude somente como passageira no país. Não estou destituindo a afroargentinidadade de seu lugar integral e pertencente, pelo contrário, enfatizo durante todo esse trabalho que não são somente pessoas negras existindo na Argentina, mas comunidades negras que fazem a Argentina, inclusive historicamente.

Voltando a estrutura do trabalho, nessa introdução tratei de elementos metodológicos e teóricos dessa pesquisa. Em seguida, no início do capítulo 1, trarei uma discussão sobre a importância de se considerar gênero e raça ao construirmos uma perspectiva crítica de direitos humanos que seja também um questionamento à colonialidade. Isso é muito importante para definirmos um ponto de partida comum seguindo em frente. Quero compartilhar uma parte da base teórica da qual parto para entender o que são lutas de direitos humanos, a centralidade de gênero e raça nessas lutas e especialmente como isso é muito importante para redefinir as bases excludentes e discriminatórias das sociedades em que vivemos. Tudo isso é central considerando que o foco dessa pesquisa e dessa produção de conhecimento são as mulheres negras, sujeitas que se constroem no cruzamento entre gênero e raça, mas principalmente suas articulações e estratégias para participar e, dessa forma, transformar radicalmente as bases excludentes e discriminatórias da sociedade argentina.

Ainda no primeiro capítulo, farei um breve passeio pela história da Argentina. Esse capítulo também cria um ponto de partida comum referente ao histórico do país. Nesse momento, já foco no que a história argentina nos conta – ou deixa de contar – sobre suas populações afro e as contribuições que tiveram para o país, enfrentando assim os mitos de uma Argentina somente da branquitude. Para isso, além de reconhecer a participação afro na

construção do país e de elementos chave da sua identidade nacional, também trago uma figura histórica que desponta como referência para as lutas de direitos humanos da população afro no país: Maria Remedios del Valle.

Ela, inclusive, foi uma mulher negra, e são as mulheres negras que reconstruem e remontam sua história no país. Não só como um enfrentamento ao racismo, mas também como uma forma de visibilizar o protagonismo e centralidade das mulheres afro nas lutas. E para encerrar esse primeiro capítulo, sigo focando no protagonismo das mulheres em lutas, e apresento um breve histórico dos feminismos e movimentos de mulheres no país com uma forte vinculação a lutas por democracia, justiça social e direitos humanos. Mas ainda assim, permanecia a lacuna de debates raciais amplos, mesmo com a insistência e resistência das mulheres afro.

Isso nos leva ao segundo capítulo, em que trato mais especificamente dos significados e enfrentamentos que as mulheres afro construíram e constroem por entre a sociedade argentina e os movimentos sociais. Nesse ponto, abordo primeiramente os desafios que o contexto argentino que discutimos no capítulo 1 apresenta para as mulheres negras, e também os caminhos que seguiram para ter conquistas mesmo frente a esses desafios significativos. Ou seja, aqui abordamos tanto os estereótipos negativos que são colocados em relação aos corpos dessas mulheres, como estrangeiras e hipersexualizadas, mas também a potência que demonstram ao construir suas mobilizações e encontros, especialmente através da chave da interseccionalidade.

Em seguida, para finalizar o capítulo, trago alguns dos sentidos desses espaços conquistados pelas mulheres negras. E mais que isso, também abordo o impacto e a construção dos significados ao redor de sua presença, de seus corpos-territórios, de seus encontros e de suas lutas nos espaços públicos para provocar mudanças políticas estruturais e complexas. Nesse momento, um dos pontos centrais é tentar demonstrar como a pura existência coletiva das mulheres afro tem um forte apelo político e é uma demarcação muito importante de um outro projeto de sociedade, que desafia fortemente como a Argentina se apresenta hoje.

Iniciamos o terceiro capítulo, apresentando os três coletivos que entrevistei durante a fase da pesquisa de campo, e suas abordagens. Nessa parte o que vocês podem esperar é uma primeira visão sobre as estratégias que as mulheres afro escolheram desenvolver nos seus espaços coletivos próprios. Ou seja, como constroem sua busca por participar na sociedade argentina através das mais diversas áreas e gerações, com abordagens que diferem, mas são complementares, demonstrando como podemos nos fortalecer inclusive a partir de nossas

diferenças. Também no terceiro capítulo trarei, com um pouco mais de profundidade, como as diferentes estratégias mobilizadas por cada um dos coletivos evocam uma forma diferente de demandar participação na sociedade argentina.

Essas reflexões abarcam a busca por participar através da política institucional e da batalha pela visibilidade estatística nos censos e nas políticas públicas, a luta que as mulheres afro constroem para estarem presentes na memória e nos espaços públicos da Argentina, e algo que considero muito potente que é a mobilização fundamentalmente política da cultura e da arte como ferramenta criativa para, coletivamente, refundar as bases que construímos nossas relações sociais e nossas sociedades, a fim de uma perspectiva baseada em amor e cuidado.

Por fim, nas considerações finais apresento reflexões sobre como fazemos para construir uma América Latina toda feminista e antirracista? E nesse ponto, meu argumento central é que nossas alianças e compartilhamentos, como ativistas feministas afrolatinoamericanas, nos dão caminhos possíveis para realizar o desejo de transformar radicalmente as bases racistas e sexistas das nossas sociedades, que vem desde a colonialidade. As mulheres afrolatinoamericanas tem um histórico muito potente de mobilização política, e mesmo nos países, como a Argentina, em que são minoria numérica, desenvolvem estratégias múltiplas, coletivas e criativas para seguir em luta por seu reconhecimento e participação, fortalecendo o desejo de mudanças transformadoras. Essa minha pesquisa foi um pequeno exemplo dos caminhos profundamente possíveis e potentes que temos e podemos ter.

## **2 – UM BREVE PASSEIO PELA HISTÓRIA DA ARGENTINA**

O objetivo desse capítulo é estabelecer um ponto de partida comum sobre a história da Argentina e, especialmente, as lutas por direitos humanos no país - especialmente com a liderança de mulheres. Contudo, antes também é importante trazer uma reflexão mais ampla que considere a colonialidade como elemento central para a realização de uma perspectiva crítica de direitos humanos em qualquer país da América Latina. Isso quer dizer que antes de trazer o breve recorrido histórico, gostaria de deixar evidente que raça e gênero são centrais para todos os debates construídos no decorrer da presente dissertação.

Depois de abordar a relevância de gênero e raça para entender os direitos humanos como luta na Argentina - e na América Latina, abordarei alguns elementos históricos da presença afro na Argentina. Vou fazer um rápido percurso que começa na história colonial do país e o papel que as pessoas negras escravizadas tiveram, em seguida destaco uma figura central para o processo de independência argentino que ilustra bem a participação afrodescendente da Argentina com a liderança de mulheres, e por fim venho para a história mais recente e comentarei sobre o caminhar histórico dos feminismos na Argentina até o reconhecimento da discussão sobre raça, sexualidade e identidade de gênero.

Selecionei especificamente essas informações históricas para enfatizar o reconhecimento e o destaque para a participação e a contribuição das pessoas negras e das mulheres na construção da Argentina como conhecemos, especialmente das mulheres negras. Ou seja, quero começar com essa provocação, que também foi o que me motivou a fazer essa pesquisa, reivindicando a memória afro da América Latina com o olhar e a perspectiva das mulheres afrolatinoamericanas. Esse primeiro momento serve para eu compartilhar elementos significativos do contexto por trás do florescer dos coletivos de mulheres afro na Argentina. É importante para entendermos os sentidos políticos dos corpos de mulheres afro e suas coletividades em um país que convive com uma viva história de luta por direitos humanos e feminismo, mas um sério apagamento e falta de debate amplo sobre raça e racismo.

### **2.1 Colonialidade e uma perspectiva crítica de direitos humanos: a necessidade de considerar raça e gênero**

Antes de seguirmos com a discussão é essencial esclarecer a concepção de direitos humanos sob a qual me baseio. Nessa dissertação, trato dos direitos humanos a partir de uma

visão crítica e emancipadora, para isso combino elementos da reinvenção dos direitos humanos, teorizada por Joaquín Herrera Flores (2008), e da concepção intercultural de direitos humanos de Boaventura de Sousa Santos (2006). Sendo assim, trago a compreensão dos direitos humanos como processo dinâmicos de luta. Não são só a letra fria das formalidades de conferências, tratados ou declarações internacionais, mas uma perspectiva centrada na prática dos direitos humanos enquanto enfrentamento de uma ordem desigual.

Enquanto a compreensão crítica dos direitos humanos os enxerga enquanto processos de luta para ter acesso a bens necessários para viver; uma compreensão mais tradicional foca em um universalismo acrítico que põe esses direitos como algo que temos só por existirmos, ou seja, o direito a ter direitos (FLORES, 2008). É óbvio que essa concepção, assim como a dimensão formal dos direitos humanos, tem sua contribuição: é importante que saibamos que temos direitos mínimos resguardados em documentos internacionais que podem, e devem ser reivindicados. Mas não podemos pensar que o direito a ter direitos é suficiente para que isso seja uma realidade.

Por exemplo, foros internacionais têm debatido a questão de direitos sexuais e reprodutivos desde 1994, com a Conferência do Cairo. No ano seguinte, em 1995, com a Conferência de Beijing, um novo passo foi dado ao reafirmar os direitos das mulheres como direitos humanos, configurando um marco na percepção internacional da mulher enquanto cidadã e sujeita de direitos. Marco esse que se inicia, de fato, com a Conferência de Viena em 1993. Depois, em 2001, a Conferência de Durban resultou em um documento final que tratou explicitamente da discriminação múltipla enfrentada por mulheres negras e indígenas, inclusive no que se refere ao direito à saúde reprodutiva. Em 2003, com o Consenso de Montevideu, outro pequeno avanço foi conquistado, incluindo a dimensão da saúde sexual além da reprodutiva, o que possibilitou ampliar os debates internacionais sobre sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero. Todas essas discussões estavam refletidas nas Declarações e Programas de Ações dos respectivos foros, mas isso não significa que se tornaram uma realidade. Até para que esses debates fossem feitos e refletidos nos documentos finais foi essencial a pressão e participação de movimentos sociais, assim como sua própria produção de conhecimento para embasar a atuação.

Os direitos humanos não podem ser tratados como elementos autoevidentes e efetivos a partir de sua declaração ou reconhecimento. Mesmo com os marcos singulares acima citados, os desafios ainda são muitos e profundos. Sendo assim, é preciso um processo de luta e reivindicação por dignidade, pelo acesso a um mínimo de bens e serviços que garantam um bem-estar para transformar o formal em real. As teorias tradicionais, em maioria, tratam os



direitos humanos de forma muito abstrata, de forma que sua definição pode se tornar vazia de sentido e realidade prática (FLORES, 2008)<sup>5</sup>. Por isso, a definição crítica busca não depender exclusivamente de declarações, mas se propõe aberta à pluralidade e diversidade cultural de lutas por dignidade em várias sociedades, de acordo com seus sistemas de valores locais.

Isso evoca a complexidade cultural dos direitos humanos, que questiona como é possível conciliar os elementos ideológicos universais dos direitos humanos com as premissas culturais locais (FLORES, 2008). Nesse sentido, é muito útil trazer a concepção intercultural dos direitos humanos teorizada por Boaventura de Sousa Santos (2006). Existe um mínimo ético que precisa ser gerenciado no diálogo entre as várias cosmopercepções. A transformação intercultural (SANTOS, 2006) pode ser um meio de colocar isso em prática.

Para Boaventura de Sousa Santos (2006), o reconhecimento da incompletude cultural é um passo importante para um processo de transformação intercultural. A noção de que nossas culturas são incompletas traz consigo uma possibilidade muito potente: a de diálogo sem que haja necessariamente uma hierarquia de poder (SANTOS, 2006). Se todo mundo tem algo a contribuir e algo a acrescentar, a construção cultural passa a ser coletiva, e a possibilidade de transformação se dá através de trocas participativas e recíprocas. É difícil conceber essas relações sem hierarquias em sociedades que foram forjadas no colonialismo, mas ainda assim a interculturalidade pode ser um ideal a ser perseguido para uma proposta contrahegemônica e crítica dos direitos humanos.

Nessa pesquisa quero trazer os espaços de mulheres negras na Argentina como movimentos e ações coletivas que poderiam ser percebidas como esse caminho em direção a uma proposta contra hegemônica e crítica dos direitos humanos. Os movimentos de mulheres negras na Argentina têm uma característica interessante, que além de contar com a própria população afro do país, também é formado por mulheres negras imigrantes da América Latina e do continente africano. Os seus espaços políticos foram então construídos a partir de uma construção cultural coletiva, com trocas participativas entre sujeitas procurando transformar aquela realidade e as hierarquias de poder que as acompanham, principalmente na luta por acesso tanto a participação no debate público e na sociedade quanto nos espaços políticos institucionais, que caracterizam uma busca multidimensional por assegurar seus direitos humanos.

Sendo assim, podemos refletir que a proposta de Boaventura é fortalecida quando pensamos nas trocas e diálogos interculturais partindo do chamado Sul Global, daquelas comunidades excluídas que não tem espaço na hegemonia. E talvez um lugar mais potente ainda, sejam as alianças e trocas estabelecidas **entre** as comunidades do Sul Global. As pontes

entre grupos que lutam por direitos humanos, democracia, emancipação e participação na América Latina podem gerar novas premissas e práticas de direitos humanos, e consolidar novos horizontes de redes transnacionais e lutas internacionais por emancipação. Segundo Herrera Flores, uma visão complexa dos direitos humanos parte das periferias, de quem está na margem, em suas múltiplas vozes. As mulheres afrolatinoamericanas definitivamente são parte da margem das sociedades racistas, machistas e cisheteronormativas que compõem a região.

A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) já documentou os desafios diversos que as mulheres afro enfrentam, seja na busca por igualdade material, no acesso à terra e recursos naturais, no acesso ao mercado de trabalho, na participação política e democrática, nos direitos sexuais e reprodutivos e até no próprio reconhecimento e reprodução de uma imagem positiva (CEPAL, 2018). Uma infinidade de temas passa pela mobilização e necessidades das mulheres negras da América Latina, de forma que sua atuação é também múltipla e traz benefícios não só para o grupo mulheres negras, mas também para suas comunidades e a sociedade como um todo. Para colocar em marcha um esforço crítico e contra hegemônico de direitos humanos é preciso incluir e centralizar essas periferias e margens, dando o devido reconhecimento e atenção para as sujeitas que são pilares históricos das sociedades latino-americanas e comunidades afrodescendentes.

Herrera Flores (2008) propõe uma nova cultura de direitos humanos, que tenha abertura social para permitir a ação política a partir de suas próprias produções, uma abertura intercultural para abarcar as diferentes visões culturais e uma abertura política para criar condições institucionais em favor da radicalização da democracia, ampliando a participação e decisão popular. Boaventura Santos (2006) também apresenta que sociedades mais democráticas, participativas, abertas a reconhecer suas falhas e acolher sua diversidade estão mais próximas de construir os caminhos e criar pontes para o cosmopolitismo insurgente, e assim para uma globalização contra hegemônica centrada em direitos humanos interculturais.

Uma teoria crítica dos direitos humanos se forja numa busca permanente por agir fora do sistema dominante, a partir de outras premissas e ideias, a partir da margem e da pluralidade (FLORES, 2008). Angela Davis já disse: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela” (ALVES, 2017). As mulheres afro são ao mesmo tempo a margem e a base em que foram construídas as sociedades latino-americanas. Dessa forma, vejo que elas ocupam um lugar muito potente para promover mudanças radicais nas lutas por direitos humanos, que podem se complementar com diversas outras propostas de transformação e reimaginação de nossa organização política e social. Na

América Latina podemos ver essa ação por direitos humanos na luta por mudanças da herança colonial racista e sexista, historicamente levada à frente pelos povos indígenas e comunidades afrodescendentes, com um protagonismo importante das mulheres. Nessa perspectiva há espaço para o “outro” deixar de ser filtrado através da ordem hegemônica, e passar a ser a voz que poderá nos dar outras respostas sobre como construir a mudança e outro futuro possível, embaçando a própria existência de fronteiras entre o que é margem e o que é centro

Na história Argentina vemos o exemplo de mulheres que lutaram por um outro futuro possível pela democratização do país, como explorarei em detalhes a frente. Elas se tornaram um símbolo da resistência por memória e justiça na Argentina. A partir desse engajamento, é possível traçar um longo histórico de mulheres como defensoras de direitos humanos na Argentina, se envolvendo progressivamente com diversas outras lutas populares e ações que objetivam mudanças sociais significativas (FLORES; SHABEL; EZQUERRA, 2020). Inclusive, em lutas importantes para o direito das mulheres, como na Campanha Nacional pela Legalização do Aborto e outras mobilizações em que as mulheres negras estão incluídas.

Dando continuidade, gostaria de mobilizar a perspectiva crítica da colonialidade do poder para pensar sobre essa ruptura e potencialidade de movimentos sociais latino-americanos de direitos humanos, percebendo-os como lutas contra a colonialidade. Dessa forma quero dizer que é essencial que as lutas por direitos humanos considerem gênero e raça ao se construírem, caso desejem ser verdadeiramente críticas e contra hegemônicas. Principalmente em lugares que têm históricos de colonização, como a Argentina e outros países da América Latina, é fundamental que se enfrente a colonialidade para pensar em direitos humanos.

A perspectiva da colonialidade, mais especificamente colonialidade do poder, é uma importante contribuição do autor Anibal Quijano (2005). A teoria da colonialidade de Quijano diz que o empreendimento violento e invasivo da colonização reconfigurou as relações de poder e as sociedades do mundo, tudo foi reorientado ao redor de raça, e também, de certa forma, da América Latina. Para Quijano, a colonização trouxe consigo uma nova relação de poder – a colonialidade – que gera hierarquias, agrava desigualdades e sobrevive ao processo de independências latino-americanas se introjetando na modernidade. Sendo assim, o mundo que vivemos hoje ainda é fundamentalmente orientado e baseado na colonialidade do poder, ou seja, é construído ao redor de uma hierarquia racial que gera relações desiguais de poder.

Os efeitos duradouros da colonização e a centralidade de raça não são novidade entre pensadoras e pensadores da negritude na América Latina. Quijano deu um nome para algo que, por exemplo, Lélia Gonzalez (1988) já abordava. Lélia produz conhecimento que se

centra não só nas desigualdades, mas também em seu enfrentamento. Ao trazer a categoria político-cultural de amefricanidade a autora mobiliza as resistências históricas de mulheres e homens negros e indígenas na América Latina para falar dos padrões de dominação impostos pela invasão europeia e seu legado. Lélia traz, portanto, não só raça, mas também gênero para tratar dos efeitos duradouros da colonização, suas relações de poder subsequentes e as lutas construídas historicamente.

Por mais que Quijano tenha falhado em adequadamente contemplar os efeitos de gênero na colonialidade do poder, outras pensadoras como Rita Segato (2021) e María Lugones (2020) dão esse importante passo. Segato vai afirmar que “as relações de gênero são historicamente modificadas pela intrusão colonial, bem como pela matriz da colonialidade” (SEGATO, 2021, p. 85-86). Ela formula dois conceitos ao redor dessa ideia: o patriarcado de baixa intensidade e o patriarcado de alta intensidade. Para Segato (2021), as relações sociais de gênero antes da intrusão colonial configuravam um patriarcado de baixa intensidade, ou seja, já havia uma divisão social de gênero em que homens teriam uma posição superior, contudo as estruturas não seriam rígidas. As relações seriam regidas pela dualidade, em oposição ao binarismo que surge depois da intrusão colonial e caracteriza o patriarcado de alta intensidade. Esse binarismo dá, para a ordem colonial-moderna, uma matriz não só racista e patriarcal, mas também profundamente cisheteronormativa e ocidental (SEGATO, 2021).

Embora essa não seja parte da discussão que busco trazer na pesquisa, acho importante pontuar uma discordância em relação a essa conceituação de patriarcado de Rita Segato. Outras importantes referências como María Lugones e Oyeronke Oyewumi abordam uma outra perspectiva em que se diz que não podemos afirmar categoricamente que havia uma relação patriarcal antes da colonização, uma vez que a rigidez das relações de poder hierárquicas entre homens e mulheres é fruto da intrusão colonial. O que chamamos de patriarcado hoje já está contaminado pela colonialidade, podendo não ser completamente apropriado atribuir esse mesmo nome a relações de gênero anteriores a essa drástica mudança de paradigma mundial.

Dito isso, a contribuição central de Segato para esse trabalho é sua afirmação de que a colonial-modernidade se infiltra nas relações sociais dos espaços colonizados e gera um efeito de subalternização de gênero e raça, desfavorecendo indígenas e negritude, principalmente as mulheres nesses grupos. Esse poderia ser visto como o motor para a marginalização das mulheres negras nas sociedades latino-americanas, inclusive na sociedade argentina. A invisibilidade da negritude na sociedade argentina pode ser vista como resultado do racismo e

sexismo da colonial-modernidade, afetando de maneira diferenciada as mulheres que constroem suas vidas, comunidades e espaços políticos nesse lugar múltiplo de gênero e raça.

Rita Segato aponta que os Estados nacionais modernos reproduzem as estruturas de poder dos tempos coloniais na ordem moderna, perpetuando esse status quo que se baseia numa cidadania individual (SEGATO, 2021). Disso, podemos compreender que uma perspectiva acrítica dos direitos humanos, muito mais ligada às formalidades e poderes do Estado, estaria também compactuando com a colonialidade e individualidade. O indivíduo cidadão é, portanto, o homem cis branco e hétero, que conforma com todas as regras e está no topo da hierarquia colonial. Mulheres precisam lutar para serem vistas como sujeitas de direito, assim como mencionei acima ao falar de sua atuação nas conferências internacionais de direitos humanos. De forma semelhante, pessoas LGBTI+, a comunidade afro e povos indígenas também precisam traçar lutas, criar paradigmas e construir espaços políticos para lutar por seu devido lugar de participação como também sujeitas e sujeitos de direito. É por isso que ressalto a necessidade de uma perspectiva crítica de direitos humanos, conforme nos apresenta Herrera Flores (2008), para gerar transformações e, através da colonialidade, nomeio duas categorias que não podem ficar de fora ao pensar na luta latino-americana por direitos humanos: gênero e raça.

María Lugones (2020) traz justamente essas duas categorias ao falar do sistema moderno/colonial de gênero. A autora aponta como é esse sistema, imposto historicamente e destrutivamente a partir dos processos coloniais, que gera submissões. Esse ponto concorda com os apontamentos de Oyeronké Oyewumi (2021) de que a subordinação das mulheres não é universal<sup>6</sup>. Essa estrutura de hierarquização das relações sociais com gênero como um fator proeminente veio da colonialidade, e, portanto, do processo de colonização. Sendo assim, também é profundamente conectado com os processos de racialização e hierarquização racial que justificam e baseiam os projetos de poder coloniais.

Lugones (2020) dá outra dimensão para a proposta de colonialidade de Quijano ao adicionar a dimensão do gênero. Ela cria o conceito de um “sistema moderno/colonial de gênero” para demonstrar como a análise de Quijano aceita o padrão capitalista, eurocentrado e global de gênero encobrindo como outras formas de subalternização também estão em curso no projeto de poder da colonialidade, inclusive a opressão de mulheres. Ela aponta que Quijano só concebe gênero como organização do sexo entre recursos e produtos, ou seja, as mulheres são acriticamente percebidas como objetos em disputas de poder por acesso, ficando inteiramente a cargo dos homens. São meramente corpos.

Oyeronké aponta que, frequentemente, a lógica ocidental é baseada na biologia (“bio-lógica”) e no raciocínio corporal. Ou seja, os corpos têm um papel central em definir, socialmente, quem tem ou não poder, quem pertence ou não a um grupo. Quijano, sem se dar conta, repete o ciclo de subordinação experimentado pelas mulheres numa ordem capitalista e eurocentrada, reduzindo essas sujeitas a corpos e objetos sem poder de escolha, enquanto os homens não são percebidos como recursos sexuais, mas sim como aqueles que exercem o poder. É evidente como isso dialoga diretamente com um processo de sexualização e controle de corpos de mulheres, que afeta de forma diferenciada as mulheres negras e indígenas devido a essa colonial-modernidade. No caso da Argentina – mas não só de lá –, as mulheres afro são percebidas através desse estereótipo da mulher sexualmente potente, que seria um objeto erótico para o prazer branco (VILLARUETA, 2014).

Os corpos das mulheres afrolatinoamericanas convivem não só com a invisibilização, mas também com uma hipersexualização dramática. Quando os corpos femininos e racializados aparecem no espaço público, o histórico colonial de controle acompanha os olhares de fora que se sentem no direito de exotizar, tocar e gravar esses corpos sem autorização como se existissem para servir aos anseios alheios (DA SILVA, 2019). Porém ao mesmo tempo que esses corpos estão expostos a essas microagressões, estereótipos e violências racistas e sexistas, também estão reivindicando o seu direito de aparecer e de viver (BUTLER, 2019). Isso reflete um caráter múltiplo também do corpo: ele é estereotipado, rechaçado, subalternizado, mas também é potente, político e reivindica um coletivo. É dinâmico, podendo ser exposto de diversas formas para reivindicar publicamente uma transformação social (BUTLER, 2019). É um corpo-território que carrega em si mais do que sua individualidade, mas também uma ancestralidade e coletividade. Isso fica evidente quando essas mulheres estão em marchas feministas ou outras manifestações, carregando seus símbolos políticos em turbantes ou *pañuelos* que visam incrementar o significado político do corpo (DA SILVA, 2019). Se confronta a invisibilização ao aparecerem, e se vai além dos estereótipos ao criar uma corporeidade coletiva que reivindica contestação política e cultural (DA SILVA, 2019).

Contudo, se o que vigora socialmente é o sexismo, então o objetivo é o controle desses corpos e sua redução somente ao lugar subalternizado. Isso reflete o lado invisível do sistema moderno/colonial de gênero que é violento e sutil, ele perpetua a subordinação das mulheres, diluindo forçosamente possíveis laços de solidariedade entre populações vítimas da exploração da colonialidade (LUGONES, 2020). Ou seja, é um lado que incentiva a superioridade de homens, inclusive dentro das novas hierarquias raciais, de forma a fortalecer

essa subordinação nos vários aspectos da vida em sociedade, desde a construção de autoridade até a construção de conhecimento (LUGONES, 2020).

Nesse sentido, vejo que é central pensar e utilizar a interseccionalidade como uma ferramenta de mobilização política coletiva. A falta de consideração das múltiplas formas de opressão e seus entrecruzamentos destrói pontes e laços potentes para atuações políticas inclusivas e democráticas. Lugones (2020) afirma que o sistema moderno/colonial de gênero não existe sem raça, já que a hierarquização racial é essencial para conformar a colonialidade do poder. Em seguida ela aponta como os feminismos do século XX traçam as conexões entre gênero, classe e heterossexualidade enquanto categorias também racializadas.

Por exemplo, a feminilidade é uma característica da “mulher” que pertence principalmente a algumas: geralmente as mulheres brancas que estão dentro de um padrão cisheteronormativo<sup>7</sup>. O feminismo hegemônico criou uma ideia de que mulheres possuem vínculos só por serem mulheres, desconsiderando que a categoria “mulher” foi criada para e a partir da mulher cisgênero, heterossexual e branca, deixando de fora inúmeras outras formas de ser e existir no feminino. Oyeronké (2021) levanta questionamento similar ao se deparar como a forma que gênero e a categoria “mulher” são tratados em certos estudos sobre o continente africano e a cultura iorubá. “Mulher” enquanto categoria universal encobre desigualdades outras que só puderam ser visibilizadas a partir das teorias e vozes de mulheres negras e indígenas.

Por mais que esses projetos de poder racistas e sexistas tenham permanentemente reconfigurado as sociedades latino-americanas através da colonialidade, eles não vêm sem resistências históricas, como bem dizia Lélia Gonzalez. Desde os quilombos até os povos indígenas, espaços de contra colonialidade se mantêm e reivindicam reconhecimento através de muita luta (BISPO DOS SANTOS, 2019). Eu olho e percebo os espaços políticos criados por mulheres afro na Argentina como exemplos dessa contra colonialidade. O ponto central da presente pesquisa é ressaltar as resistências das mulheres negras, através de seu próprio conhecimento e práticas, que bebem e nascem nessa ancestralidade de luta e sobrevivência

Como diz Jurema Werneck (2005), “nossos passos vêm de longe”; as mulheres negras possuem uma tradição de poder e centralidade política que pode fazer referência a uma herança afrodiaspórica das ialodês. Herança que foi mantida no cruzamento forçado do Atlântico até as Américas. Entender essa ancestralidade é crucial para perceber o papel político basilar das mulheres negras para seus grupos e comunidades. Pensando nisso, faremos a seguir um breve passeio pela história argentina, resgatando a participação negra na formação da Argentina, a memória de uma mulher negra heroína nacional e recapitulando a

centralidade política das mulheres e dos feminismos para lutas de direitos humanos no país. Esses são os primeiros passos para podermos então, construir um debate um pouco mais profundo sobre como as mulheres afro tem buscado se encontrar e se articular atualmente para ativamente participar da sociedade argentina, fazendo jus a essa tradição de poder e sua potência enquanto agentes de mudança.

## **2.2 "Argentina también es afro": reconhecendo a participação afro na história da Argentina**

Esse breve retorno histórico é importante para traçar uma linha e trazer à tona as informações que estão abertas, mas também as que foram escondidas para serem esquecidas. Como já mencionado, para construir uma perspectiva crítica de direitos humanos é preciso olhar para os processos de luta e reivindicação. Na América Latina, essa construção crítica deveria necessariamente passar pela colonialidade com uma análise de gênero e raça para que seja possível trazer as narrativas de quem sempre esteve à margem. Ou seja, é preciso ter um olhar baseado na interseccionalidade para efetivamente reconhecer, considerar e ouvir os setores historicamente excluídos das sociedades latinoamericanas e que se esforçam para construir, em suas mobilizações, uma perspectiva crítica de direitos humanos.

Com isso quero pontuar que o passado não está descolado dos desafios que enfrentamos atualmente, seja isso na Argentina ou em qualquer outro país. Antes de seguir, acho importante fazer alguns breves comentários sobre a atual situação da Argentina. Hoje vemos que nosso país vizinho enfrenta uma série de crises, que se retroalimentam especialmente na esfera política e econômica. A administração de Alberto Fernández desde o início se deparou com um país à beira de uma crise econômica, e profundamente endividado com instituições financeiras internacionais. Essa foi uma herança do governo de direita de Mauricio Macri, que seguindo o projeto político, econômico e social do neoliberalismo, sedimentou o caminho para uma dependência significativa da Argentina de instituições financeiras e monetárias internacionais.

Claro, esses desafios não são somente do governo Macri, nem foram parte somente da história da Argentina. Mas sem dúvida, o alinhamento de Mauricio Macri com o neoliberalismo e sua conseqüente política financeira deixaram a Argentina em maus lençóis e aprofundaram a crise que testemunhamos hoje. Com uma dívida gigantesca e juros milionários a serem pagos ao Fundo Monetário Internacional (FMI) pelo empréstimo concedido ao governo Macri, a situação econômica - e, portanto, também política e social - da



Argentina se deteriora cada vez mais. Dados divulgados em 14 de junho de 2023, pelo Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC), demonstram que a inflação no país foi de 7,8% em maio. Isso representa um acumulado de 42,2%, e uma taxa anual de 114,2%. Os maiores aumentos foram em relação a moradia, água, eletricidade e outros combustíveis - ou seja, de elementos essenciais para a qualidade de vida e direitos humanos da população (INDEC, 2023).

O contexto de exclusão e marginalização histórica das pessoas afrodescendentes que mencionei no decorrer deste capítulo traz à tona o que me foi comentado durante as entrevistas que fiz: a população afrodescendente é profundamente afetada por esse contexto econômico extremamente desafiador. Assim como em outros países da América Latina, a exclusão histórica gera consequências até hoje, o que inclui a maior vulnerabilidade socioeconômica e dificuldades no acesso pleno à cidadania, inclusive a bens e serviços públicos, além da própria participação política significativa em espaços de tomada de decisão.

Figura 1 - Gráfico da inflação na Argentina em maio de 2023



Figura 1. Gráfico do Informe Técnico/Vol. 7, n 114, referente ao Índice de preços ao consumidor divulgado pelo governo da Argentina em 14 de junho de 2023 ilustrando os altos índices de inflação no país, afetando especialmente setores essenciais como: moradia, água, eletricidade e outros combustíveis. Fonte: INDEC.

Os dados parecem não demonstrar melhora e só revelam um cenário que a América Latina enfrenta há muito tempo internacionalmente quando se trata do sistema financeiro internacional: um constante reflexo de uma postura de colonialidade, dependência e exploração em favor de um projeto de poder global neoliberal que só aprofunda desigualdades e a marginalização de grupos sociais subalternizados. As relações que vemos ainda hoje entre a Argentina e FMI, revelam dilemas antigos. Os países centrais, que controlam os principais fluxos de capital e os rumos da economia internacional, exercem um controle exploratório das

políticas econômicas de países marginalizados. Uma vez mais, assim como no colonialismo, enriquecem e promovem seu próprio desenvolvimento - inclusive com novas tecnologias - a partir da exploração e da extração de riqueza de países africanos e latinoamericanos principalmente.

Esse controle se dá especialmente com a globalização do projeto político, econômico e social do neoliberalismo. A realidade é que o equilíbrio natural do mercado e do capitalismo, que se prega numa economia neoliberal de remoção dos controles estatais para as atividades financeiras, beneficia aqueles que já detém o poder, a maior parte da riqueza, as informações e principalmente o capital. No mundo de hoje, esse poder se resume especialmente nos Estados Unidos e à Europa. Enquanto isso, a América Latina é o território de exploração laboral, de recursos naturais e financeiros que sustenta esse projeto de poder. A escassez e competição que são dadas numa lógica capitalista e neoliberal corroem os laços de solidariedade social (SAFATLE, 2021) e dificultam a construção de lutas por direitos humanos mais radicais e transformadoras, que sejam de fato coletivas. Isso inclui também movimentos sociais feministas e antirracistas.

Mas as raízes do racismo, sexismo, cisheteronormatividade e classismo que vemos exacerbados hoje são profundas e históricas. Sem o devido cuidado e atenção para as narrativas que foram ignoradas por todos esses anos, corremos o risco de construir um conhecimento (e uma pesquisa) que só sedimenta ainda mais o que buscamos questionar ao falar em criticidade e direitos humanos. É importante que entendamos que o nosso passado enquanto América Latina não foi e nem está pacificado. Para transformarmos radicalmente essas estruturas de poder que nos colocam em posições de subalternidade e vulnerabilidade, como grupos sociais específicos, mas também como sujeitos coletivos políticos de uma sociedade, precisamos também olhar para trás, para as bases e enfrentar os desafios a partir de uma perspectiva contra colonial e interseccional. É por isso que trago essa contextualização histórica breve. Não podemos erradicar as violências do hoje, sem entender a relação que possuem com a normalização da violência no processo colonial do passado. Elas são um legado da invasão, sequestro e genocídio promovido pela Europa, principalmente os ibéricos, na América Latina.

A identidade nacional e regional da Argentina se constrói e se fortalece na colonialidade, e, portanto, no racismo que permeia a região latinoamericana. O país adotou para si a fama de ser um pedaço da Europa do lado de cá do Atlântico, especialmente Buenos Aires que é também conhecida como "a Paris da América Latina". A exaltação das contribuições europeias para a sociedade argentina ecoa uma colonialidade do poder que

reverbera também em muitos outros espaços da região. Como parte do projeto da branquitude eurocentrada, as raízes indígenas e as origens africanas da sociedade argentina foram apagadas e/ou escondidas dos livros de história, da formação da identidade nacional e do conhecimento popular.

Como em outros países da região, as histórias nacionais e mitos fundadores criam a ilusão de uma atmosfera de encontro pacífico e conciliação entre povos originários, africanos escravizados e invasores europeus para formar nossos Estados. Essas ideologias de integração e democracia racial pela mestiçagem foram importantes para criar narrativas históricas e culturais que favorecessem uma unidade nacional, fundamentalmente centrada na branquitude (AGATA DA ROCHA; NOGUEIRA CHAVES, 2022). É isso que fortalece o racismo estrutural na América Latina (CURIEL, 2008). A história de violência da colonização se torna uma narrativa de encontro cheia de eufemismos que enfatiza a contribuição branca europeia e a coloca como o ideal de progresso a ser perseguido.

Com o embranquecimento da herança e história latino-americana, os povos originários e afro são sumariamente apagados e esquecidos pela narrativa amplamente disseminada. Não se comenta o extermínio das comunidades indígenas originárias na Argentina durante a conquista do deserto, entre 1870 e 1900, para incorporar ao território nacional as terras da Patagônia (ORSI, 2022). Não se fala das origens afro de elementos culturais argentinos, nem de seu papel durante as guerras para independência do país. São histórias nacionais que focam na contribuição europeia e escondem suas faces não brancas.

É importante pontuar que a narrativa argentina acerca do "desaparecimento" de sua população negra é cercada por argumentos, que irei explorar mais a frente, que não demonstram a intencionalidade do apagamento nesse processo, em favor de um projeto de poder racista e pautado na branquitude. Historiadores apontam que a sociedade argentina e porteña já chegou a ser composta de 40% de pessoas afro em 1850 (ORSI, 2022). Para que atualmente a Argentina seja percebida como uma nação branca, foi necessário um grande esforço intencional e estruturado para construir uma identidade falsa e seletiva de que as populações negras e indígenas não fazem parte da identidade nacional argentina.

Mas claro, resistências e alternativas nesse processo sempre existiram (GONZALEZ, 1988). As comunidades afro, quilombolas e povos originários reafirmam suas memórias em suas coletividades, a fim de não deixar perder suas histórias. Assim como toda a América Latina, "Argentina también es afro". Mesmo sendo vistas como pessoas estrangeiras, estudos indicam uma presença africana na Argentina desde o século XVI (MOLINA; LÓPEZ, 2018).

O país era parte de uma rota relevante de tráfico de pessoas escravizadas na porção do continente americano que foi colonizada por espanhóis. E a própria Argentina também recebeu um fluxo relevante de pessoas escravizadas, chegando a totalizar ao menos duzentas mil pessoas forçosamente inseridas no país, sendo a maioria da cultura banto (MOLINA; LÓPEZ, 2018). Em 1810, o país declara a liberdade de ventre, com diversas condições e regras (MOLINA; LÓPEZ, 2018) que limitavam a real aplicabilidade da liberdade. Além disso, mesmo tendo decretado o fim do tráfico de pessoas africanas escravizadas, a chegada de navios continua até 1832. E assim como no Brasil, mesmo após o fim da legalidade do tráfico negreiro, diversos navios cheios de pessoas africanas escravizadas ainda entravam como contrabando, nesse caso até depois da metade do século XIX (MOLINA; LÓPEZ, 2018). Com essas informações fica mais fácil ver como a Argentina não foi nenhum tipo de exceção e compartilha o mesmo passado violento do sequestro e tráfico transatlântico de pessoas africanas escravizadas que o restante da América Latina.

Como cada país da região tinha suas próprias necessidades e peculiaridades socioeconômicas, a escravização de pessoas africanas se deu de forma particular em cada localidade, porém em todas é possível observarmos a constante desumanização, objetificação, exploração e inferiorização de pessoas africanas e afrodescendentes. Na Argentina, essa população era usada como ferramenta, nem tanto em grandes plantações agrícolas como no Brasil, mas eram alugadas para fazer certos ofícios, como artesãos ou construindo cidades (MOLINA; LÓPEZ, 2018).

Sendo assim, no país houve um processo de capacitação e especialização de pessoas africanas escravizadas em certas atividades produtivas a fim de aumentar seu valor de “mercadoria”. Mesmo que tratadas como objetos, essa peculiaridade resultou que em 1770 a maioria de artesãos em Buenos Aires eram pessoas africanas ou afrodescendentes (MOLINA; LÓPEZ, 2018). Dessa forma, vemos que as pessoas africanas tiveram um papel fundamental em sustentar as atividades econômicas em várias partes da Argentina, chegando Buenos Aires a ser dependente das pessoas escravizadas para se manter funcionando (MOLINA; LÓPEZ, 2018).

Mas é claro, as pessoas afrodescendentes não fizeram parte da Argentina somente na dimensão econômica; outros aspectos culturais da alimentação, literatura, arte e linguagem também foram influenciados profundamente pela presença africana no país, e a resistência dessas comunidades em manter seus laços com seu continente de origem (MOLINA; LÓPEZ, 2018), criando uma mistura entre o de lá e de cá do Atlântico. Muitas vezes a população negra na Argentina é mencionada como esse resquício de uma história longínqua, e não se

reconhece as dimensões em que a presença e cultura africana se mantiveram ao longo do que é considerado como parte fundamental da identidade argentina.

Vou trazer aqui alguns exemplos, o primeiro na dimensão da culinária. A Argentina é muito conhecida por seu *asado* que envolve a preparação de carnes de uma forma específica, e mais do que isso, muitos cortes não considerados nobres fazem parte de um dos principais pratos que identifica a culinária argentina. A preparação desses cortes não nobres, como os *chinchulines* e a *morcilla*, vieram como herança das comunidades afroargentinas que não tinham acesso a outros alimentos e compravam essa "carne descartada" de abatedouros (MOLINA; LÓPEZ, 2018).

Outro elemento, agora na dimensão da arte e cultura, é o tango. Crescentemente, a origem do tango tem sido alvo de disputa na Argentina. Especialistas e ativistas afrodescendentes buscam reivindicar a origem africana do tango, nos bailes e festas da comunidade afro da Argentina. Jornais afro-argentinos já faziam referência ao tango, mas com o incentivo governamental para a migração europeia – como política eugenista e de branqueamento – o tango foi também se embranqueando, de forma que ganhou maior visibilidade após esse processo (MOLINA; LÓPEZ, 2018). Atualmente a comunidade afro na Argentina busca reivindicar sua participação no nascimento dessa expressão cultural musical que se tornou símbolo nacional (INADI, s/a).

Mesmo assim, a narrativa nacional ainda foi de um suposto desaparecimento quase total das pessoas afrodescendentes na Argentina. Alguns dos argumentos usados para justificar essa afirmação foram (i) a baixa taxa de natalidade acompanhada de uma alta taxa de mortalidade, em decorrência de doenças, mas especialmente a epidemia de febre amarela em 1871; (ii) o fim do tráfico de pessoas africanas escravizadas que teria fadado as comunidades negras no país ao desaparecimento; (iii) a mestiçagem a partir da chegada massiva de imigrantes da Europa, especialmente entre 1876 e 1914; e por fim (iv) a morte das pessoas negras durante as guerras de independência e outras guerras civis no país (INADI, s/a). É claro que essas poderiam servir de explicação e à primeira vista nada nos faz questioná-las, contudo, historiadores demonstram que nenhuma delas seria suficiente e nenhuma pode ser comprovada efetivamente (INADI, s/a). Os dois primeiros argumentos mencionados até poderiam ser percebidos enquanto uma constante para vários dos países da região, bem como o terceiro. E é nele e no quarto que gostaria de focar daqui em diante.

A mestiçagem e sua valorização, como já dito, faz parte da história comum entre vários países da América Latina e serviu sobretudo para consolidar a estrutura racista sob a qual foram erguidas nossas sociedades modernas e independentes. Os projetos políticos

estatais de embranquecimento com o incentivo a migração europeia combinados ao discurso eugênico e racista que inferiorizava e desprezava pessoas negras, resulta na supervalorização do sangue e da herança branca europeia, em detrimento das raízes e origens africanas e indígenas. Esse elemento contribui fortemente para o apagamento das comunidades afroargentinas e o reforço da narrativa de que desapareceram, uma vez que sempre que possível essas pessoas e suas heranças eram escondidas (INADI, s/a).

Esse imaginário contribui para a percepção social de que as pessoas negras não podem ser argentinas, ou seja, elas não podem pertencer, participar, ser parte ou serem reconhecidas como integrantes legítimas da Argentina. Isso resulta em um processo de estrangeirização de pessoas negras no país, mesmo que o censo nacional realizado em 2010 indique que 92% das pessoas que se identificam como afro no país eram nacionais da Argentina (INDEC, 2012). É importante olhar esses dados com cautela, já que foi a primeira vez em que a pergunta sobre afrodescendência foi feita no período recente dos censos populacionais argentinos, e além disso, os movimentos afro indicam que o resultado de um pouco menos de 150 mil pessoas (INDEC, 2012) é uma subestimação do tamanho real da população afrodescendente no país<sup>1</sup>.

**Figura 2** - Tabela da população afrodescendente na Argentina em 2010

<b>Cuadro P42. Total del país. Población afrodescendiente en viviendas particulares por sexo, según grupo de edad. Año 2010</b>			
Grupo de edad	Población afrodescendiente en viviendas particulares (1)	Sexo	
		Varones	Mujeres
<b>Total</b>	<b>149.493</b>	<b>76.064</b>	<b>73.429</b>
0-14	36.936	18.872	18.064
15-64	101.565	51.920	49.645
65 y más	10.992	5.272	5.720

(1) Refiere a aquellas personas que declararon ser afrodescendientes o tener antepasados de origen afrodescendiente o africano (padre, madre, abuelos/as, bisabuelos/as).

<sup>1</sup> Vale mencionar que os resultados mais recentes do Censo Populacional de 2022 da Argentina ainda não foram divulgados. Os resultados preliminares que estão disponíveis não possuem informações quanto ao tamanho da população afrodescendente censada. A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) em uma publicação sobre os desafios para a inclusão de pessoas afrodescendentes na América Latina, estimou - com base nos resultados defasados de 2010 - que a população afrodescendente na Argentina em 2020 seria aproximadamente 168,5 mil pessoas (CEPAL, 2021).

**Figura 2.** Tabela P42 do Censo Demográfico de 2010 da Argentina com o total de população afrodescendente em moradia na Argentina desagregada por idade e por sexo mapeada em 2010. Fonte: INDEC.

**Figura 3 -** Tabela com a população afrodescendente por origem na Argentina em 2010

<b>Cuadro P43. Total del país. Población afrodescendiente en viviendas particulares por sexo, según lugar de nacimiento. Año 2010</b>			
<b>Lugar de nacimiento</b>	<b>Población afrodescendiente en viviendas particulares (1)</b>	<b>Sexo</b>	
		<b>Varones</b>	<b>Mujeres</b>
<b>Total</b>	<b>149.493</b>	<b>76.064</b>	<b>73.429</b>
<b>En Argentina</b>	<b>137.503</b>	<b>70.088</b>	<b>67.415</b>
<b>En otro país o continente</b>	<b>11.990</b>	<b>5.976</b>	<b>6.014</b>

**Figura 3.** Tabela P43 do Censo Demográfico de 2010 da Argentina com o total de população afrodescendente em moradias particulares na Argentina desagregada por sexo e por lugar de nascimento mapeada em 2010, destacando a maioria de pessoas negras nascidas na Argentina entre a população negra vivendo no país. Fonte: INDEC.

Porém é importante salientar que a comunidade afrodescendente na Argentina não é formada somente de pessoas nascidas no país. Existe uma relevante migração caboverdiana e também afrolatinoamericana que constrói movimentos e articulações importantes no país. Inclusive o status estrangeiro x nacional gera tensões e disputas nacionais na comunidade afro na Argentina. Não entrarei em detalhes nesse momento porque o que quero salientar é que independente de ser efetivamente migrante ou nacional da Argentina, em geral, as pessoas negras são vistas como não pertencentes no país.

Mesmo estando presente por várias gerações, seja a partir da ascendência das pessoas africanas sequestradas e escravizadas ou a partir das migrações caboverdianas e latinoamericanas; mesmo tendo estabelecido raízes, redes e vidas na Argentina, a percepção social é a de que a população afro ainda é exceção e não pertence à realidade do país. Essa é uma posição histórica que ainda reverbera nos tempos atuais, e tem resultados negativos e prejudiciais especialmente para o exercício da cidadania, busca por reconhecimento e, portanto, efetiva participação das pessoas negras na sociedade Argentina. Com as informações



coletadas durante a pesquisa de campo, pude entender que o governo mais conservador de Mauricio Macri, não alocava fundos e promovia ações estigmatizantes em relação a população afrodescendente, como falarei nos próximos capítulos. Porém mesmo entre os setores mais progressistas, que pregam uma visão crítica e inclusiva, falham em devidamente reconhecer a população afro na Argentina.

Um exemplo muito evidente foi a declaração do presidente Alberto Fernández, sua fala manifestou uma série de outros estereótipos e estigmas negativos em relação aos demais países da América Latina, além de alçar a Argentina a algum suposto lugar de superioridade e privilégio regional por terem vindo de barco, desde a Europa. Durante um evento na Casa Rosada, com empresários da Argentina e Espanha, ele disse: "os mexicanos saíram dos índios, os brasileiros saíram da selva, mas nós, os argentinos, viemos nos barcos"<sup>2</sup>. Ou seja, ao trazer essa citação em um discurso, Fernández reafirma o mito de que a Argentina é um pedaço da Europa na América Latina, e diferente de seus vizinhos, tem uma relação íntima e direta com a branquitude europeia. Com esse movimento não só reforça as bases racistas da colonialidade, mas também continua o movimento de apagamento das reais contribuições da população afro e indígena para a sociedade argentina, em favor de uma supervalorização da europeia.

Desde aí podemos constatar o esforço coordenado e político de forjar as identidades, símbolos e histórias nacionais ao redor da branquitude que perdura até os tempos atuais. Com essa prática, a Argentina se usa, por exemplo, da morte de pessoas negras nas guerras de independência para justificar sua prevalente e inerente identidade europeia<sup>3</sup>, e, ao mesmo tempo, esconde e minimiza o valor fundamental que essas populações tiveram nos processos históricos de libertação e construção do país, inclusive em guerras civis e na Guerra do Paraguai (1864-1870) (MOLINA; LÓPEZ, 2018).

As populações afro e indígenas na Argentina participaram ativamente das lutas pela independência do país contra os espanhóis<sup>4</sup>. Existiram contingentes específicos de pessoas

---

<sup>2</sup> O evento foi transmitido pelo Canal do YouTube da Casa Rosada e repercutiu em várias mídias. Aqui podem ver o excerto legendado em português: <https://www.youtube.com/watch?v=xGjpsDxW5Io>. Vale dizer que depois da repercussão, o presidente Alberto Fernández se desculpou via Twitter pela declaração.

<sup>3</sup> É propagada a narrativa de que essas pessoas foram enviadas para as guerras de libertação e internas (WALKER, 2018) e lá foram dizimadas, desaparecendo dos países. Esse é o caso da Argentina, mas de outros países da região também.

<sup>4</sup> Mais a frente irei trazer a figura de Maria Remedios del Valle - mulher negra - e Juana Azurduy - mulher indígena - que foram figuras muito importantes nas lutas por independência na Argentina. Juana inclusive também participou de outras lutas pela região de Potosí. Durante o tour de história afroargentina que realizei na minha pesquisa de campo, pude conhecer um pouco mais da história dessas figuras. Juana Azurduy também foi mencionada durante o tour feminista que também fiz durante a minha pesquisa de campo, pelo bairro de Puerto Madero, e terminando no monumento de Juana Azurduy em frente ao Centro Cultural Kirchner.

negras nos exércitos de libertação, de pessoas africanas escravizadas, mas também de pessoas libertas. Elas se alistavam a partir da promessa de liberdade depois de certo tempo de serviço, e da mesma forma que outros, contribuíram diretamente para a libertação da Argentina. Essa presença era um fato que não era possível se negar, mas dar o devido reconhecimento a esses sujeitos e sujeitas não condizia com os planos da identidade nacional argentina. As elites brancas no poder, por uma herança colonial, desejavam construir esse Estado nação a sua imagem, e isso não incluía as pessoas negras. Isso é parte do processo de embranquecimento em que se baseiam os Estados nacionais da América Latina, onde o "racismo não é um dado acidental, mas é um elemento constitutivo dos Estados modernos" (ALMEIDA, 2019, p.87)

Além do apagamento histórico, a população afroargentina também teve que lidar com um apagamento estatístico. Progressivamente, foram deixados de ser contabilizados entre os censos e contagens populacionais, inclusive de forma metodológica não sendo realizadas as contagens em bairros e espaços em que eram maioria, por exemplo (ORSI, 2022). Esse foi um passo a mais para dizer que com o passar do tempo essa população teria simplesmente diminuído até sumir, e se usava as justificativas que já mencionei para falar dizer como isso se deu.

**Tabela 1** - Censo demográfico de abrangência nacional<sup>5</sup>

Ano	Porcentagem da população afrodescendente
1778	37%
2010	0,4%

Tabela com os dados disponíveis sobre a porcentagem de população afrodescendente na Argentina, destacando-se a lacuna de anos entre um mapeamento e outro. Fonte: INADI e INDEC.

**Tabela 2** - Censo demográfico da cidade de Buenos Aires (1810-1830)

Ano	Porcentagem da população afrodescendente
1810	33%
1822	25%

<sup>5</sup> Vale comentar que na segunda metade do século XIX em diante os censos passaram a parar de contabilizar a população afrodescendente. Poucas foram as exceções no decorrer desse período, tendo a retomada somente acontecido em 2010. (INADI, s/a).

1827	20%
1830	27%

Tabela com os dados disponíveis sobre a porcentagem da população afrodescendente em Buenos Aires entre 1810 e 1830, destacando sua presença significativa na cidade. Fonte: INADI

Acho que é importante comentar que esse apagamento discursivo da existência e participação da comunidade afro na Argentina, seja com o argumento das epidemias de febre amarela, pelas mortes nas guerras, pelas altas taxas de mortalidade depois da abolição ou então pela miscigenação, não passaram despercebidas pelas pessoas afroargentinas. Em 1873, teoricamente depois que a população afro já deveria ter “desaparecido” do país, circulavam cerca de 20 jornais entre a comunidade afroporteña (ORSI, 2022). Através desses jornais, era denunciado e apontado o embranquecimento do tango, por exemplo, e o apagamento das pessoas negras, inclusive artistas, dos espaços públicos e da sociedade argentina (ORSI, 2022). Sua participação e contribuição para o país deixavam de ser mencionados, e as próprias pessoas negras e suas comunidades foram sendo empurradas para fora de Buenos Aires (ORSI, 2022). Autores apontam que a miscigenação teria sido o fator que mais contribuiu para esse suposto sumiço (ORSI, 2022). Assim, a cidade porteña poderia ser referenciada como a Paris da América Latina.

Esse movimento deixa evidente como a ausência da comunidade afro na Argentina nada mais é do que uma ilusão. É uma narrativa frágil, um mito fundador que apresenta várias inconsistências ao se analisar certas evidências históricas. Ainda assim, esse mito tem muita aderência entre a sociedade argentina, especialmente residentes de Buenos Aires, e também fazem parte da imagem regional que o país projeta e como é percebido na América Latina. Existem estudos que ainda colocam a população afro como muito diminuta ou inexpressiva em Buenos Aires e que, pela centralidade histórica e política da cidade, isso é expandido inadvertidamente para o restante do país (ORSI, 2022). Contudo, a partir do resgate histórico feito por coletivos afro na Argentina, inclusive em Buenos Aires, a percepção que tive foi diferente. As ativistas negras entrevistadas tinham muita clareza em relação a símbolos da resistência afro no país, a elementos da identidade nacional que tem origem afro e como o apagamento ainda é muito deliberado por entre a cidade de Buenos Aires, excluindo inclusive áreas conurbanas para se afirmar a Paris da América Latina. A comunidade afroargentina não teve o direito de fazer parte da memória coletiva na sociedade argentina.

Seus espaços existem, sua história permanece por entre os cantos da cidade, mas não é publicamente visibilizada ou reconhecida, mas a comunidade afro tem lutado para mudar isso.

Com o massivo incentivo a imigração europeia no século XIX, a mestiçagem foi incentivada e por isso haveria cada vez menos pessoas negras, em favor de uma identidade mestiça que se embranquece até se afirmar unicamente eurodescendente. Por outro lado, queria trazer um outro olhar para esse fato, enfatizando que raça é uma categoria social, e, assim sendo, tem relação direta com dado contexto histórico produzindo efeito material, estrutural, substantivo na constituição das relações sociais (THOMPSON, 2013). Então temos que entender que raça não é algo estático, e as concepções, consequências e funcionamento podem mudar dependendo de onde e quando você está no mundo (AGATA DA ROCHA, 2018).

Digo isso porque acho que é central pensarmos na mestiçagem na Argentina não somente com esse viés de que fez desaparecer as pessoas negras do país. Mas na verdade como uma parte relevante do processo de racialização, ou seja, de construção da identidade e experiência racial afro na Argentina. A mestiçagem foi uma realidade em toda a América Latina, e não pode ser ignorada como parte de como se dão os processos de racialização e de como opera o racismo nas sociedades latinoamericanas no tempo presente. Associada ao incentivo da imigração europeia, tinha como propósito reforçar a ideologia do embranquecimento, ou seja, que as origens afro deveriam ser escondidas, os signos negros apagados, e essa ancestralidade escondida.

Esse processo, aliado ao apagamento histórico e estatístico drástico das comunidades afroargentinas, dão mais força a uma dificuldade que as gerações futuras se reconheçam como parte da afrodescendência argentina. Na construção nacional argentina, fundamentalmente baseada no embranquecimento como já destaquei acima, a branquitude cria as condições para se conformar como a única possibilidade de existência para nacionais do país. Ou seja, se você nasce na Argentina, você não pode ser uma pessoa negra e deve se esforçar para ser o mais perto que puder da branquitude.

Nesse sentido, se cria uma regra muito essencialista de quem poderia ser uma pessoa negra na Argentina, e para a branquitude se permite a multiplicidade. Se limita quem efetivamente pode ser ou não parte da negritude argentina para manter o mito de que essa comunidade não existe no país, enfatizando que as pessoas negras seriam só aquelas com pele bem mais escura e cabelos crespos, por exemplo (ORSI, 2022), e essas seriam minoria absoluta. Isso dificulta que as pessoas olhem para sua ancestralidade e olhem para si reconhecendo as raízes afro. Porém é muito importante reconhecer o papel que as mulheres

afro na Argentina exercem nesse sentido. Como irei explorar nos outros capítulos, seus espaços de encontro e troca fortalecem a consolidação de suas identidades coletivas e de seus corpos enquanto territórios. Elas estão também à frente de um movimento de reafirmação positiva e de autorreconhecimento da identidade afro, sendo lideranças nos esforços para a participação e reconhecimento.

Somando essa dificuldade de reconhecimento, ainda presente, ao fato de que outros países da região, como aquele com o maior contingente de pessoas negras na América Latina - o Brasil, também definem a identidade afro com base em características físicas, vai se desenhando um processo de essencialização e universalização da negritude latinoamericana. E em uma região cujas sociedades foram construídas numa base social racista, isso significa não permitir que as pessoas afrolatinoamericanas sejam múltiplas. Caso você não conforme com a ideia clássica de negritude, então não é uma pessoa negra. Talvez seja morena? Não necessariamente branca...

Provavelmente ainda temos muito o que pensar sobre o papel e os efeitos da mestiçagem na racialização da América Latina, inclusive com atenção não só para o embranquecimento, mas também para a formação de uma multiplicidade ainda maior dentro das comunidades afro que são características da nossa região. Lélia Gonzalez (1988) já chamava atenção para esse fato, que precisávamos olhar para a identidade amefricana, a mistura racial de Américas e Áfricas em meio a um processo de colonização ibérica violentos e uma resistência insistente de indígenas e negritudes. Ela dizia que: "a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada" (GONZALEZ, 1988, p.76).

Ela também comenta que:

Por conseguinte, o termo amefricanas/amefricanos designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como a daqueles que chegaram à AMÉRICA muito antes de Colombo. Ontem como hoje, amefricanos oriundos dos mais diferentes países têm desempenhado um papel crucial na elaboração da Amefricanidade que identifica, na Diáspora, uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada (GONZALEZ, 1988, p.77)

Entendo que isso é chave para percebermos como as comunidades afrolatinoamericanas devem ser percebidas a partir de si mesmas, considerando os contextos históricos compartilhados, mas também as peculiaridades históricas de cada país. O termo e a

noção de negritude brasileira não podem ser simplesmente copiados e colados na Argentina, esperando algum tipo de correspondência imediata. Nossas diferenças locais são muitas, por mais que no fundo nossos desafios sejam muito semelhantes. O olhar precisa ser um pouco mais cuidadoso e complexo.

Exponho tudo isso aqui para deixar bem explicado desde já que a experiência negra é diversa mesmo que guarde semelhanças. É preciso compreender que parâmetros diferentes vigoram em cada país para determinar quais são os conjuntos de ideias e normas que constroem a identidade racial afro em cada lugar (THOMPSON, 2013). Justamente também por isso que quis construir essa pesquisa focando especificamente na Argentina, já que deveríamos também nos dedicar a olhar além somente da nossa própria experiência para sonhar e propor políticas cada vez mais criativas que atinjam as raízes do problema e não foque somente nos sintomas.

Outros caminhos a frente são possíveis, e precisamos estar constantemente em movimento e mudança se quisermos dar conta da complexidade dos problemas estruturais do sistema moderno colonial de gênero e das lutas em defesa dos direitos humanos. Não podemos nos colocar acima se quisermos construir pontes. Já nos reconhecemos nos desafios conjuntos e em várias estratégias de resistência compartilhadas, mas é importante também nos conhecermos por entre as fronteiras nacionais para recompor nossos pedaços, pensar em novas criativas maneiras de lutar e construir alianças (WALKER, 2018). É um autodescobrimento coletivo (WALKER, 2018), em nossa diversidade de existência, para reivindicar o direito de aparecer e de participar ativamente das sociedades.

No final das contas, em face a todos os apagamentos, se afirmar afro na Argentina é uma identidade profundamente política. Justamente para levar a frente essa luta pelo direito de existir e participar da sociedade argentina. Qualquer reivindicação dos movimentos afroargentinos vai passar necessariamente pela sua luta por serem reconhecidos como parte da Argentina. Para poder buscar representação política, para reivindicar políticas públicas, para poder participar na sociedade é necessário que essa comunidade seja vista e reconhecida. Ter seu lugar na sociedade argentina é essencial para as comunidades afroargentinas, e isso fica claro com o movimento de mulheres afro no país. Em um momento de se encontrar e se reafirmar, elas constroem seus espaços políticos e reforçam publicamente uma identidade que desconstrói o mito de que não existiriam na Argentina. Nos espaços públicos, elas intervêm publicamente valorizando e exibindo sua ancestralidade afro. Como mencionei, ter a visão histórica é relevante para melhor compreendermos os potenciais políticos de nossos corpos enquanto mulheres afro dado o contexto em que vivemos hoje na região.

Cada vez mais, as contranarrativas que reivindicam a memória afro na história argentina têm se fortalecido, justamente por conta das iniciativas de movimentos e coletivos de pessoas negras no país. A busca por reviver a origem afro é a busca por reconhecer que as pessoas africanas e afrodescendentes sempre estiveram presentes no processo de construção da nação Argentina, que fazem parte igualmente da sociedade e da identidade nacional, e que, portanto, devem ter sua participação assegurada e visibilizada em todas as instâncias sociais. Dessa forma se combate o processo de estrangeirização de pessoas negras na Argentina, e o mito da história nacional oficial de que as pessoas negras desapareceram do país no século XIX. Inclusive a partir de suas próprias histórias e narrativas, como é o objetivo nessa pesquisa.

Vale reforçar que esses mitos são fruto de uma colonialidade que ainda encontra espaço entre as sociedades e países latinoamericanos. Elas reforçam a posição de poder e privilégios das pessoas brancas e reafirmam o racismo estrutural que devemos enfrentar. Foi a branquitude no poder que ditou os caminhos da historiografia nacional argentina, a partir exatamente dos projetos estatais de embranquecimento da história e sociedade argentina, incluindo com o apagamento de figuras históricas de mulheres não brancas muito importantes, como Juana Azurduy e Maria Remedios del Valle, de quem falarei melhor adiante.

Hoje, Maria Remedios del Valle é recuperada como figura histórica central para a Argentina e sua comunidade afro. Ela é a heroína nacional homenageada e celebrada em 8 de novembro, o Dia Nacional de Afroargentinas/os e da Cultura Afro (TROCHE; VARGAS, 2019), além de ser uma figura muito presente no discurso que reivindica a visibilização da participação afro no país. É importante que a história afro na Argentina seja também recuperada e reconhecida através de suas mulheres afro, já que elas foram sumariamente deletadas de toda a narrativa, inclusive sobre a própria escravização, não sendo devidamente reconhecidas por suas resistências ao proteger e manter suas comunidades e famílias (MOLINA; LÓPEZ, 2018).

A seguir quero falar um pouco mais dessa figura histórica, conhecida também como a *Madre de la Patria* e parte do que significa a reivindicação de sua memória e reconhecimento para a comunidade de pessoas afrodescendente que vive na Argentina, especialmente as mulheres. Também retomarei em outros capítulos o nome e a potência dessa figura, então é importante a conhecermos. Nesse caminho já começam a surgir elementos importantes, como a memória, justiça e a ocupação das ruas e dos espaços públicos, que irei trazendo com mais profundidade no decorrer do trabalho.

### **2.3 Maria Remedios del Valle, a “Madre de la Patria”: reflexões sobre memória, raça e justiça**

Logo que me deparei com a figura histórica de Maria Remedios del Valle, me fiz uma pergunta imediata: como um país que se define como branco e europeu tem uma mulher negra como "mãe da pátria"? Muitas vezes ao refletir sobre essa pesquisa me peguei pensando nisso. Como é possível que a mãe da pátria argentina - a mulher por trás da nação livre - seja uma mulher negra quando a Argentina se diz branca, mas o movimento feminista e de mulheres no país é reconhecido regionalmente.

As minhas inquietações somente se intensificaram ao visitar o país, como parte da pesquisa de campo. Percebi que a memória, vivida e ilustrada nos espaços públicos e nas ruas de Buenos Aires, tem uma dimensão coletiva social muito mais importante do que eu me dava conta. A relação do país com a verdade e memória de seu período de ditadura militar é ilustrativo nesse sentido, mas não somente. Museus, estátuas, nomes de ruas, a história argentina parece buscar se reencenar por meio das ruas de Buenos Aires. Inclusive com um bairro - Puerto Madero - em que todas as ruas têm nomes de mulheres. Por todos os cantos, a memória insiste em se fazer presente, mas nem todas as pessoas estão registradas nem são reconhecidas nesses lugares.

Maria Remedios del Valle é parte das esquecidas da história argentina. Ao ver seu apagamento, mesmo tendo sido essencial e protagonista nos processos de independência da Argentina, podemos perceber que a tradição e trajetória da memória no país é extremamente seletiva. Primeiro vangloria seus heróis homens, preferencialmente brancos. Eles estão por toda parte. Depois, quem sabe, se lembra das mulheres. Talvez reclusas em um bairro específico para elas, ou somente através de figuras chave muito emblemáticas: Evita Perón, Cristina Kirchner... De preferência longe dos holofotes, a não ser que historicamente tenham se colocado como símbolos como as inesquecíveis Mães da Praça de Maio. Lá no fim, quiçá através de uma menção em registros históricos, talvez se encontre algo mais sobre as mulheres negras.

Gênero e raça influenciam fortemente quem pode fazer parte da memória argentina e quem tem que lutar com unhas e dentes para ser recordada. Essa pode ser encarada como mais uma das manifestações da colonialidade, que uma perspectiva crítica de direitos humanos deve enfrentar diretamente. Para buscar não só memória e verdade, mas também justiça,



devemos mirar além do que está estampado e prestar atenção na história que se força como flor por entre o concreto.

O resgate e disseminação da vida e história de Maria Remedios del Valle é algo muito ilustrativo no processo de fortalecimento e consolidação dos espaços e coletivos de mulheres negras na Argentina, mas mais do que isso, também é elemento central para toda a celebração da cultura, história e memória afro na Argentina. Por isso, vamos trazer essa mulher uma vez mais para o campo do visível: quem foi Maria Remedios del Valle?

Maria Remedios del Valle foi uma comandante nas forças do general Belgrano durante as lutas por independência na Argentina. Belgrano era notoriamente conhecido por não gostar de ter mulheres entre suas tropas, ele não considerava que elas deveriam entrar no campo de batalha (BREPE, 2020), contudo Maria Remedios mesmo assim foi protagonista na assistência médica a diversos soldados feridos, tendo inclusive entrado em combate direto durante as batalhas de independência. Por isso recebeu reconhecimento entre todos os patentes de oficiais do exército, sendo conhecida como *Madre de la Patria* por isso (BREPE, 2020). Ela era uma mulher negra, também pobre, como sua família. Ela era uma grande guerreira, e para viver na Argentina naquela época tinha que ser. Maria Remedios foi uma das poucas que participou nas lutas pela independência da Argentina desde o princípio, em 1810 (MITROVICH, 2020).

**Figura 4** - Retrato de María Remedios del Valle



**Figura 4.** Retrato de Maria Remedios del Valle de autoria desconhecida, mas a que mais aparece nos resultados da busca de seu nome no site do Ministério da Cultura da Argentina. Como veremos adiante, demorou muito tempo para que Maria Remedios del Valle tivesse um rosto. Fonte: Ministério da Cultura da Argentina.

Ela fez seu nome enquanto guerreira das independências depois de perder seu marido e dois filhos durante as guerras, sendo reconhecida e nomeada capitã por Belgrano. Maria Remedios foi ferida e capturada, agredida fisicamente em praça pública, mas conseguiu sobreviver e retornar a Buenos Aires (MITROVICH, 2020). Ao regressar, não foi recebido seu reconhecimento por ser capitã muito menos por ser uma heroína nacional. Não conseguiu acessar seus direitos e sua remuneração como ex-combatente por muito tempo, tendo vivido muitos anos na pobreza até morrer em 8 de novembro de 1847.

Maria Remedios passou anos pedindo dinheiro nas ruas, próximo ao Cabildo, no que era conhecido como a *Plaza de la Victoria*. Ela era tomada por louca e senil pela população que não acreditavam nas histórias de suas batalhas, mesmo com o corpo coberto de cicatrizes (BREPE, 2020). Certa vez foi reconhecida por homens com quem lutou, e em seus últimos anos de vida conseguiu uma mínima pensão do poder público depois que importantes figuras históricas masculinas intercederam em seu favor em 1828 (BREPE, 2020). Ela já havia tentado antes, sozinha, mas seu pedido foi rechaçado.

É importante salientar o fato de que os principais registros históricos disponíveis sobre Maria Remedios del Valle, considerados os mais confiáveis são justamente dessa sessão da Câmara de Representantes em que oficiais argentinos relatavam sua postura e bravura em batalha e pediam pela pensão a capitã. Ou seja, sua história registrada é permeada pelas palavras e visões de homens. Sua vida é conhecida pelo que foi dito sobre a seu respeito nessa sessão em 1828. Os generais Juan José Viamonte, Eustaquio Díaz Vélez, Juan Martín de Pueyrredón e os coronéis Hipólito Videla, Manuel Ramírez e Bernardo de Anzoátegui destacaram sua bravura, patriotismo e serviço durante as guerras de independência nos exércitos de Belgrano (MITROVICH, 2020). São retratos masculinos e brancos de sua vida...

Depois disso, alguns historiadores a mencionaram brevemente ou distorceram sua história para somente ressaltar elementos condizentes com o papel de gênero atribuído a mulheres no sistema moderno colonial de gênero: a mulher cuidadora, que serve e ajuda, mas que não está em pé de igualdade com os homens de seu entorno (MITROVICH, 2020). Isso se deu principalmente através da história das *Niñas de Ayohuma*, que supostamente seriam Maria Remedios e duas filhas adotivas, que cuidaram de feridos por entre as batalhas de Ayohuma (BREPE, 2020). Esse retrato provoca uma visão não em respeito à sua valentia e coragem,

como a dos homens envolvidos na guerra, ele tenta suavizar e a encaixar em uma expectativa de feminilidade hegemônica, em que o papel da mulher se limita ao cuidado e a maternidade.

Após esse processo, o apagamento histórico de Maria Remedios de Valle, como capitã e libertadora negra, vem por volta de 1858 na mesma toada da invisibilização das contribuições afro para a vida pública Argentina (BREPE, 2020). Nesse momento, falar da patente de capitã e do papel de Maria Remedios no *Ejercito del Norte*, seria valorizar e recordar o reconhecimento que ela ganhou ainda em vida, mesmo que somente no final. E isso, era dar valor e visibilizar a participação chave de uma mulher negra na construção da Argentina: não condizia com o projeto de embranquecimento e apagamento. Maria Remedios del Valle é esquecida progressivamente como *Madre de la Patria*.

Tal processo deliberado denota uma memória seletiva na história da Argentina, que tira grupos subalternos como as mulheres afro de qualquer significado ou importância social na memória coletiva (BREPE, 2020). E mais do que isso, impede que as mulheres afro sejam protagonistas e as vozes centrais de suas próprias histórias. A historiografia feita pelos homens brancos de Buenos Aires convenientemente deixa de fora a *Madre de la Patria* e seu papel durante as guerras de independência, o reconhecimento que recebeu e quaisquer outras menções as destituem aos poucos de várias características para que se encaixe na expectativa ao redor da mulher na Argentina. Contrariar isso é levar a frente uma luta contra colonial por direitos humanos. Tratarei a seguir da retomada que as mulheres afro fizeram dessa sujeita histórica, e veremos como essa movimentação é central para construir uma visão mais positiva em relação a afrodescendência e a afroargentinidade. Além disso, o fato de Maria Remedios ser revivida pelas mãos, vozes, olhares e perspectivas de mulheres afro empodera os espaços políticos dessas mulheres e seus coletivos.

Entre 1920 e 1930 se começa um novo processo de retomada de interesse pela figura da *Madre de la Patria* como guerreira e capitã. Esse renovado olhar se dá principalmente pelo resgate dos registros da Câmara de Representantes, que trazem o olhar dos oficiais do exército, ou seja, também focam mais em uma perspectiva militarista e bélica que não dá conta de todas as dimensões da vida e da complexidade dessa sujeita histórica. Notem que repetidamente é uma visão parcial de quem foi Maria Remedios del Valle. Através de um olhar masculino e branco, seja um olhar muito específico que a suaviza e encaixa sua figura numa ideia de mulher e feminilidade tradicional e hegemônica, ou outro que coloca uma mulher negra na posição de valente, brava, guerreira, com todas as características que a faz quase como um dos homens, masculinizada. Mas até esse momento não se tem uma visão de Maria que parta de si. Ela não deixou documentos, discursos, ideias ou outros registros

históricos (BREPE, 2020). Ela passou anos sem ter rosto ou retrato, ou qualquer outro elemento que distinguísse sua existência e pertencimento (BREPE, 2020).

O olhar patriarcal e masculino que cruzou a figura de Maria Remedios del Valle tem sido desmantelado, em favor de uma reapropriação dessa personagem pelos movimentos feministas e pelos movimentos afro na Argentina (MITROVICH, 2020), mas especialmente destaque a reapropriação encabeçada pelas mulheres negras do país. Miriam Gomes, uma mulher afroargentina, ilustra Maria Remedios del Valle na revista *ventitres* (GHIDOLI, 2020), e com isso se tem um salto em relação a sua presença no imaginário coletivo e público da Argentina: a Madre de la Patria abstrata ganha um rosto, uma existência e um reconhecimento público que pode ser reproduzido.<sup>6</sup>

**Figura 5** - Miriam Gomes representando Maria Remedios del Valle

---

<sup>6</sup> Em 20 de janeiro de 2021, o Ministério da Cultura da Argentina anuncia os resultados de um concurso cultural para retratos e esculturas de Maria Remedios del Valle. Três retratos e uma escultura foram selecionados entre as postulações. A autoria dos retratos ganhadores são todos de mulheres, inclusive uma mulher migrante venezuelana. Mais informações sobre as obras, autorias e motivações estão disponíveis no seguinte link: <https://www.cultura.gob.ar/retrato-y-escultura-ganadores-de-los-concursos-maria-remedios-del-vall-10025/>



**Figura 5.** Miriam Gomes, ativista afroargentina, como Maria Remedios del Valle em capa da revista ventitres em 16 de outubro de 2008. Fonte: GHIDOLI, 2020.

A reivindicação de uma imagem para Maria Remedios del Valle serve como um exercício de memória e justiça: a mulher repetidamente apagada da história Argentina ganha lugar de sujeita, com rosto. Ela nunca teve voz e agora é resgatada pelas ativistas negras do país como símbolo dela mesma, mas também de todas. O movimento de tomar para si a responsabilidade de trazer de volta a história de Maria Remedios del Valle, dessa vez a partir da perspectiva das mulheres negras que ocupam e vivem a sociedade argentina, é muito significativa e ilustra essa luta pela memória e justiça no país, com uma perspectiva crítica racial e de gênero.

É uma oportunidade de reconstrução histórica que une não só o próprio reconhecimento, valorização, memória e participação de uma mulher afroargentina, de Maria

Remedios del Valle, como igual na história do país, mas também o reconhecimento, memória e participação da população afro como um todo na sociedade argentina, como parte da pátria e contra o processo de estrangeirização que são repetidamente submetidos. É a memória e justiça pelas comunidades que se sacrificaram para construir a Argentina e que deram seu sangue e suor para fazer da Argentina um país independente, uma nação com identidade própria e autonomia. Se construir enquanto o que é hoje, por isso Argentina *también es afro*.

Não somente Maria Remedios foi uma importante mulher no percurso histórico de independência do país, mas Juana Azurduy também, como já mencionei. Juana participou de outros processos de independência ao longo da região conhecida como Potosí, onde nasceu. Seu pai era espanhol e sua mãe indígena Chiquisaca. Desde 1810 se alistou no combate pela independência. Ela foi reconhecida como heroína por Simón Bolívar, mas depois que ele morreu, ela caiu uma vez mais no esquecimento.

Juana Azurduy obteve de novo reconhecimento na Argentina em 2009, com a presidente Cristina Kirchner, que lhe outorga o grau de general (IELA, 2015). Juana ainda aparece em museus no país – mesmo que muito masculinizada em um retrato – e também possui uma estátua em frente ao Centro Cultural Kirchner. A estátua foi erguida em 2015, e por alguns anos estava localizada atrás da Casa Rosada, tomando o espaço de uma estátua de Cristovão Colombo (IELA, 2015). Essa substituição traz à tona uma discussão de quem são as pessoas que deveriam, ou que podem, ser homenageadas nos espaços públicos e quais são as histórias, figuras e pontos de vista que os países decidem visibilizar e reconhecer. Isso tudo também diz respeito às disputas das mulheres, inclusive indígenas e afro, pelos espaços públicos e pelas ruas, elemento que abordarei no seguinte capítulo. São outros corpos e sujeitas políticas, que em si, desafiam a colonialidade racista, patriarcal e classista que estão nas bases dos Estados nacionais e das sociedades latinoamericanas.

### **Figura 6 - Monumento de Juana Azurduy**





**Figura 6.** Monumento de Juana Azurduy em frente ao Centro Cultural Kirchner, em julho de 2022. Fonte: acervo pessoal da autora.

**Figura 7 - Retrato de Juana Azurduy em museu**



**Figura 7.** Retrato de Juana Azurduy no canto superior à direita de museu na Argentina, ilustrando a masculinização de sua figura. Fonte: acervo pessoal da autora.

Trocar a homenagem a um invasor europeu, homem branco, que foi o ponto de partida para um dos capítulos mais sangrentos da história latinoamericana, para a homenagem a uma mulher de raízes indígenas que lutou pela independência e autonomia de países da região denota uma crescente postura contrária ao sistema moderno colonial de gênero. É claro que uma simples substituição de monumento não altera todas as dimensões estruturais do sexismo e do racismo na Argentina, mas é uma reafirmação pública de que as coisas precisam mudar.

Já a mudança em si, vem de forma muito mais devagar. Maria Remedios del Valle não tem espaço nos livros de história, não tem rua, não tem praça, não tinha rosto e não tinha monumento. As mulheres negras na Argentina começaram a se movimentar para que a memória dela estivesse também estampada nas ruas de Buenos Aires, assim como a desses vários outros personagens históricos das lutas de independência.

O Coletivo Kukily fez uma das primeiras manifestações artísticas públicas na cidade homenageando Maria Remedios del Valle. Com um mural pelas ruas do bairro de San Telmo – conhecido por suas artes de rua – as mulheres afro trouxeram a memória de Maria Remedios para onde ela deveria aparecer. O mural foi idealizado por mulheres negras e ainda está lá. Mais recentemente, em 8 de novembro de 2022, o governo da Argentina inaugurou um monumento de Maria Remedios del Valle na Plazoleta Alfonso Castela como resultado de um concurso cultural, também com uma arte idealizada com participação da comunidade afro na Argentina. Além disso, também com incentivo e parceria governamental, foi lançado um documentário estrelado e produzido por mulheres negras que reconta a história de Maria Remedios del Valle.



**Figura 8** - Estátua de María Remedios del Valle, em Buenos Aires



**Figura 8.** Estátua de Maria Remedios del Valle na Plazoleta Alfonso Castela, o primeiro monumento oficial em homenagem à *madre de la patria* em praça pública, inaugurada em novembro de 2022. Foto: acervo pessoal da autora.

**Figura 9** - Mural em homenagem a María Remedios del Valle em Buenos Aires



**Figura 9.** Foto do mural de Maria Remedios del Valle idealizado pelo Coletivo Kukily com companheiras afro em San Telmo, na rua Balcarce, sendo a primeira homenagem nas ruas públicas para a *madre de la patria*, inclusive tendo sido realizada totalmente por mulheres afro. Fonte: acervo pessoal da autora.

Essa reivindicação do lugar de Maria Remedios del Valle na história argentina faz jus a uma busca fundamental pelo devido reconhecimento da contribuição e participação negra no país. Por vezes o papel das mulheres africanas escravizadas, que eram cuidadoras e pilares de lares e famílias, é menosprezado e invisibilizado, não sendo considerado como importante para a sustentação das sociedades latino-americanas e continuidade das comunidades afrolatinoamericanas. Porém esse papel de cuidado foi essencial para a história

afrolatinoamericana, e mais do que isso, nunca estiveram somente nessa posição, sendo figuras importantes em revoluções, resistências, milícias, lutas por liberdade e guerras de independência como Maria Remedios del Valle. Muitas dessas mulheres realmente ficaram sem nome durante o curso da história (MOLINA; LÓPEZ, 2018) e eram tratadas meramente como corpos em serviço, para ser usados e não como sujeitas em corpos territórios que tinham o direito de aparecer<sup>7</sup>, que será explorado no capítulo 2.

Foi somente depois, de 1983, por inspiração das lutas por direitos civis nos Estados Unidos e contra o apartheid na África do Sul, e pela nova movimentação de luta por democracia e direitos humanos – inclusive protagonizada por mulheres – na Argentina que foram surgindo organizações lideradas por mulheres afroargentinas (MOLINA; LÓPEZ, 2018). As mulheres afro foram então reivindicando seu lugar enquanto sujeitas políticas para lutar contra o racismo, mas também foram colocando outras funções sociais e culturais em suas associações e organizações (MOLINA; LÓPEZ, 2018). Isso enfatiza meu argumento de que as mulheres afro possuem um potencial de unir lutas e ser pontes entre movimentos sociais por congregar em sua atuação uma perspectiva múltipla e complementar de transformação política, que é sobretudo, coletiva.

O feminismo latino-americano pode ser visto como uma grande potência pelo papel das mulheres nas independências, nas redemocratizações e nas lutas por direitos humanos. Desde 1981, as mulheres latino-americanas têm realizado encontros regionais, os chamados Encontros Feministas Latino-Americanos e Caribenhos (ALVAREZ et al, 2003). Esses espaços de articulação e debate transnacional foram muito importantes para fortalecer os movimentos de mulheres na região, para criar uma tradição conjunta de teoria e prática feminista latino-americana (ALVAREZ et al, 2003), para gerar trocas e construir pontes, além de propiciar um caminhar conjunto para debates mais críticos sobre raça, por exemplo.

Para que esses espaços de articulação e debate transnacionais pudessem surgir, era necessário antes ter uma certa atuação política nacional das feministas latino-americanas já estabelecida nacionalmente em seus respectivos países. Sendo assim, a caminhada dos feminismos latino-americanos não é descolada das histórias de feminismos nacionais. E dentro dos feminismos em cada país, como mencionei, até hoje a América Latina olha com muita admiração e inspiração para a Argentina. O envolvimento de mulheres foi crucial no processo dinâmico e de luta por direitos humanos no país. É das lutas por memória, justiça e

---

<sup>7</sup> Judith Butler (2019), em parte de suas produções explora a ideia de exposição corporal e o direito de aparecer, em que o corpo figura como parte de uma estrutura de performance para a luta, para o protesto e para a resistência a uma certa ordem hegemônica. Mais à frente irei trazer novamente essa referência.



redemocratização que nasce a mobilização feminista. Menciono isso porque as mulheres afro reafirmam constantemente a importância das conexões e trocas para seus coletivos na Argentina, seja com outros movimentos sociais, com os feminismos argentinos ou com outros espaços latinoamericanos.

Sendo assim, a organização política de mulheres na Argentina dialoga diretamente com lutas de promoção e defesa dos direitos humanos. Com o passar dos anos, as mulheres foram participando e se envolvendo cada vez mais com outros setores populares (FLORES; SHABEL; EZQUERRA, 2020) até criarem seus próprios coletivos e espaços de articulação nacional. Dentre os eventos mais importantes estão os Encontros Nacionais de Mulheres (ENM), que exploro mais a seguir, bem como esse percurso histórico dos movimentos feministas e de mulheres na Argentina.

#### **2.4 Das “Madres de la Plaza del Mayo”, passando pela “Marea Verde” até os Encontros Plurinacionais de Mulheres, Lésbicas, Trans, Travestis, Intersexo e Não-Binárias: um recorrido do feminismo argentino.**

A Argentina por vezes é conhecida e reconhecida na América Latina, entre outras coisas, por sua forte trajetória de movimentos sociais e políticas nas ruas, inclusive de seus feminismos. Quero focar aqui um pouco nesse percurso histórico dos movimentos feministas e de mulheres na Argentina, destacando também suas conexões e trocas com os feminismos latino-americanos. Isso é principalmente para entendermos melhor os pedaços do caminho até o cenário e contexto mais recente dos feminismos e dos movimentos de mulheres e de gênero no país, já que isso é importante para falarmos dos coletivos e dos espaços construídos com as mulheres negras no centro desde 2016.

##### *2.4.1 As Madres de la Plaza de Mayo e as lutas por direitos humanos*

Quero começar destacando como foi difícil para que os direitos das mulheres fossem considerados direitos humanos. Devido à estrutura patriarcal, e na América Latina, também ao sistema moderno colonial de gênero, as mulheres não eram percebidas enquanto sujeitas de direitos, mas fundamentalmente como mães e meios de reprodução, como já abordei<sup>8</sup>. Foi

---

<sup>8</sup> Importante pontuar que essa visão da mulher enquanto mãe e meio de reprodução está profundamente enraizada na tradição e percepção católica do mundo. É de se imaginar o impacto que isso tem na América Latina que tem uma grande população de pessoas católicas.

com a Conferência de Beijing, em 1995, começou a mudar dramaticamente essa concepção. Essa Conferência provocou uma mudança do foco das discussões da categoria “mulher” para “gênero”, sendo assim, foi possível englobar uma outra gama de temas e recomendações que colocassem o empoderamento feminino e a promoção da igualdade de gênero como um interesse universal de direitos humanos.

Eu opto por destacar esse elemento porque quero enfatizar que todos os temas e lutas aqui tratados não são somente "questões de raça" ou "questões de gênero", elas são por essência preocupações e lutas por direitos humanos, por participação e por democracia. Foi através da luta e insistência de movimentos sociais que foi possível ir além de uma percepção fundada num contexto ocidental, machista, racista, cisnormativo e heteronormativo – como a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1945 - ou seja, pela luta se incluiu as dissidências como mulheres, mulheres negras, homens trans, mulheres lésbicas, entre outras no acesso e igualdade de condições do que chamamos de direitos humanos (VILLARRUETA, 2014).

É através dessas lutas e articulações que se constituem os avanços em matérias de direitos humanos, de forma crítica e inclusiva. E na Argentina, já comei que a participação das mulheres argentinas em lutas por direitos humanos não é nenhuma novidade. Essa histórica mobilização remonta a resistência à ditadura civil-militar argentina, através do grupo das "Madres de la Plaza de Mayo"(Mães da Praça de Maio). Um grupo de mulheres se reunia periodicamente na Praça de Maio, espaço simbólico do poder público argentino, durante e depois da ditadura e marchava pedindo respostas sobre onde estariam seus filhos e filhas, netos e netas, forçosamente desaparecidos pelas autoridades militares da época.

Consideradas como grandes referências, essas mulheres já nos dão várias pistas de como os movimentos e as reivindicações são feitas na Argentina. As Mães da Praça de Maio trazem para as ruas e para o espaço público suas demandas por justiça, por verdade e por memória. De forma coletiva, se articularam permanentemente e historicamente para não deixar cair no esquecimento a coragem e o movimento que construíram ao perder suas filhas e filhos para a violência e o terror de Estado.

Esse grupo de mães e mulheres criou uma identidade para si e serviu de referência para as lutas contra ditaduras e por democracia na América Latina. Essa primeira forma de organização coletiva de mulheres, ainda que com forte relação com papéis de gênero tradicionais das mulheres como mães e cuidadoras (BOUZO, 2020) se tornou uma referência da potência de uma articulação conjunta de mulheres na Argentina. Indo hoje na Praça de Maio é possível ver no chão, o desenho dos *pañuelos* brancos usados por essas mulheres para

se identificarem. Ao redor do ponto em que marchavam em roda, já que era proibido se reunirem paradas durante a ditadura, essas mulheres desenvolveram estratégias para mover sua luta. Existem ruas com os nomes de grandes heroínas desse movimento que seguem sendo referência para as feministas de hoje.

**Figura 10** - Plaza de Mayo com destaque para os *pañuelos* brancos desenhados no chão



**Figura 10.** Foto dos *pañuelos* brancos pintados na Plaza de Mayo, onde as *Madres de la Plaza de Mayo* faziam suas marchas e vigílias, com a Casa Rosada ao fundo. Fonte: acervo pessoal da autora.

As *Madres de la Plaza de Mayo* colocaram a maternidade em um outro patamar, se configurando como um exercício político e um eixo de solidariedade (CUCHIVAGUE, 2012). Elas começaram a se encontrar ao buscar respostas pelos desaparecimentos de seus filhos, filhas, netos e netas, mas depois perceberam que o problema era maior do que o caso

individual de cada uma delas, e passaram a se colocar como *madres* públicas, ou mães de todas as pessoas desaparecidas devido ao terror de Estado durante a ditadura argentina. Os desaparecimentos de seus e suas familiares foram um primeiro passo em direção a sua expansão política, elas passaram a entender a dinâmica da luta revolucionária que era feita por suas filhas e filhos, e de outra forma estavam dando continuidade a essa batalha por justiça social e democracia.

Quero trazer aqui um pouco do histórico desse emblemático movimento, para entender melhor como se consolidaram como uma potência e referência na luta por direitos humanos mesmo tanto anos após o final da ditadura argentina. O grupo surgiu em 1977 e logo de início, as *Madres de la Plaza de Mayo* se consolidaram como um grupo de enfrentamento aos militares e o Estado argentino. 3 de suas fundadoras foram sequestradas nesses primeiros anos do grupo: Esther de Balestrino, Azucena Villaflor<sup>9</sup> e Mary Ponce de Bianco (CUCHIVAGUE, 2012).

**Figura 11** - Placa em homenagem a Azucena Villaflor



**Figura 11.** Placa da rua, em Puerto Madero, com o nome de Azucena Villaflor - uma das fundadoras do grupo *Madres de la Plaza de Mayo*, que foi sequestrada e desaparecida pelos militares durante a ditadura argentina. Fonte: acervo pessoal da autora.

---

<sup>9</sup> Azucena Villaflor tem uma rua nomeada em sua homenagem no bairro de Puerto Madero, em Buenos Aires. Esse bairro tem uma característica distintiva de seguir a proposta que todas as ruas e praças tenham nomes de mulheres. Durante a minha pesquisa de campo, em Buenos Aires, fiz um tour feminista oferecido por mulheres argentinas que fez um recorrido pelo bairro de Puerto Madero contando a vida e o papel de alguma das mulheres homenageadas, e que tiveram relevância no caminho histórico para a conquista de direitos das mulheres e dos feminismos na Argentina.

Ainda assim, essas mulheres não pararam com sua luta e seguiram num enfrentamento direto e constante com militares, mesmo com ameaças à sua própria segurança e outras tentativas de intimidação. Desde 1981 elas realizam as *Marchas de la Resistencia*, um protesto de 24 horas seguidas na *Plaza de Mayo* (CUCHIVAGUE, 2012). Seus corpos reunidos em praça pública, periodicamente trazendo frases de ordem e com uma proposta política criavam certa identidade ao movimento, os *pañuelos* brancos as identificam. E sempre se buscava ter um debate com outros movimentos populares e ampliar cada vez mais seu alcance e reconhecimento. (CUCHIVAGUE, 2012). As *Madres* eram claramente percebidas como uma força a ser contida pela ditadura argentina, já que até foram alvo de infiltrados e denúncias, demonstrando o incômodo que geravam e a potencialidade de sua atuação. Não é à toa que adquiriram tamanho significado no país, e seguiram articulando sua relevância política ao longo do tempo. A reivindicação do direito de aparecer coletivamente, em praça pública, em pleno regime ditatorial foi uma forte declaração política em si.

As *Madres de la Plaza de Mayo* não permitiram que sua maternidade ficasse circunscrita ao ambiente privado ou à passividade, como se esperava de um papel tradicional de gênero das mulheres (CUCHIVAGUE, 2012). Ao levar para as ruas, para o espaço público suas demandas de forma coletiva, elas teciam uma confrontação direta com o poder instituído, socializando então a maternidade e indo cada vez mais em direção a uma luta mais ampla por direitos humanos (CUCHIVAGUE, 2012).

Ao conferir sentido político à maternidade, essas mulheres colocaram seus corpos em luta, como um espaço direto de onde surgiam suas demandas: eram por suas filhas e filhos. Em relação a colocar seus corpos em luta, podemos citar a autora Barbara Sutton (2007, p. 139, tradução da autora) que comenta sobre a importância dessa estratégia política para os movimentos feministas e de mulheres na história da Argentina:

As manifestações corporificadas das mulheres ativistas na Argentina têm estado particularmente visíveis no período recente devido à proliferação de movimentos sociais que a crise provocou. No entanto, *poner el cuerpo*, corporificando resistência, é precisamente o que muitas mulheres têm feito ao longo da história Argentina para lutar contra várias formas de injustiça<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Tradução livre da autora, do original: "Women's activist embodiments in Argentina have been particularly visible in the recent period because of the proliferation of social movements that the crisis prompted. Yet *poner el cuerpo*, embodying resistance, is precisely what many women have done throughout Argentine history to fight various forms of injustice"



Sobre as *Madres de la Plaza de Mayo*, Sutton (2007, p. 139, tradução da autora) ainda diz: "Elas corporificam uma prática ativista que legitima a maternidade como uma fonte viável de participação política"<sup>11</sup>. E comenta que "o corpo materno significa não somente o corpo feminino grávido ou amamentando, mas também aquele que representa os traços da nutrição e do sacrifício por outras/os" (SUTTON, 2007, p.135, tradução da autora)<sup>12</sup>. Através da dor e da perda, se apropriam do espaço público (CUCHIVAGUE, 2012). Isso tem uma relação muito profunda com a luta por justiça e memória das mulheres afrodescendentes em vários países contra a violência policial, esse é um contexto especialmente emblemático nas favelas brasileiras. As mães e familiares de vítimas de violência policial, muitas vezes pessoas negras, também forçadas pela dor e pela perda se reúnem para construir lutas maiores por justiça social e direitos humanos, tratando de seus casos individuais, mas também advogando para que o contexto estrutural mude e situações como as suas não se repitam. Seja na segurança pública ou nos espaços de privação de liberdade, ou na sociedade como um todo, essas pessoas escolhem um jeito público de exercer a maternidade, que vai além inclusive de ser mãe, mas configura uma rede de comunidade e acolhimento que compartilham a maternidade enquanto esse lugar político de cuidado e afeto<sup>13</sup> que anseia por mudanças e justiça social para todas as pessoas.

Desde 1987, as *Madres de la Plaza de Mayo* ampliam suas demandas para se inserir cada vez mais numa luta por direitos humanos e democracia (CUCHIVAGUE, 2012). Entre 1989 e 1995 ampliam sua articulação com outros grupos vulnerabilizados e suas demandas, e progressivamente, entre 1996 e 2004 começam a tratar mais dos desafios estruturais resultantes do neoliberalismo como o desemprego, a pobreza e a crescente dívida externa argentina (CUCHIVAGUE, 2012).

A mobilização dessas mulheres e mães começaram, portanto, a traçar um histórico de organização e luta de mulheres em defesa dos direitos humanos no país, nunca deixando de lado como isso relacionava profundamente com a raiz da sua mobilização no enfrentamento ao terror de Estado, defesa da democracia e a busca por justiça social. A partir do exemplo dessas mulheres é possível ver como a luta, organização e atuação estratégica protagonizada e

---

<sup>11</sup> Tradução livre da autora, do original: "They embody an activist practice that legitimates motherhood as a viable source of political involvement."

<sup>12</sup> Tradução livre da autora, do original: "The maternal body means not only the pregnant or nursing female body but also one that represents the traits of nurturance and sacrifice for others"

<sup>13</sup> Esses já são alguns elementos do potencial transformador de uma política de afeto, de uma construção política e de mobilização social que seja baseada no amor e cuidado, independente de gênero, mas através de uma perspectiva interseccional, crítica e feminista como propõe bell hooks.

desenvolvida por mulheres está intrinsicamente ligada a luta e defesa pelos direitos humanos. Isso parte do envolvimento em movimentos por direitos humanos desde a ditadura, e se espalha participando cada vez mais de ações coletivas em conjunto com outros setores sociais através dos anos (FLORES; SHABEL; EZQUERRA, 2020). Inclusive, também formando seus próprios espaços de trocas e mobilização: os Encontros Nacionais de Mulheres.

#### *2.4.2: Feminismos argentinos*

Os Encontros Nacionais de Mulheres (ENM) são um dos marcos mais importantes dos feminismos argentinos. Foram realizados pela primeira vez em 1986, remontando a Conferência dos Direitos da Mulher de Nairóbi, em 1985. Um grupo de mulheres argentina participou no Fórum de Organizações Não Governamentais (ONGs) dessa conferência, o que lhes permitiu acumular experiência para começar a criar um espaço de debate e construção coletiva que fosse autoconvocado, horizontal, heterogêneo, autofinanciado, plural, democrático e de todas (BOUZO, 2020). Os encontros se consolidaram como um espaço propício para trocas, debates, organização, acolhimento, participação e mobilização entre as várias mulheres, seus coletivos e outros movimentos centrados ao redor do gênero.

É importante notar que os Encontros Nacionais de Mulheres são uma das grandes forças do movimento feminista argentino, que se alimentaram das possibilidades da articulação feminista transnacional latino-americana e mundial (BOUZO, 2020). No âmbito regional, os encontros feministas latinoamericanos tinham um importante papel:

Essas conversas regionais periódicas também ajudam a reorientar as práticas do movimento, os discursos culturais e até as políticas estatais, à medida que as participantes aprendem com a experiência de suas semelhantes de outros países da região e, geralmente, voltam para casa inspiradas pelas novas estratégias organizacionais e pelas novas formas de enquadrar e encaminhar suas questões e reivindicações. Os discursos e estratégias em debate nesses espaços transnacionais do movimento, por sua vez, são traduzidos e adaptados de acordo com contextos locais e nacionais específicos. [...] Defendemos que os Encontros, dessa forma, representam um espaço mediador de vital importância entre arenas nacionais, regionais e globais do movimento. (ALVAREZ et al, 2003)

Com o passar do tempo, os encontros nacionais foram se expandindo cada vez mais, recebendo mais mulheres, e se configurando como relevante espaço de diálogo nacional para

enfrentar as diversas desigualdades sociais que afetam as mulheres no país (BOUZO, 2020). Devido muito às suas características desde a fundação, os Encontros foram capazes de mobilizar coletivos e movimentos de mulheres, feministas e de gênero por toda a Argentina, inclusive com participação de indígenas, campesinas, LBTs, afrodescendentes, etc. A maior presença de outras mulheres, não somente as cis brancas de classes altas, permitiu um redirecionamento nos feminismos argentinos, se aproximando mais do caminho da multiplicidade, diversidade e interseccionalidade.

Contudo, a participação dessas mulheres diversas dentro do grande símbolo e marco da construção coletiva dos feminismos na Argentina não se deu sem desafios. Mulheres LBTs, pessoas não-binárias, indígenas e afrodescendentes não tinham tanto lugar para incluir seus debates nesse espaço nacional de construção coletiva que eram os ENMs. Ainda existe um componente de invisibilidade e propagação de hegemonia nas mobilizações feministas da Argentina que cria barreiras e dificuldades a plena participação de uma diversidade de mulheres, especialmente quando se coloca em xeque a compreensão de uma "mulher" enquanto categoria universal e se expande os debates para além do feminismo hegemônico, o que também era um debate dos feminismos latino-americanos em geral.

Foi somente em 2016 que houve uma primeira oficina sobre mulheres migrantes, afro, indígenas e LBTs, depois de muita pressão desses grupos (BATISTA; BRAZ, 2020), mais a frente irei explorar melhor o significado desse encontro ao discutir o florescimento dos coletivos de mulheres negras no país. De toda forma, menciono esse marco para enfatizar o caráter dinâmico, de troca e transformação desses Encontros. Creio que é importante também salientar que essas mudanças ganharam nova força e fôlego com a participação significativa de mulheres jovens que construíam outras possibilidades e compartilhavam outras visões em relação ao novo movimento feminista plural que florescia na Argentina (BATISTA, BRAZ, 2020).

Não só na Argentina, mas para os feminismos latino-americanos em geral, a juventude feminista parece ampliar a visão de quem são as mulheres, para quem os feminismos lutam e por quais direitos, além de também aumentar a legitimidade desses movimentos, sua interlocução com outros segmentos da sociedade civil, e impacta as possibilidades de incidência política. Jovens feministas parecem reconhecer mais essas conexões devido tanto à formação e teorização de tantas que vieram antes quanto às mudanças dos tempos e desenvolvimento de pensamentos críticos (BATISTA; BRAZ, 2020). A crescente participação jovem nos movimentos feministas latino-americanos funcionou como propulsor de forças de

renovação a fim de que novos debates tomassem forma e efeito dentro de nossos espaços coletivos (ALVAREZ et al, 2003).

Esse rejuvenescimento e os intensos e duros debates sobre a autonomia e institucionalização dentro dos Encontros Feministas da América Latina e Caribe impactaram como os feminismos latino-americanos se enxergavam. As mulheres passaram por um processo profundo de rever o que estava sendo construído, quais estratégias estavam sendo priorizadas e quem poderia se dizer parte do feminismo latino-americano (ALVAREZ et al 2003). Essas novas formas de agir já podem se ver refletidas em movimentos feministas mais recentes. Por exemplo, o movimento “*Ni una a menos*” que surgiu na Argentina após o feminicídio de Chiara Paez na província de Santa Fé (BOUZO, 2020) levou muitas mulheres às ruas na luta contra a violência de gênero, o que incluía também a demanda pela legalização do aborto.

O movimento *Ni Una a Menos* não só teve grande repercussão dentro da Argentina como também se tornou um marco do transbordamento e da transnacionalidade das demandas pelos direitos das mulheres e dos movimentos feministas na América Latina. As manifestações públicas massivas contra feminicídios e violência de gênero começaram na Argentina e reverberaram em muitos outros países, no que seria uma onda regional de luta pelos direitos humanos de mulheres, especialmente a interrupção voluntária da gravidez. Essa onda depois ficou conhecida como *la Marea Verde*.

O *Ni Una Menos* também foi marcante por conceber uma outra estratégia de organização política, com a centralidade da articulação através das redes sociais além das ações nas ruas. Toda essa mobilização gerou alvoroço, e permitiu que o *Ni Una Menos* ocupasse espaços cruciais e significativos dentro dos meios de comunicação tradicionais. Isso sem dúvida fortaleceu o debate público sobre gênero, e com a integração explícita da legalização do aborto como forma de enfrentar a discriminação e violência de gênero, também reposiciona massivamente o debate sobre aborto na agenda pública argentina. Ao colocar seus corpos nas ruas em protesto, as mulheres esperavam provocar transformações em suas realidades (BOUZO, 2020).

Além do uso das redes sociais, performances e arte<sup>14</sup> também foram elementos importantes para a sensibilização pretendida pelo *Ni Una Menos* (BOUZO, 2020). A exposição corporal dessas mulheres nas ruas, nas redes e na mídia criava uma performance,

---

<sup>14</sup> O chamado ativismo parece ganhar cada vez mais espaço, reivindicando o sentido político da cultura inclusive ao ocupar espaços públicos, principalmente a rua. Cabe aqui destacar o Kukily Colectivo, que faz parte do meu estudo e se define como um coletivo artístico afrofeminista, e é responsável por intervenções muito interessantes pela cidade de Buenos Aires.

carregava significados e o objetivo de transformar a realidade (BUTLER, 2019) da violência de gênero na América Latina. O corpo enquanto território político é especialmente enfatizado quando se fala nos direitos das mulheres, inclusive o de terem controle e autonomia sob seus corpos. A criminalização da interrupção voluntária da gravidez evidencia como o Estado insiste em tentar controlar os corpos das mulheres, de pessoas com identidades de gênero e orientações sexuais dissidentes, de mulheres negras, de mulheres indígenas. É mais um dos métodos penais punitivistas que o Estado usa como mecanismo de controle para exercer seu poder político, e mais que isso, determinar as vidas que devem continuar e as que devem ser interrompidas (FLAUZINA, 2006).

Os corpos políticos dão sentido às ruas, dão sentido às demandas e acabam expressando em si lutas, reunindo assim uma potencialidade de transformação, que mais a frente irei explorar melhor esse debate, no seguinte capítulo. Contudo, já gostaria de trazer essa reflexão porque a dimensão política da própria existência é enfatizada à medida que os corpos que se manifestam reúnem vários signos de “subalternidade”: mulheres, negras, pobres, trans, lésbicas, bissexuais, não binárias. Esses corpos políticos, passíveis de carregar uma gestação, por exemplo, que acumulam dissidências, resistências e vulnerabilidades são descartáveis dentro de um ordenamento estatal que usa raça e etnia, associada a gênero, orientação sexual, classe social e território para separar quem é sujeito de direitos e pode exercer cidadania, das pessoas marginalizadas que podem deixar de viver. Isso é central para pensarmos no lugar político das mulheres negras na Argentina, e frente a esse cenário, a sociedade civil se torna ator chave para provocar mudanças em tal lógica de funcionamento do poder estatal.

Isso foi o que aconteceu na Argentina ao se falar da luta pela legalização do aborto. A Campanha Nacional pelo Aborto Legal, Seguro e Gratuito se mostrou como um exemplo importante de organização coletiva, autônoma, democrática e diversa de feministas e protagonizada pela sociedade civil. Gestada nos Encontros Nacionais de Mulheres e iniciada em 2004, a Campanha Nacional pelo Aborto Legal, Seguro e Gratuito era feita de mais de 300 organizações feministas de todo o país (BOUZO, 2020). A Campanha tinha o desafio de coordenar todas as demandas, das diferentes localidades e perfis que compunham as organizações. Porém foi ao abraçar a diversidade e multiplicidade de feministas que se pôde construir uma campanha sólida e duradoura para obter uma legislação que despenalizasse o aborto na Argentina (BOUZO, 2020).

O movimento pela legalização do aborto na Argentina foi muito marcado por um intenso debate público e pela política feita nas ruas. Por muitos anos a Campanha Nacional

construiu uma série de argumentos, articulando as múltiplas vozes ao redor de uma luta por direitos humanos, sexuais e reprodutivos, a partir de uma experiência radical de construção democrática e coletiva. Eles refletiam as reivindicações de diversos movimentos sociais em relação à saúde pública, direitos humanos, justiça social e democracia frente aos problemas públicos como mortes maternas evitáveis, violência de gênero e educação. Inclusive destaco que, também como fizeram as *Madres de la Plaza de Mayo* ao ampliar suas lutas para os desafios contemporâneos de direitos humanos, a Campanha Nacional apontava que a legalização do aborto era uma dívida democrática da Argentina com suas mulheres, ou seja, compartilhavam uma visão ampla de democracia que envolve diretamente a promoção de justiça social.

A construção histórica dos feminismos argentinos, somada a insistência da Campanha Nacional pela Legalização do Aborto e a atenção, capilaridade e potencial do movimento *Ni Una a Menos*, todos protagonizados por uma diversidade de atores da sociedade civil, resultou num grande conjunto de pessoas nas ruas da Argentina, com seus *pañuelos verdes* se manifestando a favor dos direitos sexuais e reprodutivos e do fim da criminalização da interrupção voluntária da gravidez. *La Marea Verde* se consolida, e mesmo não obtendo resultados favoráveis na primeira tentativa de debate parlamentar no tema em 2018, ainda no Governo Macri, novos grupos e pessoas puderam se juntar ao movimento de luta pela legalização do aborto e a discussão estava na boca das pessoas, enchendo de verde os espaços públicos, as ruas e os metrô, logo popularizando e aumentando o fôlego para seguirem em frente para a aprovação em 2020, no governo de Alberto Fernández.

Essa campanha foi ator central em todo o processo até o debate parlamentar e a posterior aprovação em 2020. No decorrer dos anos, a proposta e o discurso da Campanha foram mudando para manter sua característica de autonomia e diversidade ao partir da sociedade civil em sua multiplicidade. Quero aproveitar o exemplo da Campanha Nacional para trazer algumas reflexões sobre a participação e inserção de pessoas LBTs nos movimentos feministas, de mulheres e de gênero na Argentina.

Concretamente, a participação diversa entre grupos feministas e de mulheres na Campanha Nacional resultou em um movimento que, por exemplo, foi capaz de discutir os direitos das pessoas gestantes que podem abortar, mas que não são necessariamente mulheres. As versões mais recentes da proposta elaborada pelo grupo para uma legislação em favor da garantia do direito a interrupção voluntária da gravidez usavam o termo "pessoas gestantes" ao invés de "mulheres gestantes", para incluir também homens trans e pessoas não-binárias que podem ter úteros e engravidar. Ou seja, também são sujeitas e sujeitos de direito

diretamente afetados pela legalização do aborto de gestação, sendo assim, deveriam ser contempladas.

Essa mudança de postura vem também na esteira do que já estava sendo postulado dentro dos Encontros Nacionais de Mulheres. Como já comentei, a mesma oficina, em 2016, que discutiu sobre diversidade racial também fez debates sobre sexualidade e identidade de gênero. Todas essas movimentações trouxeram para o centro a necessidade de mudanças dentro da estrutura dos Encontros Nacionais, de forma que esses outros grupos, inclusive de mulheres, pudessem ter mais espaços, mais voz e mais participação nos debates e questões ligadas às lutas feministas na Argentina. Mais do que isso, é preciso reconhecer o incremento no potencial de transformação radical que uma perspectiva interseccional, que inclua essas diversas pessoas e suas perspectivas, pode ter.

O conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw (2004), propõe uma consideração mútua e múltipla dos diversos padrões de discriminação ao invés de excludente. Ele é elaborado para dar sentido e trazer para o centro a experiência de mulheres negras; e mais do que isso, ele tem uma potencialidade gigantesca de questionar a categoria “mulher” e ir além da branquitude e da cisheteronormatividade. A interseccionalidade é um conceito que precisa de amplitude, e “permite às feministas criticidade política” (AKOTIRENE, 2019, p.33).

Já é bastante documentado o quanto o feminismo hegemônico é baseado em preceitos ocidentais e centrado na categoria, supostamente, universal da mulher branca cis hétero de classes mais altas. Essas características remontam toda a história de surgimento do feminismo, excluindo da concepção de luta por liberdade as histórias resistências de mulheres indígenas e negras desde a colonização por exemplo, e invisibilizando a existência de mulheres lésbicas, pessoas trans e não binárias, suas demandas por direitos e suas contribuições na luta por eliminar padrões discriminatórios e opressivos de gênero. É preciso fazer um esforço consciente, consistente e permanente – por parte dos espaços de construção feminista – de se desligar dessas lógicas que reproduzem desigualdades em favor de novas lógicas inclusivas e interseccionais que incluam todas as pessoas que sofrem com as desigualdades de gênero e sexualidade.

Ou seja, interseccionalidade é compreendida não só como uma estrutura analítica, mas também como a prática política da mobilização de mulheres negras em suas comunidades, em seus países ou através das fronteiras. O encurtamento de distância e rapidez no fluxo de informações abriu todo um novo caminho para os movimentos sociais, ao mesmo tempo que fortaleceu desafios globais relacionados a escassez, já que perpetuou uma noção de sociedade

que se baseia no individualismo, na competição, na desigualdade e na exploração desenfreada de pessoas, recursos e meio ambiente. Essa é uma perspectiva explorada por Milton Santos (2003) ao falar da globalização como perversidade, mas também como possibilidade. A globalização tem esse duplo caráter, de se mostrar como ferramenta de reforço do neoliberalismo mas também de potencialização do alcance e aliança de movimentos sociais. Ênfase a transgressão dos limites nacionais que possibilitaram a construção de mobilizações feministas, feministas negras e antirracistas de forma transnacional. São novas pontes que emergem nessa complexidade.

O que quero dizer então é que a interseccionalidade tem um imenso potencial não só teórico, mas também político e social. Ela é uma base muito sólida e fundamental para propor mudanças sociais radicais, assegurar uma perspectiva e prática crítica de direitos humanos e promover ampla participação social desafiando a ordem do sistema moderno colonial de gênero que perpetua sexismo, racismo e outras formas de opressão. Contudo, não há como exercer a interseccionalidade sem ter um debate profundo sobre raça. Essa parece ser ainda parte da dificuldade em muitos lugares do mundo, inclusive da sociedade Argentina, nisso incluindo seus feminismos.

Como tentei ilustrar nesse capítulo, movimentos protagonizados por mulheres são grandes referências na luta por direitos humanos na Argentina. Esse percurso se inicia com as *Madres de la Plaza de Mayo*, que construíram um movimento por verdade, memória, justiça e democracia. Elas fizeram um enfrentamento durante um dos períodos mais autoritários e restritivos da história argentina, se consolidando como uma referência histórica da política feita nas ruas e a participação popular na Argentina.

Essa centralidade política das mulheres na rua reverbera nos movimentos feministas da Argentina. Desde os Encontros Nacionais de Mulheres, se cria espaços para debater direitos humanos, mas enfatizando o lugar das mulheres enquanto sujeitas de direito. Isso é essencial para fortalecer uma narrativa que reforça o caráter político da existência e resistência dessas sujeitas. O fato de os Encontros Nacionais se construírem também como espaços autogestionados, democráticos e participativos dá dinamicidade ao movimento, e permite que ele possa se atualizar com o passar do tempo. Esses espaços são muito importantes para o surgimento e o caminho percorrido pelos coletivos de mulheres negras, que serão analisados no decorrer do trabalho.

Mesmo assim, tomou tempo até ser possível construir um espaço específico para o debate sobre raça, migração, sexualidade e identidade de gênero dentro dos Encontros Nacionais. Depois de 30 anos – e muita insistência - esse espaço foi criado em meio a grande



referência de construção política feminista da Argentina. Essa demora demonstra as lacunas do feminismo hegemônico na Argentina de devidamente valorizar e reconhecer a contribuição e participação de uma diversidade de sujeitas: mulheres trans, pessoas não-binárias, mulheres indígenas, e também as mulheres negras.

Frequentemente a história do feminismo na Argentina é contada sem mencionar as figuras negras que também fizeram parte dessa história, ou sem explicitamente identificar raça como um elemento relevante. Os movimentos e as figuras que efetivamente ganham mais visibilidade e viram a referência dos feminismos argentinos são os movimentos protagonizados por mulheres cis brancas. Ou então não se destaca amplamente, ou se reconhece explicitamente, a contribuição e participação das outras mulheres para essa construção.

Quero terminar esse capítulo enfatizando que a história das mulheres, também brancas, na Argentina é muito potente. Porém não são as únicas grandes lideranças ou referências para as lutas por direitos humanos protagonizadas por mulheres no país. Ilustrando isso, eu trouxe figuras como Juana Azurduy e Maria Remedios del Valle.

As mulheres negras na Argentina enfrentam esse dilema de estar entre o visível - com a grande projeção dos feminismos e movimentos de mulheres - e o invisível - com a comunidade afro e um debate de raça que pouco acontece. Enquanto a existência de pessoas negras na Argentina ainda for considerada uma raridade ou uma casualidade será muito difícil enfrentar toda a dimensão estrutural e institucional do racismo no país, que permeia inclusive os movimentos da sociedade civil.

O propósito daqui para frente é focar em como essas mulheres afro construíram seus próprios espaços, começaram a fundar seus próprios coletivos e solidificaram sua luta por direitos humanos e participação na sociedade argentina. Esse breve passeio histórico é relevante justamente para conectarmos o contexto apresentado, suas raízes históricas, com as condições e desafios enfrentados hoje pelas mulheres afro na Argentina. Os primeiros coletivos se formam no âmago dessa tradição feminista forte, porque a possibilidade de se encontrar e se conhecer se deu através dos Encontros Nacionais, mas ao mesmo tempo colocam na roda uma outra proposta que centraliza as mulheres negras na Argentina, suas histórias, suas experiências, suas referências e suas demandas. Ou seja, elas buscam resgatar o histórico da contribuição afro para o país, além de consolidar seu espaço entre as lutas por direitos humanos, justiça e reconhecimento enquanto sujeitas ativas na democracia argentina. Sendo assim, constroem algo totalmente diferente, que reforça o potencial de transformação

que o enfrentamento ao sistema moderno colonial de gênero fundamentado na interseccionalidade pode ter.

Elas são símbolo da expansão do feminismo argentino para além do setor hegemônico. As mulheres negras, inclusive as mais jovens, foram centrais para gerar e fortalecer essas mudanças. Não só insistindo em um debate sobre raça, mas também aliando isso a um debate sobre identidade de gênero e sexualidade. Em 2020 a mudança de nome dos Encontros para Encontros Plurinacionais de Mulheres, Lésbicas, Trans, Travestis, Intersexo, Bissexuais e Não-Binários ilustra efetivamente a maior adesão às novas narrativas dentro dos feminismos argentinos, que inspiram uma visão mais múltipla, complexa e interseccional. É a partir desse cenário que trago o florescimento dos coletivos e espaços de mulheres afro na Argentina.

### **3 - ENTRE O VISÍVEL E O INVISÍVEL: AS MULHERES AFRO NA ARGENTINA**

#### **3.1 De onde vieram: o florescer de coletivos de mulheres negras na Argentina - entre desafios e conquistas**

Para continuarmos e refletirmos sobre onde estão as mulheres afro e seus coletivos na Argentina, precisamos também entender mais sobre seu contexto, desafios e as sementes que fazem florescer seus espaços próprios. Esse movimento de olhar para trás para ir a frente é de extrema importância uma vez que a mobilização política e os movimentos sociais não se constroem do dia para a noite. Não somente o breve passeio histórico anterior nos dá uma noção básica do contexto argentino que foi se construindo - em meio ao que se contava e o que se deixava de contar - mas também precisamos olhar mais especificamente para como tudo isso afeta as mulheres negras especialmente.

Primeiro explorarei os desafios enfrentados pelas mulheres afro na Argentina, nos movimentos feministas argentinos mas também latinoamericanos e as suas conquistas ao longo do tempo, tendo a interseccionalidade como um ponto chave para trazer esse debate. Em seguida, focarei um pouco mais no contexto atual. Nesse sentido, buscarei compartilhar com você que lê a importâncias dessas sujeitas. Elas tiveram um papel central, enquanto lideranças, nas mobilizações e conquistas da comunidade afro no país. Ao mesmo tempo, também enfrentavam uma ordem machista, e por isso, abordo a relevância da criação de seus espaços próprios e toda a potência política de seu encontro, de suas comunidades, de seus coletivos e de seus corpos. Nesse ponto, contarei - principalmente - com as contribuições teóricas de Judith Butler e Verônica Gago para falarmos do direito de aparecer, dos corpos-territórios, dos corpos em luta e na rua.

Para que hoje as mulheres negras possam ter seus espaços políticos próprios na Argentina, é porque existe uma vasta história de mulheres afroargentinas que lutaram (e lutam) por reconhecimento e pelo direito a participar na sociedade argentina, nos movimentos feministas e nas lutas por direitos humanos. Não só de mulheres afroargentinas, mas também de mulheres indígenas, de mulheres feministas, de mães e da comunidade afroargentina como um todo, como pudemos ver pelo breve passeio histórico que fizemos no capítulo anterior.

Assim como em outros lugares da América Latina, o legado do sistema moderno colonial para as populações negras é a invisibilização, exclusão e pouco reconhecimento. Isso

gera lacunas significativas no acesso à direitos para a população negra e dá forma ao componente racial das desigualdades, e vale mencionar que esse mesmo legado também dá forma às desigualdades estruturais de gênero (OYEWUMI, 2021), afetando de forma múltipla as mulheres afrolatinoamericanas. Na Argentina, isso também se manifesta no processo de estrangeirização da população afro que comentei anteriormente. Ao não serem percebidas como passíveis de fazerem parte da nação argentina, se cristaliza uma ordem social racista que apaga a contribuição das mulheres negras para a formação da identidade do país, inclusive também da formação da identidade de luta das mulheres feministas argentinas no geral (VILLARRUETA, 2014). Por exemplo, como mencionei no capítulo anterior, Maria Remedios del Valle foi apagada da história argentina não sendo conhecida como uma figura com participação importante para a formação da identidade nacional do país e das lutas de mulheres por justiça e independência.

Logo, é muito comum que as mulheres negras não sejam percebidas ou devidamente reconhecidas no país. Constantemente, as afroargentinas no decorrer de suas vidas ouvem a pergunta: "de onde você é?", como se não pudessem pertencer àquele país<sup>15</sup>. A migração acaba sendo parte das regras que são impostas a seus corpos, condicionando a forma que a sociedade argentina lhes permite aparecer ou ser vistas. Inclusive, mesmo depois de já estarem há várias gerações e terem nascido no país, ainda são colocadas como os corpos estranhos e estrangeiros, que não fazem parte e só passam.

Esse processo de estrangeirização reforça o debate sobre mestiçagem anteriormente explorado, e a noção de controle de corpos que vem como legado da colonização. Aqueles corpos, e pessoas, que não são identificadas como sendo parte da Argentina ficam sob vigilância e são alvo de controle por parte de quem constitui o poder branco cisheteropatriarcal. Ou seja, corpos femininos e não brancos são alvo das regras e das normas definidas em uma sociedade construída a partir da branquitude patriarcal. Esse cenário afeta dramaticamente as mulheres negras que estão submetidas não somente aos controles e falta de autonomia de corpos femininos e LGBTIs, mas também à marginalização e exclusão das populações afrodescendentes. Esse é um ponto importante para entendermos a importância dos corpos para os movimentos de mulheres afro, mas também para os movimentos feministas.

---

<sup>15</sup> Nas entrevistas realizadas para a coleta de dados dessa pesquisa, esse aspecto ficou evidente. Adicionalmente, a minha própria experiência enquanto mulher negra, na pesquisa de campo em Buenos Aires também reforçou que essa é uma percepção generalizada. No capítulo 3 irei explorar esses elementos com mais detalhes.

Contudo, a história das mulheres afroargentinas e afrolatinoamericanas vai além da posição de subalternidade que o sistema moderno colonial de gênero tenta impor. Mesmo frente a isso, as mulheres negras eram, muitas vezes, os pilares de seus lares e comunidades (VILLARUETA, 2014), construindo em si e em seus corpos um papel político muito significativo de dar continuidade e manter vivos laços de afeto e coletividade. Essa é uma contribuição histórica central dessas mulheres não só na Argentina, mas em vários países da América Latina. São como constroem suas lutas e tornam prática uma perspectiva crítica de direitos humanos que também enfrenta a colonialidade.

Cabe mencionar que os desafios que as mulheres negras enfrentam na Argentina também se configuram, de forma similar em outros países da região. Esse é o caso, por exemplo, da hipersexualização (FERNANDES, 2016; GONZALEZ, 1983) - novamente profundamente ligada com o controle de corpos da colonialidade, que colocava as mulheres negras no lugar de objetos de satisfação sexual (MUNANGA, 2004). Há um estereótipo muito forte, também legado dos processos de colonização e exploração da negritude, que coloca corpos de mulheres (e homens) afrodescendentes como objeto erótico e passível de exploração para o prazer branco. Isso resulta em um processo violento, muitas vezes rotineiro, em que as mulheres negras na Argentina não têm o direito à privacidade, seus corpos são olhados, comentados e tocados sem pudor por uma branquitude que nos pensa somente a seu serviço.

Durante minha pesquisa de campo na Argentina, em julho de 2021, experimentei isso em primeira mão. Uma mulher negra andando sozinha pelas ruas da Argentina é olhada por todos como se fosse uma exibição. As pessoas não experimentam o desconforto de te encarar mesmo quando você as olha de volta. Os olhares são sentidos na pele como acusações de que você não combina com o restante da paisagem. Seu cabelo chama muita atenção, e na rua, não há constrangimento em comentar em voz alta, te parar e fazer observações sobre sua aparência, é uma constância de olhares que te singularizam como objeto. Ficou evidente que os corpos de mulheres negras são muito mais do que indivíduos, representam coletividade e contêm um território de luta em si, que para a branquitude pode ser exposto e explorado a seu bel prazer. Com isso em mente, irei explorar essa ideia de corpos-territórios à frente.

Por ora, vamos voltar ao fato de que a hipersexualização e objetificação não atingem somente as mulheres negras. O controle de corpos femininos é uma característica geral do patriarcado e atinge também as mulheres brancas, por isso enfatizo - uma vez mais - as conexões entre os espaços de encontro dos feminismos e das mulheres afro. "Apesar do fato de que a sociedade era vista como habitada por corpos, apenas as mulheres eram percebidas

como corporificadas" (OYEWUMI, 2021, p. 33). Não é à toa que a luta pela legalização do aborto e a autonomia para decidir sobre o próprio corpo se tornou uma bandeira de luta comum e transversal pelos femininos latinoamericanos na *Marea Verde* (BOUZO, 2020). Contudo, para evitar aprofundar invisibilizações devemos trazer a interseccionalidade e analisar como esse controle de corpos se aprofunda e se reconfigura na realidade de sociedades fundadas no racismo estrutural.

Refletir sobre como a sociedade argentina percebe as mulheres negras, os padrões que delas se esperam é relevante para termos melhor dimensão dos desafios que são enfrentados rotineiramente e a potência transformadora de seu encontro e reafirmação política. É, inclusive, relevante mencionar que os enfrentamentos e desafios não se dão somente no âmbito geral da sociedade argentina. As mulheres afroargentinas também tiveram que construir diversos enfrentamentos ao longo do tempo com os feminismos e movimentos de mulheres na Argentina, que ainda eram muito pautados na branquitude perpetrando, dessa forma, relações de poder e hierarquia racial.

A falta de consideração das múltiplas formas de opressão e seus entrecruzamentos destrói pontes e laços potentes para atuações políticas mais inclusivas, democráticas e radicalmente transformadoras. Lugones (2020) afirma que o sistema moderno/colonial de gênero não existe sem raça, já que a hierarquização racial é essencial para conformar a colonialidade do poder e em seguida ela aponta como os feminismos do século XX traçam as conexões entre gênero, classe e heterossexualidade enquanto categorias também racializadas. Oyeronké Oyewumi (2021, p. 186) nos diz que: "qualquer discussão sobre hierarquia na situação colonial, além de empregar raça como base das distinções, deve levar em conta seu forte componente de gênero". Isso reforça os apontamos de Lugones (2020, p.59) de que "somente ao perceber gênero e raça como tramados ou fundidos indissolúvelmente, podemos realmente ver as mulheres de cor".

Por exemplo, a feminilidade é uma característica de "mulheres" que pertence principalmente a algumas: geralmente as mulheres brancas que estão dentro de um padrão cisheteronormativo. O feminismo hegemônico criou uma ideia de que mulheres possuem vínculos só por serem mulheres, desconsiderando que a categoria "mulheres" foi criada para e a partir de mulheres cisgênero, heterossexuais e brancas, deixando de fora inúmeras outras formas de ser e existir no feminino. Oyeronké Oyewumi (2021) levanta questionamento similar ao se deparar com a forma que gênero e a categoria "mulheres" são tratados em certos estudos sobre o continente africano e a cultura iorubá, ela diz que "a categoria "mulher" [...] simplesmente não existia na Iorubalândia antes do contato mantido com o Ocidente"

(OYEWUMI, 2021, p. 15). “Mulheres” enquanto categoria universal encobre desigualdades outras que só puderam ser visibilizadas a partir das teorias e vozes de mulheres negras e indígenas.

Internacionalmente nos deparamos com manifestações de feminismos hegemônicos pautadas numa perspectiva "elitista, ocidental, branc[a], universalista e etnocêntric[a]" (BALLESTRIN, 2020, p.4). As lutas feministas construídas na América Latina, permeadas pela ação política numa prática feminista mas também pela produção de conhecimento próprio, partem já da experiência de sociedades que foram colonizadas com graves históricos de violência e violações. Toda a experiência e história latinoamericana faz com que esse seja um contexto radicalmente distinto do europeu, contudo, as teorias feministas hegemônicas têm uma raiz muito forte numa tradição europeia (BALLESTRIN, 2020).

Isso reforça certas exclusões e hierarquizações raciais próprias de uma perspectiva eurocêntrica e hegemônica, reforçando o apagamento e marginalização das mulheres indígenas e afro. Nesse sentido é importante salientar que "discussões sobre categorias sociais deveriam ser definidas e fundamentadas no meio local, em vez de baseadas em achados "universais""(OYEWUMI, 2021, p. 46) Dessa forma, faz sentido que para construir nossa atuação feminista latinoamericana - especialmente afrolatinoamericana - também construamos nossas próprias teorias, conceitos e premissas. Afinal de contas, "gênero é preeminentemente um construto cultural, não pode ser teorizado em um vácuo cultural" (OYEWUMI, 2021, p. 53)

Contudo, demorou muitos anos até surgirem os primeiros sinais de um amplo debate dentro desses espaços sobre racismo, identidade de gênero e orientação sexual. Mesmo que imersas em um sistema moderno/colonial de gênero, que entre outras coisas, se estrutura no racismo e na hierarquização racial, foram enfrentados desafios para efetivamente debater o assunto nos espaços políticos feministas. Essa luta por inserção e participação também se repete em muitos outros países e na construção dos feminismos latinoamericanos como um todo: é um desafio compartilhado pelas mulheres negras e indígenas na região.

Nos anos 90, os movimentos feministas latino-americanos passavam por um intenso processo de institucionalização. Pensadoras como Ochy Curiel (2011) e Sonia Alvarez (2003) tratam dessa dinâmica, e como a globalização e cooperação internacional através de organismos internacionais impactaram os caminhos dos feminismos. Coletivos e movimentos passaram a se formalizar, transformando-se em organizações não-governamentais (ONGs) a fim de conseguirem acessar financiamento e incidência política internacional. Isso fomentou um intenso debate sobre autonomia versus subordinação entre os feminismos

latino-americanos que teriam sido cooptados pela agenda internacional e criado uma relação de dependência com a esfera da cooperação internacional (ALVAREZ et al, 2003). Foi no IV Encontro Feminista Latino-Americano, a caminho da Conferência de Beijing - sobre os direitos das mulheres, que duros apontamentos foram feitos em relação à ingerência de fóruns internacionais, como o Banco Mundial, nos processos feministas mais fundamentais (CURIEL, 2011). Algumas mulheres latino-americanas reclamavam como raça e classe não haviam sido plenamente consideradas nos espaços coletivos de encontro dos feminismos latino-americanos (ALVAREZ et al 2003).

Oyeronké Oyewumi (2021, p.188) ressalta como "a colonização foi, acima de tudo, a expansão do sistema econômico europeu [...]. O sistema econômico capitalista moldou as maneiras particulares pelas quais a dominação colonial era efetuada". Ou seja, o sistema moderno/colonial de gênero anda de mãos dadas com o capitalismo, de forma que se torna uma tarefa muito difícil promover mudanças estruturais nas relações racistas e sexistas de poder quando a mobilização coletiva feminista se vê parcialmente cooptada pelas estruturas de poder capitalistas. É justamente esse o desafio que Ochy Curiel (2011) chama a atenção. Algumas ativistas consideravam que essa estratégia, de incidência internacional, estaria tirando a autonomia dos feminismos, de forma que a agenda gestada pelos organismos internacionais sequestrava a agenda dos movimentos sociais. E nenhum dos coletivos ou das feministas parecia ter alguma participação efetiva na construção dessa agenda internacional, sendo então uma questão que gerava certa discordância (BALLESTRIN, 2020).

Feministas autônomas latino-americanas têm uma contribuição singular ao puxar movimentos transnacionais mais para perto de um projeto internacional contra hegemônico, uma vez que não corroboram com os projetos de poder sexistas, racistas e capitalistas de transnacionalização e globalização. Elas constroem sua atuação partindo da independência e da autonomia a fim de provocar questionamentos sobre os fundamentos das desigualdades estruturais das sociedades coloniais latino-americanas, elaborando propostas contra-hegemônicas de globalização (SANTOS, 2003). Mas não se pode esquecer que esses espaços internacionais podem contribuir com as lutas feministas, de mulheres e por direitos humanos, quando abordados e levados criticamente.

A experiência com a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995, foi muito importante para que as mulheres negras conseguissem se articular para a III Conferência Mundial contra o Racismo, em 2001. Isso deixa evidente a potencialidade de aliar a luta antirracista e feminista, não só para as mulheres negras mas para a população negra no geral. Além disso, pode-se perceber que a provocação fundamental trazida na perspectiva das



feministas autônomas latino-americanas, que reivindicavam a inserção da discussão de raça e classe, teve efeito. Ao sair da institucionalidade e das amarras coloniais que perpassam nossas instituições, perspectivas feministas autônomas podem provocar olhares partindo de outros lugares.

Nas palavras desse trabalho, eu quero contribuir com o movimento que insiste em tirar nós, mulheres afrolatinoamericanas, do lugar de invisibilização que nos foi reservado por tanto tempo em meio aos feminismos latino-americanos. A amefricanidade traz uma redefinição da identidade latinoamericana, demandando que seja reconhecido o protagonismo político e de resistência das mulheres negras e indígenas, frente o processo violento de colonização, da colonialidade e da modernidade (LUGONES, 2020). É uma proposta plural e democrática, que traduz a interseccionalidade para a experiência latino-americana, através de chaves próprias para compreender e mudar a realidade e que ressalta o caminho histórico, político e social dos movimentos e lutas de mulheres na nossa região. Para que esse sonho se torne cada vez mais uma realidade política, são importantes o fortalecimento e a criação dos espaços próprios de mulheres negras na América Latina.

Raça parece mudar o foco dos debates e desenvolvimentos das práticas políticas e saberes feministas ao trazer outras perspectivas para a agenda. É possível ver que a outra interpretação e visão de mundo construída pelas mulheres afrolatinoamericanas demonstra que é possível inovar nas estratégias, nas alianças e nos afetos das lutas por direitos humanos. As mulheres negras enfrentam invisibilidade e desafios em todos os países pela América Latina, contudo o contexto dessas adversidades é diferente, bem como são as estratégias e articulações para resistência. É possível encontrar similaridades, mas também novidades. Quero explorar esse potencial de diversidade e complementaridade que enxergo na região para refletir criticamente não só na nossa produção de conhecimento, mas também em nossa prática política e ação coletiva, daí o foco exclusivo em conhecermos a realidade argentina, para nos darmos a possibilidade de aprender e construir pontes com outras mulheres negras que se organizam em sua diversidade para transformar suas realidades de forma fundamental.

Mesmo que haja peculiaridades e especificidades na história e trajetória de cada país da América Latina, temos muitos elementos em comum. Nossas proximidades históricas e culturais possibilitam a construção de laços relevantes entre as sociedades dos diversos países, uma vez que nossos desafios também podem ser similares em diversos casos, mas é preciso que nossas ações nos direcionem por esses caminhos. Por exemplo, existe uma presença importante de mulheres afro de outros países, inclusive brasileiras, entre os coletivos de mulheres negras na Argentina. Além de existirem espaços muito relevantes de encontro e

troca regionalmente entre as mulheres afrolatinoamericanas, como a Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribenhas e da Diáspora – RMAAD (REIS, 2011).

O não reconhecimento de histórias de sujeitos e sujeitas afro é parte da colonialidade do saber e do poder (CURIEL, 2011). Precisamos (re)tomar esse lugar de centralidade das narrativas e organizações políticas das mulheres mestiças, originárias e afro se quisermos propor ajustes estruturais mais complexos que reconheçam os desafios que derivam do legado da colonização e escravização, mas que também estejam atentos aos desafios e oportunidades atuais. Esse trabalho traz isso em seus objetivos, ao focar nas histórias contadas nas próprias vozes das sujeitas que integram essa pesquisa. A partir das entrevistas que realizei com integrantes de três coletivos de mulheres negras na Argentina fica claro como existem estratégias diferentes para buscar a participação de mulheres afro na sociedade e na vida pública do país. Contudo, todas elas surgiram e se construíram a partir do encontro de feministas negras durante os ENMs.

Existe, portanto, uma história de reafirmação política da identidade das mulheres negras (CURIEL, 2008), de forma positiva, que movimentou por anos uma insistência em se verem contempladas com uma oficina e um espaço exclusivo dentro dos encontros nacionais de feministas na Argentina, até que fosse possível se encontrarem para, coletivamente, construir suas próprias articulações. O empoderamento político das mulheres afroargentinas e afrolatinas na Argentina, inclusive através de uma política de identidade, está intimamente ligado com as articulações nacionais, regionais e globais de mulheres afro.

É no espaço de articulação nacional de feministas argentinas que as mulheres negras se encontraram em um evento específico para discutir diversos temas que as tocavam diretamente, mas também revelavam outras exclusões do feminismo branco hegemônico no país. A articulação regional também se prova muito presente nesse processo de florescimento dos espaços construídos pelas mulheres negras e para as mulheres negras na Argentina. Através das redes sociais vemos que existem laços importantes com o que acontece em outros países da região, especialmente casos emblemáticos como por exemplo a memória e o legado de Marielle Franco, bem como a busca por justiça no caso de seu assassinato. Além disso, já comentei como existe um caminho fértil de conexão entre os feminismos e as mobilizações feministas e de mulheres na Argentina e no resto da América Latina, e as mulheres negras são parte fundamental também desses espaços e movimentos que cruzam fronteiras.

Então, por mais que projetos de poder hegemônicos racistas e sexistas tenham permanentemente reconfigurado as sociedades latino-americanas através da colonialidade, nossas resistências mantêm o mesmo potencial. Desde os quilombos até os povos indígenas,

espaços de contra colonialidade se mantém e reivindicam reconhecimento através de muita luta (BISPO DOS SANTOS, 2019). Eu olho e percebo os espaços políticos criados por mulheres afro na Argentina como exemplos dessa contra colonialidade. O ponto central da presente pesquisa é ressaltar as resistências dessas sujeitas, através de seu próprio conhecimento e práticas, que bebem e nascem nessa ancestralidade de luta e sobrevivência

Para as mulheres afro na Argentina isso começa, com o 31 Encontro Nacional de Mulheres que aconteceu em Rosário<sup>16</sup>. Pela primeira vez na história desses encontros foi realizada a tão comentada oficina para falar sobre raça, identidade de gênero e orientação sexual. Foi uma oportunidade para debater sobre as identidades afro e suas subjetividades, como o sexismo e o racismo as afetam, e as dinâmicas e efeitos diferenciados de certos temas – por exemplo, o aborto e a migração (TROCHE; VARGAS, 2019). Essa oficina, realizada em 2016, permitiu que as demandas e prioridades que atingem os corpos das mulheres negras, em toda sua diversidade, fossem amplamente discutidas dentro dos feminismos argentinos (TROCHE; VARGAS, 2019).

As mulheres negras, indígenas, trans e LBTIs demonstraram claramente a necessidade de participarem e terem seu espaço garantido, de forma explícita, em meio a articulação feminista no país. Isso é resultado de um processo de fortalecimento e empoderamento político dessas outras sujeitas em outros feminismos. A oficina, de certa forma, revela um esforço de gerar mudanças inovadoras, criativas e interseccionais nos espaços já consolidados da luta feminista na Argentina (TROCHE; VARGAS, 2019). É um processo de incorporação mais amplo de lutas por direitos humanos, trazendo gênero, mas também raça, orientação sexual e classe.

Além de ter sido a oportunidade para se colocarem politicamente como resistências e existências dentro do feminismo argentino, a oficina no encontro de Rosário também serviu como um espaço para que a identidade afro fosse reconhecida e apropriada por várias das feministas que lá estavam. Isso quer dizer que por mais que houvesse a experiência do racismo e de ser uma pessoa afro ao longo da vida, pela invisibilidade da temática racial no país, essa identidade não era reconhecida em si (TROCHE; VARGAS, 2019). Ao estarem todas juntas, em um espaço próprio e seguro, foi possível compartilhar sobre as dores de vivenciar a negritude em um país racista, mas também se reafirmar, definindo positivamente as subjetividades de mulheres negras e contando com a memória das mulheres afroargentinas

---

<sup>16</sup> Como geralmente ocorre, o 31 Encontro Nacional de Mulheres foi autogestionado e construído coletivamente. Ele aconteceu em Rosário - cada ano o encontro se dá em uma cidade diferente da Argentina - e contou com a participação de cerca de 70.000 ativistas, 69 oficinas oficiais e cerca de 200 realizadas, além de diversas atividades culturais.

que historicamente lideraram lutas por visibilidade dentro dos feminismos, dos movimentos de mulheres, dos movimentos de pessoas negras e na sociedade como um todo. Como aponta Maria da Gloria Gohn (2014, p. 62) sobre os novos movimentos sociais na América Latina: "o reconhecimento da identidade política se faz no processo de luta".

Ativistas afro ressaltam como a maior preponderância dos debates sobre raça e racismo na Argentina tem uma conexão muito profunda e indissociável da nova onda de lutas feministas no país (TROCHE; VARGAS, 2019). Os ENMs, que depois se tornaram os Encontros Plurinacionais de Mulheres, Lésbicas, Travestis, Pessoas Trans e Não Binárias, permitiram a criação de redes, espaços de escuta e troca que fortaleceram e solidificaram as estruturas sob as quais se erguem as lutas coletivas e integradas pelos direitos humanos das mulheres afro na Argentina, inclusive sua plena participação.

A partir dessa perspectiva podemos ver uma conexão evidente entre o empoderamento das mulheres afro nas lutas feministas e o crescimento do debate de raça, com isso também é possível reconhecer a centralidade e a liderança das mulheres negras nas organizações afroargentinas. Se o crescimento do debate sobre raça e racismo na Argentina tem conexão intrínseca com a nova onda de lutas feministas como percebem ativistas no território, então as mulheres negras que participam de ambos os espaços são os principais vetores dessa maior visibilidade, participação e preponderância na vida pública argentina.

### **3.2 A liderança das mulheres negras na luta antirracista argentina e a atuação guiada pela interseccionalidade.**

Uma das principais organizações de amplitude nacional na Argentina é a *Comisión Organizadora del 8 de noviembre*<sup>17</sup>. A *Comisión del 8n* foi criada em 2015, no mesmo momento em que se estabelece a Década Internacional de Afrodescendentes. Ela reúne mais de 30 organizações focadas na promoção da cultura afro na Argentina (TROCHE; VARGAS, 2019). A *Comisión 8n* é uma organização permanente, que se engaja na luta por direitos para a população afro, mas também no reconhecimento da população afro na sociedade e cultura argentina. De forma pioneira, as mulheres afro conseguiram emplacar a criação de uma área de gênero na *Comisión 8n* (TROCHE; VARGAS, 2019). Esse se consolidou como um espaço para novas propostas e de transformação a partir do protagonismo das mulheres afro: de nós

---

<sup>17</sup> Um pequeno lembrete, como já mencionei antes, o dia 8 de novembro é o Dia Nacional dos Afroargentinos e Afroargentinas e da Cultura Afro. A data é um dia de homenagem a Maria Remedios del Valle, de quem já falamos extensamente acima.

para nós. Essa área de gênero é muito ativa politicamente, inclusive propondo ações, iniciativas e organizando eventos. Seu papel na ampliação da participação e visibilidade da população afro, especialmente as mulheres afro na Argentina, é central e tem crescido cada vez mais.

É importante mencionar que as mulheres e feministas mais jovens tiveram um papel muito importante nesse processo de renovação de dar novo fôlego e força para a articulação das mulheres afro na Argentina. A oficina de 2016 contou com uma participação significativa de mulheres afro jovens, inclusive migrantes latinoamericanas (BATISTA; BRAZ, 2020), que trouxeram consigo em seu corpo um acumulado de outras experiências, históricos de ativismo e visões, agregando novas possibilidades e outros horizontes para o movimento de mulheres afro que florescia na Argentina. Mais à frente, vamos debater mais profundamente sobre os territórios e territorialidades que os corpos negros, e de mulheres negras, carregam e toda a potência política de mudança que seu cruzamento e transposição através das fronteiras gera. Existe um comum de resistências, desafios e enfrentamentos que podemos progressivamente nos fortalecer ao nos encontrarmos para além de nossos países, uma comunidade mais ampla que dá força às lutas por direitos, reconhecimento e participação.

Por agora, o que nos interessa é a relevância que o encontro de gerações e de sujeitas teve para o florescimento dos espaços próprios de mulheres negras na Argentina. A oficina de Rosário possibilitou um poderoso encontro de vozes, que ganharam nova potência ao se abrirem para a troca entre lideranças afroargentinas históricas e jovens feministas afro. Foi um novo impulso para como as coisas poderiam ser construídas e elaboradas, sem deixar de lado tudo o que já havia sido feito até o momento. Essas trocas geracionais são de extrema importância e revelam a complementaridade que existe entre uma atuação diversificada, e em várias frentes quando o objetivo é mudar drasticamente as estruturas de poder e promover uma efetiva participação da população afro na Argentina: seja isso na vida política, acadêmica, cultural ou cotidiana.

Pensando nisso, é central que enfatizemos a contribuição e o papel das mulheres negras e dos afrofeminismos argentinos nesse esforço. Segundo Lisset Gonzalez Batista e Denise Lucia de Fátima Braz (2020), os afrofeminismos argentinos se motivam por uma luta contra a violência e discriminação sexista, de gênero e raça; pelo fortalecimento de uma consciência racial e de gênero e por um debate sobre raça e racismo em espaços de feminismos na Argentina partindo de outro ponto de vista, que não seja o feminismo branco hegemônico. Para o que quero trazer agora, nos interessa principalmente esse último ponto: um outro ponto de vista - nomeadamente: a interseccionalidade.

A interseccionalidade é um conceito e prática chave nesse sentido. Antes de ser teorizada por importantes feministas negras, a perspectiva já fazia parte dos escritos e da prática política de diversas mulheres negras, inclusive na América Latina, como por exemplo Lélia Gonzalez. As mulheres afro na Argentina mobilizam a interseccionalidade como uma ferramenta potente de transformação; é somente com ela que podemos contemplar a construção de uma abordagem feminista profundamente contra hegemônica nas Américas (REYNALDO, 2013), como explorei brevemente anteriormente.

A interseccionalidade nos oferta a possibilidade de elaborar propostas e projetos emancipatórios e mais radicais, tanto na teoria quanto na prática. Para partir e exercer a interseccionalidade é essencial manter uma postura teórica e política aberta a essas complementariedades entre as lutas por justiça social. Nunca daremos conta totalmente da complexidade de um problema, mas é essa categoria que nos traz a oportunidade de multiplicar como pensamos e agimos no mundo frente às inúmeras possibilidades de intersecção que existem. Como diz Patricia Hill Collins (2015), a interseccionalidade é teoria, metodologia e práxis política. É um conhecimento, mas também uma forma de pensar e um caminho para agir.

Os resultados da inclusão da interseccionalidade nos espaços feministas pela iniciativa das mulheres negras é bem evidente na Argentina. Com a oficina de 2016, podemos ver que essa prática começa a se consolidar dentro dos encontros feministas argentino, e planta as sementes de relevantes mudanças na postura do feminismo no país. Como já mencionado, essa oficina também foi um pontapé para que se debatesse o próprio nome dos encontros, para que as outras sujeitas pudessem se sentir plenamente contempladas e participassem desses lugares. Os encontros não são só nacionais, porque a Argentina é formada de diversas nações, inclusive de seus povos originários e de migrantes. Os encontros precisam se colocar como espaços plurinacionais, indo além da definição de cima para baixo de um Estado Nacional único, que é fruto da colonialidade do poder. Além disso, esse espaço feminista é de mulheres, mas também das lésbicas, travestis, pessoas trans e não-binárias, das outras dimensões do debate sobre gênero que passam pela identidade de gênero e também pela orientação sexual, questionando a fundo as estruturas do cisheteropatriarcado.

Com essa mudança, podemos ver aparecer explicitamente os debates sobre dissidências sexuais e de gênero, e sobre raça no título dos encontros feministas argentinos. É o início de um processo em direção a movimentos feministas mais inclusivos. Em 2019, pela primeira vez se coloca em peso a questão da plurinacionalidade e a expansão das dissidências de gênero. Naquele momento os feminismos na Argentina manifestavam a força do

plurinacional e do dissidente, e a potência do feminismo intergeracional (FLORES; SHABEL; EZQUERRA, 2020). O plurinacional e o dissidente demonstram a necessidade um movimento que seja progressivamente antirracista, abarcando as diferentes territorialidades e corporalidades, inclusive aquelas identidades dissidentes de gênero e orientação sexual. Por sua vez, o feminismo intergeracional revela a potência da participação das meninas e jovens que demandam uma transformação fundamental nas formas de participação, articulação e organização dos espaços feministas. É um encontro entre o que está e o que pode vir a ser.

Todos esses cenários que expus acima falam um pouco do caminho das mulheres afro na Argentina até o presente momento. São muitos desafios a serem enfrentados, todos que permeiam fundamentalmente a busca por visibilidade e participação na sociedade e na vida pública, mas a potência da articulação dessas mulheres é também enorme. O florescimento de lugares próprios de articulação das mulheres negras é prova disso.

A oficina de 2016 foi o motor para a criação dos coletivos com os quais conversei para essa pesquisa. Todas as mulheres entrevistadas chamam a atenção para o papel que esse momento de encontro teve na consolidação da articulação de mulheres negras no país. A seguir vou refletir um pouco sobre os significados que esses espaços possuem, inclusive ressaltando algumas dimensões muito interessantes que as corporalidades dissidentes e invisibilizadas adquirem ao se reunir e manifestar publicamente. E para encerrar o capítulo, vou explorar com mais profundidade os três coletivos que escolhi para a pesquisa, demonstrando a pluralidade de estratégias e sua complementariedade para reinventar como podemos participar e propor mudanças.

Um pouco antes estava falando de parte dos impactos da participação das mulheres negras tanto nos movimentos feministas quanto nos movimentos de pessoas afrodescendentes. Essas sujeitas resumem em si uma grande potência de mudança e ampliação dos espaços políticos oferecendo uma outra perspectiva inclusive por conta da própria interseccionalidade. É central dar o devido reconhecimento às mulheres afro e suas contribuições para repensarmos o futuro e a sociedade que vivemos.

Se reconhecer e encontrar entre si é o primeiro passo em direção não só da conformação de uma política de identidade política e positiva, conforme mencionei, mas também para o reconhecimento e devida participação das mulheres afro em todos os espaços da sociedade argentina, seja entre os movimentos sociais organizados, nas ruas, na política institucional ou na vida cotidiana.

Quando as mulheres afro na Argentina se reuniram em um só espaço, durante a oficina de 2016, em Rosário, através de gerações, migrações e dissidências, outras pontes e ligações

foram estabelecidas. Dessa forma, as bases para o surgimento de coletivos como Kukily, TeMA e Negras (sí) y Marronas se consolidaram. Esses coletivos são uma grande referência por estarem entre os primeiros que foram criados por mulheres negras, para mulheres negras, com foco em debater as desigualdades da Argentina a partir de um olhar centrado em raça e gênero. Ou seja, esses espaços próprios das mulheres afro, criados e liderados por elas, em que são o foco principal promove novas dinâmicas de reconhecimento. A partir de suas experiências e olhares, propõe outras análises e estratégias para mudar as estruturas de invisibilização e apagamento das mulheres afro e da população afrodescendente na Argentina a fim de plenamente possibilitar uma efetiva participação. Nesse sentido, a luta pelo reconhecimento é de extrema importância para todos os movimentos afro no país, principalmente para as mulheres afro que experimentam a invisibilidade de raça e do racismo na Argentina, e nos movimentos feministas, que por sua vez possuem uma grande capilaridade dos feminismos e da luta antissexista.

As ausências das mulheres entre os lugares de destaque, seja na história ou nos dias atuais, revelam as lacunas que persistem nas sociedades latinoamericanas. A questão que parece aparecer é que somente quando essas mulheres conseguem construir seus espaços próprios, se encontrar e articular politicamente - mesmo em face a todos os desafios estruturais que as excluem constantemente – que se cria a possibilidade de rever as injustiças históricas que as afetaram e afetam. O florescimento dos coletivos de mulheres afro na Argentina se consolida como uma oportunidade para reivindicar o direito à memória dessas sujeitas e suas comunidades. É também um novo lugar que traz para o debate as dívidas do Estado e da democracia argentina, principalmente no que se refere à contribuição da comunidade afro e as suas possibilidades de participação em uma sociedade que construíram fundamentalmente desde os tempos coloniais.

O que quero argumentar é que a criação dos espaços próprios das mulheres afro na Argentina trazem a possibilidade de rever o passado e começar a enfrentar as discriminações e desigualdades históricas e estruturais do país, especialmente no que se refere a raça. Com a perspectiva interseccional dessas mulheres, inclusive através da troca intergeracional e o olhar da juventude, novas formas de enfrentar os problemas surgem. E cada vez mais é central que se prossiga com os esforços de reconhecimento para que justiça seja feita em relação à memória, papel e importância dessas sujeitas no país.

Mas é claro que para que as mudanças possam acontecer, mais do que se encontrarem e se reconhecerem, é importante que o restante da sociedade argentina, inclusive as autoridades políticas também estejam cientes das dimensões e das necessidades dessa



população. Em 2022, o censo populacional contou com uma pergunta sobre identidade racial. A expectativa é que os resultados sejam condizentes com o que espera a sociedade civil em relação ao tamanho da população afro residente na Argentina. Os resultados ainda não foram disponibilizados, e resta a antecipação do que foi possível construir coletivamente nos últimos 10 anos em relação a consolidação da identidade afro frente uma sociedade que permanece fiel ao mito de que é praticamente branca em sua totalidade.

De toda forma, essa é uma batalha que não se encerra e demanda tempo para, de fato, transformar as raízes e estruturas que são a base da sociedade e identidade nacional argentina. Existem aberturas e sinais positivos de que o caminho para mudança é possível. A própria celebração do Dia Nacional de Afroargentinos e Afroargentinas e da Cultura Afro demonstra isso, essa é uma data simbólica muito relevante para a busca por reconhecimento e participação, e ganha outra dimensão ao lembrarmos que é em homenagem a uma mulher negra.

É muito importante seguir repetindo que as mulheres afro têm uma centralidade não reconhecida na estruturação, consolidação e continuidade das organizações e movimentos afros. Comentei já da centralidade e liderança das mulheres em movimentos de direitos humanos, principalmente com a figura *das Madres de la Plaza de Mayo*, mas as mulheres negras também estão profundamente envolvidas com outras lutas por justiça social, democracia e igualdade na Argentina. As lutas por direitos humanos sempre tocam diretamente na vida e nas demandas da população afro, inclusive das mulheres. Desde Maria Remedios del Valle, as mulheres afroargentinas onde quer que estivessem eram resistência, projeção e defesa de suas famílias e comunidade afro (MOLINA; LÓPEZ, 2018).

Da mesma forma que as *Madres de la Plaza de Mayo* transformaram o cuidado materno em uma bandeira política de resistência contra injustiças sociais, inclusive o sexismo, as mulheres afro também precisam ter seu trabalho de cuidado, enquanto mães, cozinheiras, lavadeiras e abatedoras devidamente reconhecido (MOLINA; LÓPEZ, 2018) em sua potência para construir comunidades e coletividades. É claro que elas também não cumpriam somente essas funções, talvez já esperadas das sujeitas negras devido a estereótipos coloniais. Mas, de toda forma as mulheres afroargentinas acumulavam a função de "propagadora[s] de nossa ancestralidade e protetora[s] do nosso futuro"(MOLINA; LÓPEZ, 2018, p. 159).

A liderança histórica das mulheres afro na luta por direitos humanos é também renovada pelas mais jovens, e também pelas outras mulheres negras migrantes que chegam na Argentina e somam ao movimento. As mulheres negras migrantes, com o acumulado de suas experiências feministas e antirracistas em outros lugares, chegam e também conseguem

alcançar outros espaços institucionais e feministas, dessa forma conseguem propor outras dimensões de ação política antirracista, inclusive contemplando o tema da migração (BATISTA; BRAZ, 2020). Esse fato também traz com muita força para o debate a questão do corpo como território que conforma uma identidade política diaspórica.

Essa onda de novas perspectivas é acompanhada pelo protagonismo dessas outras gerações, que contam com outras experiências e trazem para o debate novas ideias e estratégias para promover mudanças sociais e participação. As mulheres negras em Buenos Aires eram porta-vozes de certa conscientização política, de luta antirracista, pela igualdade de gênero, com foco na interseccionalidade e uma abordagem crítica da colonialidade (BATISTA; BRAZ, 2020). No encontro do que já estava e do que veio de fora, foi possível trazer novas formas de fazer política, inclusive fortalecendo a militância horizontal, colaborativa e inclusiva (BATISTA; BRAZ, 2020).

É nesse contexto que novas oportunidades de diálogos e trocas construtivas para a participação social são feitas. O resultado disso? A consolidação e surgimento dos espaços de mulheres negras, por mulheres negras e para mulheres negras. Esses lugares têm sua importância primeira na autonomia dessas mulheres, além delas serem o centro, se cria um lugar seguro justamente para que possam ser feitas novas trocas e alianças entre si. A partir do momento em que se pressupõe que o enfrentamento ao racismo e ao sexismo são centrais e inegociáveis, se pode construir debates e colaborações em outras frentes sem que haja um enfrentamento para considerar raça e gênero.

Novamente é o que comentei de inaugurar uma nova potencialidade, um novo desejo de transformação que se corporifica nas mulheres afro aparecendo como as lideranças, como o centro e como as portas-vozes de novas estratégias de atuação, de novas ideias para a mobilização e outras maneiras de se participar na vida pública argentina. Pensando nisso, considero que o direito de aparecer, explorado por Judith Butler (2019) tem muito a acrescentar a esse debate.

### **3.3 Pelo direito de aparecer: os corpos-territórios das mulheres negras lutam pelas ruas**

O direito de aparecer tem uma conexão direta com o sentido de resistência e enfrentamento que corpos dissidentes reunidos nas ruas ou em espaços públicos ganham. Segundo Butler (2019), é um exercício de um direito plural e performativo de aparecer, de estar presente e, com a exposição de seu corpo, trazer o coração de muitas manifestações. Butler (2019) comenta como o campo do visual, nesse sentido de aparecer, tem uma função

importante para transparecer reivindicações políticas de participação que vão também além daquilo que pode ser dito. A performatividade do corpo, a aparição dessas sujeitas negras coletivamente e o impacto visual que elas geram, em uma sociedade que as invisibiliza e insiste dizer que são poucas, que desapareceram, é algo muito potente.

O direito de aparecer é "uma demanda corporal por um conjunto de vidas mais vivíveis" (BUTLER, 2019, p.31). A partir da exposição dos corpos, que também é se colocar num lugar de vulnerabilidade, se escancara as precariedades, desafios e potências que esses corpos resumem. É importante ressaltar como Butler (2019) estabelece que o espaço de aparecimento só se faz no entre corpos, ou seja, entre as pessoas e necessariamente no coletivo. Sendo assim, o direito de aparecer necessariamente demanda alianças e um conjunto (BUTLER, 2019), não é algo que pode ser exercido individualmente, até porque esses mesmos corpos dissidentes, quando vistos, não carregam só a individualidade daquela pessoa, mas toda uma ancestralidade, um conjunto de estereótipos negativos, mas também resistências. Aparecer, então, está intimamente e continuamente conectado com lutas políticas e reivindicações por melhores condições de vida, enfrentando as desigualdades estruturais em busca de justiça social.

Vale dizer que Butler (2019, p. 41) comenta sobre como "as normas de gênero tem tudo a ver com como e de que modo podemos aparecer no espaço público [...] e como essa distinção é instrumentalizada a serviço da política sexual". No nosso caso, devemos visibilizar também como as normas de raça e as dinâmicas de migração e estrangeirização afetam esse espaço público e político de aparecimento coletivo para as mulheres afro na Argentina. O direito de aparecer não é simples de ser exercido. "A esfera do aparecimento é altamente regulada"(BUTLER, 2019, p.91), ou seja, esse lugar em que se aparece socialmente é alvo do significativo controle de corpos que permeia o sistema moderno/colonial de gênero.

Além de enfrentar esse controle de corpos racista e sexista, é preciso falar de quem é reconhecido na esfera do aparecimento como passível de representar a afroargentividade. Isso revela um ponto que eu pouco explorei até agora: por mais que todas essas potências e transformações estejam presentes entre os movimentos de mulheres afro na Argentina, existem muitas disputas e discordâncias internas também. Não só entre as mulheres, mas nos movimentos afro como um todo, por exemplo, existe uma disputa entre quem poderia representar a afroargentividade. Muito motivada pelo processo de estrangeirização que já comentamos, por vezes é possível que se esbarre em um essencialismo da definição de uma "autenticidade" afroargentina que enfatiza as ascendências de pessoas africanas escravizadas (chamadas "afrodescendentes do tronco colonial") em detrimento de pessoas afro migrantes,

mas também de nascidas na Argentina, porém de migrações mais recentes (como as latinoamericanas ou caboverdianas).

Lisset Gonzalez Batista e Denise Lucia de Fátima Braz (2020) argumentam como esse essencialismo, que tenta opor pessoas afroargentinas descendentes de pessoas escravizadas, pessoas afroargentinas descendentes de migrações caboverdianas mais recentes e pessoas afrolatinoamericanas migrantes, gera dissidências e prejudica a construção de alianças e coesão suficiente para acessar mais espaços políticos e fortalecer os esforços de participação para atender as demandas que afetam todas as comunidades afrodescendentes do país.

Esse é um debate interno, mas no final das contas, independente de que grupo se faz parte, todas essas comunidades afro enfrentam os desafios da invisibilidade, estrangeirização e racismo na sociedade argentina. As mulheres afro, no geral, enfrentam a hipersexualização, o apagamento, o sexismo e o racismo. Todas expõem seus corpos e insistem em aparecer publicamente para gerar transformações e criar novos lugares: os seus lugares.

Ao invés de focar nessas divergências, que não podemos deixar de considerar principalmente ao refletir sobre a construção de experiências de articulação mais horizontais – devemos tomar nota das divergências e do árduo trabalho democrático de discutir, ouvir e reciprocitar para construir ações inclusivas e participativas. Gostaria de concentrar nas trocas que podem ser feitas entre os grupos, entre as gerações, entre os territórios a partir da nossa multiplicidade e diversidade. Mais do que uma disputa de quem pode ou não pode aparecer, um caminho possível é se livrar da ideia de escassez do capitalismo, de que só algumas podem participar e de que não há lugar político para todas/os/es. A complementaridade pode falar mais alto do que a disputa pelo topo, afinal de contas, uma estrutura horizontal em que todas estão encontra mais sentido com a prática da interseccionalidade do que uma hierarquia vertical em que há pessoas acima e abaixo. No topo da montanha cabem poucos, mas na horizontalidade da rua sempre há espaço.

De certa forma, esse trabalho é um esforço para enxergarmos essas complementaridades. Seja como sujeitas externas, fora da Argentina, que buscam inspiração nas lutas históricas, inclusive vendo através das diferenças internas, seja como mulheres afrolatinoamericanas que, mesmo com as peculiaridades e distinções nos países, conseguem olhar para a região e somar nossos históricos e experiências a fim de transformar e sermos movidas pelo desejo de mudança. Temos todas a aprender e a ensinar, coletivamente. Várias coisas nos diferem, somos múltiplas! Mas muitas coisas nos unem também. Mais do que um desafio, nossa diversidade pode ser vista como nossa força, nossa potência de reinvenção, de

criatividade, de reconstrução e resistência. É com nossos encontros e nossas trocas que podemos ir além.

As sujeitas que ousam aparecer, estão colocando seus corpos em luta em uma sociedade que as quer controlar e restringir, por racismos, sexismos e toda a estrutura opressiva do cisheteropatriarcado. O ato de se levantar contra as formas de opressão e efetivar os direitos humanos, a partir de uma perspectiva crítica, como processo de luta envolve diretamente uma resistência política, que no caso de muitos grupos, inclusive de mulheres negras, isso não se faz sem que seu corpo material seja colocado na rua como forma de diretamente provocar mudanças nas sociedades (SUTTON, 2007). Barbara Sutton (2007, p.143) diz:

*"poner el cuerpo* denota união, engajamento de outros corpos no projeto de criação de mudanças sociais, na construção coletiva de poder de baixo pra cima. Nessa perspectiva, *poner el cuerpo* como uma prática de resistência não é uma tarefa solitária ou individual, mas coletiva"<sup>18</sup>

De acordo com Barbara Sutton (2007), existem quatro formas em que os corpos se inserem e são importantes em protestos políticos: (i) protestos que acontecem através dos corpos; (ii) o uso dos corpos como recurso argumentativo, um meio em que se transparece certa narrativa; (iii) as necessidades, vulnerabilidades, características e resiliências dos corpos são inseparáveis das práticas políticas ativistas, assim como as percepções que a sociedade tem desses corpos; e (iv) quantidade/volume de corpos reunidos. Entendo que todas essas formas se conectam e se complementam de várias formas, inclusive estando presentes simultaneamente em manifestações e protestos nas ruas.

Quando os corpos dissidentes, que fogem da norma e que deveriam ser controlados em uma sociedade racista e cisheteropatriarcal estão no ambiente público, especialmente nas ruas, vemos um movimento que visa a promoção de mudanças sociais radicais (SUTTON, 2007). Marchando em protesto, deixando explícitas as identidades, sentidos e simbologias que carregam coletivamente em si, esses grupos propõem visualmente e explicitamente outras formas de existir, desafiando inclusive as próprias estruturas que ditam o que é norma e de quem são os corpos dissidentes. Butler (2019, p.44) diz: "apenas por meio de uma forma insistente de aparecer precisamos quando e onde somos apagados que a esfera da aparência se rompe e se abre de novas maneiras".

---

<sup>18</sup> Tradução livre, do original: "*poner el cuerpo* connotes togetherness, engaging other bodies in the project of creating social change, of building power together from the bottom up. From this perspective, *poner el cuerpo* as a practice of resistance is not a lonely or individual task but a collective"

Vale mencionar que ao falar do lugar dos corpos em protestos Barbara Sutton (2007) está especificamente analisando os movimentos feministas na Argentina e suas resistências, ou seja, é uma análise profundamente conectada com o tema central do presente trabalho. Barbara Sutton (2008, p.109) aponta que "a cultura dominante na Argentina promove um "senso comum" desracializado que obscurece hierarquias raciais". Ao falar sobre os movimentos feministas, muito do que a autora diz se aplica às mulheres negras na Argentina, mas claro ganha outros delineamentos e dimensões, complexificando a resistência política e reivindicando novas propostas de mudanças sociais. Novos sentidos são assumidos quando corpos de mulheres negras se reúnem, se encontram, se manifestam e protestam nas ruas, nesse espaço público cotidiano, em um país que apaga sua existência e participação.

O ato de aparecer para esses corpos afrodescendentes é muito potente, em si é um ato que transcende palavras, já que sua presença em marchas e manifestações onde sua existência é invisibilizada configura uma reivindicação política (DA SILVA, 2019). Os corpos das mulheres afro então assumem esse lugar político muito importante, uma vez que sua corporeidade é inseparável dos desafios que enfrentam, das resistências que constroem e do confronto rotineiro com todas as discriminações que sofrem enquanto dissidentes no sistema moderno/colonial de gênero.

Ademais, é possível reafirmar os corpos políticos ao se conjugar com outros símbolos, por exemplo, ao usar um turbante, ao tocar um tambor se reforça uma identidade e ancestralidade afro que é repetidamente invisibilizada e apagada com práticas racistas de embranquecimento (DA SILVA, 2019). Quando representados de forma coletiva através de corpos dissidentes, esses símbolos deixam de ser manifestações individuais e passam a ter um caráter político mais profundo (DA SILVA, 2019), sendo os corpos de fato usado como recursos argumentativos, como símbolos para reafirmar projetos políticos que questionam a ordem vigente para além do que pode ser dito.

A própria cultura e manifestações artísticas podem também ser uma ferramenta relevante para o ativismo político (BATISTA; BRAZ, 2020) em que os corpos, coletivamente, se colocam como instrumento de transformação social e cultural. Esses corpos específicos mobilizam perspectivas de novos movimentos sociais, com sujeitos históricos corporificados e não universais (ALONSO, 2009). Como aponta Ana Paula Antunes Martins (2018, p. 167): "a ênfase cultural às ações coletivas da contemporaneidade é, segundo a T[eoria dos] N[ovos] M[ovimentos] S[ociais] o que caracteriza a novidade. Esta adjetivação "novos" não deriva necessariamente da flexibilidade, mas da atuação expressiva, voltada para a afirmação de identidades".

O uso de performances artísticas para enfrentar os desafios políticos atuais trazem à tona uma outra forma de protestar que tem sido cada vez mais usada pelos novos movimentos sociais e pelas mulheres negras, sendo inclusive já uma prática da militância afrofeminista de Buenos Aires (BATISTA; BRAZ, 2020). O uso da corporalidade ressignifica uma identidade coletiva através da valorização da expressão cultural (DA SILVA, 2019), mas mais que isso também inaugura um novo espaço de encontro afetivo, de reconhecimento mútuo e de construções de outras propostas de engajamento político (BATISTA; BRAZ, 2020).

A "corporeidade possui em si, uma lógica social e cultural" (DA SILVA, 2019, p. 299), indo além do caráter individual para ser uma corporeidade coletiva. Inclusive é por esse motivo que falo em corpos sempre no plural. Não devemos encarar aqui o corpo numa perspectiva individual, especialmente ao falarmos das forças e sentidos políticos que carregam em si. Os corpos para serem políticos e aparecerem, devem estar em conjunto, considerados a partir do coletivo. O que não quer dizer que seja um coletivo uniforme ou uníssono. É essencial reconhecermos a multiplicidade e a diversidade do coletivo para entender todas as potências dos corpos que se colocam em luta e insistem em aparecer, especialmente pois aqui ao falar de mulheres negras estou falando necessariamente em interseccionalidade, logo nas nossas diversidades que se inter cruzam.

Cada corpo carrega em si uma trajetória e uma experiência, um modo de localização social que dá concretude a vivências dramáticas como a violência (GAGO, 2020). Mas é a partir desses diferentes corpos reunidos que se pode desenvolver estratégias multifacetadas, que combatam o fato de que corpos feminizados e dissidentes são percebidos como superfícies e territórios de colonização, exploração e conquista (GAGO, 2020). Nesse sentido, "cada corpo é um território de batalha" (GAGO, 2020, p. 108), é **território** de resistência, reafirmação e também de coletividade. Vale dizer que compreendemos território como outra concepção "distante da geografia tradicional [...]. Território passa a se articular com a questão dos direitos e das disputas pelos bens econômicos, de um lado, e, de outro, pelo pertencimento" (GOHN, 2014, p.44).

Ressalto a ideia de corpos e territórios para trazer uma perspectiva da qual eu gosto muito, que aborda os "corpos experimentados como territórios" (GAGO, 2020, p.107). Verónica Gago (2020) aponta a ideia de corpo-território como uma ideia-força que explicaria as estruturas das explorações dos territórios, especialmente sob uma ótica neoextrativista em um regime capitalista que ainda é baseado em uma colonialidade que violenta mulheres, populações negras, comunidades quilombolas e tradicionais, povos originários para enriquecer com a destruição e esgotamento de recursos naturais. É um sistema de exploração

que se baseia na posse, na hierarquização, na opressão e nos projetos de poder e supremacia da branquitude cisheteropatriarcal.

Pensando nisso e voltando no tempo para o início histórico desse projeto de poder colonial, com as invasões europeias, matanças dos povos originários e sequestro e escravização de pessoas africanas, uma nova experiência de território e territorialidade se configura. O território espoliado não são somente as terras ameríndias ou o continente africano, mas a colonização faz com que os próprios corpos sejam explorados como parte indissociável desse território. Através da violência, os corpos são territórios e os "territórios [são] vividos como corpos" (GAGO, 2020, p.107).

Por outro lado, isso também quer dizer que, politicamente, os corpos vão carregar em si um território, sendo necessariamente manifestações coletivas. Como já comentei, os corpos precisam ser considerados no plural, e são de fato indissociáveis também do corpo individual. Através da ideia de corpo território, se pode unir a ideia dos corpos múltiplos e diversos, que em conjunto com outros, desenham uma nova arena de enfrentamentos, possibilidades, recursos e afetos (GAGO, 2020) para as lutas por direitos humanos.

Ao falarmos especificamente de raça, a proposta de corpos territórios ganha outros contornos justamente por conta da diáspora e a nova forma de territorialidade que ela enseja. Replicando a metáfora que me apresentou Sheila Walker: “a África é Osíris. Foi despedaçada e os pedaços foram dispersos pela terra. É nossa responsabilidade recompô-la” (WALKER, 2018, p.20). A diáspora africana foi um processo de movimentos forçados pelo Oceano Atlântico, em que pessoas africanas foram sequestradas e escravizadas em várias partes do mundo, especialmente nas Américas. Ao serem submetidas a essa diáspora, as pessoas africanas foram arrancadas de seu território físico e precisaram criar outras formas coletivas de comunidade para sobreviver e resistir. Isso envolveu uma reconfiguração de sua territorialidade, em que os costumes, culturas, histórias e práticas ligadas aos territórios africanos foram transpostas pelo Atlântico para onde quer que essas pessoas estivessem sendo levadas, ou seja, sua territorialidade existia independente do lugar físico em que estavam (AGATA DA ROCHA; NOGUEIRA CHAVES, 2022).

A diáspora africana redefiniu a existência de um corpo negro no mundo. O movimento através do atlântico deu outra dimensão territorial para as corporeidades negras, uma identidade mais dinâmica que se forjou no ir e vir do Oceano. Os corpos negros diaspóricos se transformaram num encontro entre África e América, resumidos em sua própria existência mantendo elementos culturais do continente africano adaptados à realidade de violência das Américas que exigia outras formas de alianças, coletividade e comunidade. Beatriz



Nascimento aponta que isso cria uma identidade atlântica. Num processo de transmigração e conexão entre continentes por entre oceanos (ORI, 1989).

A partir dessa perspectiva conseguimos ter uma outra dimensão do corpos-territórios, que além de ser em si campo de batalha e carregar uma experiência e trajetória, inaugura uma outra vivência da territorialidade por se constituir e se definir nesse contexto específico, que se baseia na fluidez e no movimento de um território que não se manifesta num lugar físico, mas na coletividade desses corpos sequestrados, explorados, racializados e que resistem e sobrevivem. Acho que essa é uma característica muito importante quando falamos em corpos negros territórios: a ideia de movimento.

A diáspora é necessariamente sobre mover-se, adaptar-se e sobreviver em comunidade mesmo frente às dificuldades impostas por sociedades e ordenamentos racistas. Sendo assim, corpos-territórios diaspóricos fazem referência a uma população negra que pensa rodando e vive rodando (BISPO DOS SANTOS, 2019). Ou seja, somos coletividades que estão em constante processo de mudança, não existe um caminho linear ou fixo, na verdade temos esse histórico de nos reinventarmos, em um processo contínuo forjado em nossa multiplicidade: sem ter um final, estamos sempre rodando em um começo-meio-começo (BISPO DOS SANTOS, 2019).

Essa constante necessidade de reinvenção deriva de nossa incompatibilidade com o sistema colonial. Desde o começo, essa não foi uma ordem criada para que pudéssemos participar. Logo, foi necessário desenvolver estratégias e constantemente repensar iniciativas de luta para que fosse possível transformar a realidade e reivindicar nossos desejos, nossas históricas e nossos futuros. Tais lutas propõe, até hoje, novos modos de organização que mobilizam a criação de novas territorialidades e formas de se mobilizar (GAGO, 2020). Podemos ver essas iniciativas como parte do que Mestre Antônio Bispo dos Santos (2019) chama de lutas contra coloniais.

São outros conjuntos de práticas sociais que não são somente esforços para descolonizar, mas que vão contra a colonialidade. Defendem e criam outras maneiras de se construir relações sociais, pautadas fundamentalmente nos históricos de reinvenção e resistência de comunidades tradicionais, quilombolas e de povos originários. "Todas as palavras dos povos originários têm vida, são vivas" (BISPO DOS SANTOS, 2019, p.25), ou seja, são dinâmicas que se desenvolvem a partir dessas palavras que se movimentam, não a partir das existências sintéticas e produzidas por uma ordem capitalista e colonial que explora, que destrói e exclui.

A partir dessas perspectivas de existências outras que se materializam nos povos originários e nos quilombos conseguimos vislumbrar como os corpos territórios "possibilita[m] o desacato, a confrontação, e a invenção de outros modos de vida" (GAGO, 2020, p. 110). Em si e em conjunto, esses corpos resumem um potencial de constantemente reimaginar lutas, sociedades, mobilizações e formas de participação. Sempre em movimento como os oceanos, é um esforço realmente de se confirmar enquanto começo-meio-começo, em que todas as lutas vêm desde antes, das nossas ancestralidades, continuam e sempre podem ser renovadas pelas mais jovens e por quem virá.

Outras propostas de território e nação surgem a partir do agrupamento de pessoas negras. Isso porque as pessoas negras podem ser encaradas como corpos territoriais, ou seja, "é como se cada corpo territorial negro fosse uma nação dentro de outra nação" (COSTA, 2017, s/p.). Nossa nação é forjada em nossos corpos pela ancestralidade e territorialidade que carregamos e herdamos historicamente com a diáspora. Os corpos territoriais não podem ser desvinculados de uma corporalidade marcada (GAGO, 2020), que no caso dessa pesquisa é marcada fundamentalmente por gênero e raça. São as mulheres afro na Argentina que em suas coletividades reivindicam outro projeto de sociedade para o país, uma outra história em que elas estejam presentes, em que sejam reconhecidas e que participem plenamente como sujeitas de direito.

Levando em conta que estamos abordando os corpos sempre no coletivo, devemos perceber os corpos-territórios também "nos termos das redes de relações que o[s] apoiam" (BUTLER, 2019, p. 143). Dessa forma, os corpos-territórios são sempre uma representação do nós. Eles se formam quando estamos em alianças, por isso é tão central olharmos para as organizações e mobilizações de mulheres negras na Argentina, mas também na América Latina como um todo. É nesse lugar compartilhado construído por nós, para nós e sobre nós que podemos exercitar melhor a potência dos nossos corpos territórios para mudar as realidades e em lutas por direitos humanos.

O próprio ato de formarmos essas redes e esses espaços próprios podem ser encarados como estratégias de resistência. Mobilizando a memória e história de resistência afro, muitas pensadoras e pensadores da negritude chamam esse movimento de quilombamento (DO NASCIMENTO et. al, 2019; NASCIMENTO, 2006; KILOMBA, 2019). Em nossos espaços podemos manifestar nossa própria territorialidade e construir as redes que sustentam o sentido político de nossas existências múltiplas e coletivas, especialmente ao estarmos nas ruas e atuando nas buscas por mudanças.

É importante dizer que o quilombamento amplia o que entendemos como quilombos. Não são somente os espaços históricos feitos por pessoas africanas que fugiram e criaram suas próprias sociedades, mas também os novos espaços de resistência construídos nas cidades, mas que são estabelecidos com o propósito de serem lugares seguros para criarmos e fortalecermos nossos laços (ÔRI, 1989). Os quilombos urbanos se constituem então como territórios de encontros e coletividades negras na atualidade, de renovação das estratégias históricas de sobrevivência e de luta. Os quilombos são territórios de liberdade, em que se pode pensar a construção de outras nações, outras sociedades e outras vidas para as pessoas negras (RATTS, 2006).

Os coletivos de mulheres negras na Argentina podem ser vistos como esses outros lugares de resistência, de quilombamento e de inventar outros modos de vida. Quando elas inauguram esse novo momento em sua mobilização, tanto entre os feminismos quanto entre os movimentos da negritude, novas possibilidades e potências de transformação surgem, conforme já exploramos. Inclusive, de forma explícita, Gladys Flores, do coletivo Negras (sí) y Marronas reivindica sua própria casa como esse lugar de encontro e de quilombamento. Chamado de "Kilombo de Flores", Gladys traz em sua residência a potencialidade que carrega também em seu corpo-território.

**Figura 12** - Kilombo de Flores



**Figura 12.** Frente da casa da ativista feminista afroargentina, Gladys Flores, com os dizeres "Kilombo de Flores" e a ativista segurando uma bandeira escrito "Argentina también es afro", ressaltando tanto a identidade afro quanto o espaço de acolhimento que construiu em meio ao que a própria ativista caracteriza de um quilombo urbano . Fonte: Acervo pessoal da autora..

Essa prática política, de uma sujeita que se entende enquanto diaspórica e afro, revela como a teoria vira experiência. Além disso, também reflete a proposta de uma Améfrica Ladina de Lélia Gonzalez (2020). A importância e herança do encontro entre América e África, entre povos originários e povos negros, para a construção da nossa região é ressaltada na amefricanidade, que além de tudo também evoca a potência das mulheres na construção dessas resistências (GONZALEZ, 1988). Ou seja, os corpos das mulheres negras reivindicam uma proposta contra hegemônica, oferecendo uma alternativa ao modelo racista e colonialista que vemos presente na sociedade atualmente (CARDOSO, 2014), que inclusive é perpassada por esse transbordamento dos corpos para além de si: são territórios de luta. Logo, forjadas no movimento, nos vemos, nos conectamos, nos juntamos e, assim, somos nosso próprio território, criamos nossa própria territorialidade. Esses múltiplos sentidos que explorei acima são experimentados nesses corpos territórios que carregam significados por entre as fronteiras no mundo, na América Latina, e para essa pesquisa também na Argentina.

Os corpos-territórios expandem e transbordam nesses outros modos de organização e da vida (GAGO, 2020). As mulheres afro na Argentina então, ao se juntarem, reivindicam e propõe outras formas de organizar a vida coletiva no país. Uma outra ideia de nação e de sociedade se estabelece na voz dessas mulheres quando elas se juntam, quando elas tomam as ruas e quando elas florescem em seus coletivos. Ao aparecerem como são, os corpos-territórios das mulheres afro forçam seu reconhecimento e participação, mobilizando esses outros projetos de organização social que menciono.

Isso porque independentemente do que estão dizendo, os corpos são inseparáveis das condições em que vivem, ou seja, suas necessidades e demandas estão profundamente conectados, não podendo separar vida de ação (BUTLER, 2019). Corpos são "conjunto[s] vivo[s] de relações" (BUTLER, 2019, p.72), ou seja, os corpos das mulheres afro não podem ser separados dos desafios de reconhecimento e lutas que tem na Argentina. À medida que essas mulheres criam novos laços entre si e transformam suas relações com a sociedade argentina, seus corpos-territórios também ganham novos sentidos, nesse processo dinâmico e vivo.

Nessas redes e coletividades, as mulheres afro persistem em suas lutas por pertencimento e participação. Dessa forma, seus corpos se consolidam como instrumentos de luta e transformação, como vetores de poder para ações engajadas com um outro tipo de força (BUTLER, 2019), pois quando aparecem e se mobilizam, as reivindicações políticas se materializam nesses espaços de luta. Os corpos-territórios em si já são esses terrenos de resistência, e ganham outra potência ao aparecer coletivamente em outras arenas públicas de disputa política, como são as ruas.

"O[s] corpo[s]-território[s] impulsiona[m] a invenção de outros territórios existenciais" (GAGO, 2020, p.128), ou seja, são espaços que se alimentam mutuamente e potencializam processos de transformação e mudança. A partir dos corpos das mulheres afro e a territorialidade amefricana e diaspórica que reivindicam em si, se desafia as estruturas do sistema moderno colonial de gênero que invisibiliza e subalterniza essas mulheres. Ao tomarem as ruas como seu espaço político, quando aparecem na arena pública, demandando seu direito de participar e incidir nos rumos da sociedade, o "espaço político é reorganizado e reivindicado a céu aberto" (GAGO, 2020, p.128).

A rua tem um papel muito importante para os movimentos feministas na América Latina. Regionalmente acumulamos uma grande tradição de mulheres organizadas em protestos, sendo a rua um espaço público de reivindicação (DA SILVA, 2019). Quando as mulheres afro aparecem e se mobilizam nesse lugar público, especialmente em países como a

Argentina em que sua existência não é visibilizada e sua participação não é reconhecida, uma nova proposta de sociedade é posta, e através de suas diversas práticas e estratégias, os caminhos possíveis para chegar a esse outro lugar são expostos.

Judith Butler (2019) ressalta que os corpos, quando reunidos, expressam uma performatividade plural e corpórea, ou seja, os corpos juntos reforçam uma posição política de que existem e não serão descartados. Para Butler, essa performatividade é marcada pela dependência que esses corpos têm um dos outros para realmente concretizar essa afirmação política de resistência demarcada. Podemos, de forma muito evidente, aplicar isso às manifestações, reuniões e formação de coletivos de mulheres afro na Argentina uma vez que a própria iniciativa de se encontrar se faz uma atuação de resistência que reivindica seu reconhecimento e participação nos espaços em que são frequentemente apagadas.

Também é importante dizer que esses encontros e reuniões ganham uma outra projeção quando são feitos nos espaços públicos, especialmente nas ruas. A rua também tem um papel muito significativo no histórico de mobilizações de direitos humanos e feministas na Argentina: desde as vigílias e reuniões das *Madres de la Plaza de Mayo* em frente ao centro do poder político argentino, passando pelas ruas tomadas de *pañuelos* verdes pela legalização do aborto, até as marchas de 8 de março e de 3 de junho com o *Ni Una a Menos*, até as greves internacionais feministas e as intervenções artísticas e ocupação de espaços das mulheres negras pelas ruas de Buenos Aires.

A "espacialidade da rua feminista é a que permite, numa voz coletiva, o desacato" (GAGO, 2020, p.135). A mobilização coletiva nas ruas dá nova forma e voz aos projetos de mudança e transformação, especialmente dessas mulheres que buscam antes de tudo ter o direito de participar: participar na história argentina, participar nos movimentos feministas, participar da vida cotidiana, participar dos espaços de poder, participar da sociedade argentina... De forma ampla, as mulheres negras na Argentina estão num movimento de reivindicar seu poder enquanto sujeitas políticas, e uma das principais ferramentas nesse processo tem sido o ato de se reunir, sendo "ele mesmo uma importante prerrogativa política" (BUTLER, 2019, p.14).

Esse movimento reivindica também uma perspectiva e estratégia muito mobilizada pelas ativistas feministas na Argentina: *poner el cuerpo*. Verónica Gago (2020) reforça que *poner el cuerpo* se conecta com estar na primeira linha de enfrentamento, com colocar os corpos em luta. Barbara Sutton (2007) adiciona outros elementos também: além do comprometimento intenso do corpo ao se colocar em luta, *poner el cuerpo* é uma prática de resistência coletiva, que se baseia em projetos coletivos de poder e mudanças. Acho essa

estratégia de transformação muito importante porque reforça a centralidade das sujeitas e de sua existência, de seus corpos-territórios ao construir processos de luta por direitos humanos.

Esses são elementos muito relevantes para o enfrentamento construído por mulheres negras, tanto para o combate ao racismo e ao sexismo, e para a prática da interseccionalidade. De tudo o que expus até o momento, considero evidente que o corpo e a política são intrínsecos, especialmente para as mulheres afro que desejam transformar as estruturas e instituições racistas, sexistas e cisheteronormativas que dominam as sociedades em várias partes do mundo, inclusive na Argentina. A partir da relação intrínseca das mulheres afro com os feminismos, se constrói a "corporificação da política feminista como um processo de ação política em que sujeitos agem de forma intersubjetiva e posicionada, por dimensões históricas e geopolíticas de gênero, raça, classe e sexualidade e, a partir disso, produzem a ação coletiva." (MARTINS, 2018, p.160).

Essa ação coletiva se manifesta também na presença física das mulheres negras nas marchas, nos protestos, nos espaços públicos, nos debates e nas ruas, tornando mais difícil dizer que esse não é um lugar que lhes pertença. Aparecermos é uma forma de nos colocarmos politicamente através de nossos corpos-territórios, reivindicando que nossa participação e presença seja devidamente reconhecida. Digo que *poner el cuerpo* é mais do que só se dizer em luta, mas efetivamente experimentar o projeto de transformação se colocando enquanto agentes de mudança em direção ao que se deseja. Barbara Sutton (2007) aponta que *poner el cuerpo* é obviamente um processo físico de se comprometer corporalmente à luta, mas também envolve um processo de pensar e falar. "Corpos devem ser levados em consideração para entender a resistência política"<sup>19</sup> (SUTTON, 2007, p. 154). Vejo uma conexão profunda com a experiência feminista afro-latinoamericana em que *poner el cuerpo* é dizer e manifestar a luta, mas também vivenciá-la, sempre coletivamente.

Poderíamos inclusive refletir sobre como os feminismos negros e afro-latinoamericanos emergem do ato contínuo das mulheres afro *poneren el cuerpo*. A inseparável conexão entre teoria e prática dos feminismos afro-latinoamericanos pode também ser percebida através da lente do *poner el cuerpo*. A produção teórica e intelectual das mulheres afro, a partir e sempre dialogando com as suas experiências vividas nos corpos, faz parte do conjunto da luta e da construção de alternativas de poder e de projetos diferentes de sociedade. Assim como nossos corpos são marcados por nossas interseccionalidades, nossas práticas, teorias e lutas também devem ser.

---

<sup>19</sup> Tradução livre, do original: "Bodies need to be taken into account in order to understand political resistance."

As lutas têm uma dimensão de fisicalidade, em que ressaltamos os símbolos e sentidos em nossos corpos políticos para demarcar também nossos corpos-territórios. Tudo isso é feito em meio a um processo de potencializar o significado de ocupar espaços públicos, especialmente aqueles que não nos reconhecem ou que dizem que não nos pertencem. Todos os lugares podem e devem ser enxergados como espaços políticos a serem ocupados, justamente pela invisibilidade latente e histórica que lhes é imposta. A fim de quebrar com essas exclusões, e incrementar cada vez mais sua participação, as mulheres afro *ponen el cuerpo* de todas as formas e em todos os sentidos, inclusive e principalmente nas ruas.

Por um amplo alcance inerente a sua existência como lugar público e visível, a rua é um espaço que passa a poder ser reivindicado como legitimamente político também. As ruas lá estão, abertas democraticamente para participação de todas as pessoas que por vezes enfrentam inúmeros obstáculos para entrar nos espaços políticos institucionais como Parlamentos, Ministérios, Secretarias, Cortes, Presidência, entre outros. Quando os corpos-territórios e políticos estão reunidos nas ruas, elas aprofundam seu sentido político e público, sendo assim, são um lugar muito propício para essas sujeitas, que foram historicamente excluídas, reivindicarem sua participação.

Ao ocupar o público, os corpos em luta que demarcam uma outra proposta de territorialidade e reivindicam novos projetos de poder políticos, se recusam a desaparecer e permanecer excluídos. Eles trazem a si mesmos à tona nos espaços públicos, insistindo em contrariar as estruturas que promovem sua marginalização e apagamento. "Se mantendo como corpos persistentes" (BUTLER, 2019, p.107) constroem novas ações de transformação radical, a partir de uma organização política e espacial que se concentra nas ruas e na retomada do lugar público para todas.

A rua se constitui então também como esse lugar de disputa, um espaço em que coletivamente se exerce o direito de aparecer, e pelo qual as mulheres afro buscam reconhecimento na Argentina. Isso ficou bem evidente durante as entrevistas. As entrevistas semi-estruturadas, que foram gravadas, feitas com integrantes dos três coletivos<sup>20</sup> em que essa pesquisa se concentra, revelaram diferentes estratégias para ocupar as ruas e demandar participação na sociedade argentina.

É interessante refletir sobre como os três coletivos usam abordagens diferentes para promover as mudanças políticas que desejam, mas para todos eles a mobilização coletiva e o

---

<sup>20</sup> Mais informações sobre a metodologia para as entrevistas estão na introdução. Porém aqui, adicionalmente, comento que as três entrevistas foram com: Gladys Flores do coletivo Negras (sí) y Marronas, Bruna Stamato do coletivo Tertulia de Mujeres Afrolatinoamericanas (TeMA), e Julia Cohen e Lina Lasso - numa entrevista conjunta - do Coletivo Kukily.



ato de ocupar espaços, *poner el cuerpo* na rua são de extrema importância. Os lugares que essas mulheres e esses coletivos disputam, de certa forma, também reivindicam uma transformação do que é público na Argentina para refletir mais a memória, arte, conhecimento e participação afro, inclusive para além do centro.

## **4 - O DESEJO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E AS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS**

No capítulo anterior explorei um pouco mais de como foi o caminho construído pelas mulheres afro na Argentina para chegar até a criação de seus próprios coletivos e espaços políticos. Tudo nasce e floresce no encontro, sendo o 31 Encontro Nacional de Mulheres, em Rosário, o primeiro grande marco feminista nacional nesse caminho. Logo, a partir dessa conexão próxima com os espaços feministas argentinos, as mulheres afro que ali estão vão se fortalecendo politicamente e passam a ter seus próprios lugares de encontro e construção coletiva – seja de reconhecimento ou de identidade.

De um ponto de vista teórico, o que se pode perceber é que esses coletivos e espaços próprios se inserem na categoria dos novos movimentos sociais. Considerando a sistematização de características feita por Ana Paula Antunes Martins (2018), baseando-se na produção de Maria da Gloria Gohn, podemos identificar que os coletivos de mulheres negras na Argentina mobilizam a articulação nas redes sociais com novas tecnologias digitais, tem uma presença importante de jovens, defendem a democracia em seu exercício pleno incluindo grupos estruturalmente excluídos e marginalizados, mobilizam uma nova forma de fazer política em que a praça pública e as ruas tem um lugar central, além de construir espaços de aprendizagem e saberes construídos pela experiência vivida.

Esses elementos ficarão claros em seguida, quando farei a apresentação de cada coletivo, suas perspectivas e as abordagens em que mais se concentram considerando a coleta de dados feita através das entrevistas com Gladys Flores, Bruna Stamato, Lina Lasso e Julia Cohen. Depois irei refletir como as mulheres afro buscam participar na sociedade argentina. A proposta é conectar um pouco mais, a partir das próprias narrativas e das vozes das mulheres afro entrevistadas e das minhas observações na pesquisa de campo, os espaços de articulação, as estratégias e o que se busca coletivamente para a visibilidade e participação afro no país - considerando a centralidade e protagonismo das mulheres afrofeministas que acumulam uma experiência também nos movimentos feministas argentinos.

### **4.1 Através das diferenças: a complementaridade de abordagens inclusive geracionais**

Como comentei, foram feitas três entrevistas com integrantes de três coletivos diferentes, que estão entre os primeiros grupos criados e protagonizados por mulheres negras,

e que, além de tudo, se caracterizam por ser espaços focados nas mulheres afro na Argentina. É interessante perceber que esses coletivos têm muitos elementos em comum, por exemplo, todos tiveram como ponto de partida ou ponto decisivo para sua conformação o *taller* sobre mulheres negras no encontro nacional de mulheres de 2016. De forma evidente, esse primeiro espaço coletivo das mulheres negras dentro de um lugar histórico do feminismo na Argentina fortaleceu e fomentou uma vontade e oportunidade de se conhecerem, encontrarem e se articularem. Inclusive, propondo outros debates

Mais especificamente foi abordado como outras questões, para além do sexismo e do racismo, também afetam diretamente a vida, os direitos e os corpos das mulheres afro. É claro que essas novas perspectivas e o aprofundamento da interseccionalidade como prática feminista foi possível e potencializada pela já histórica e insistente liderança de mulheres afroargentinas. O encontro de diferentes gerações foi muito potente para fazer confluir o que já estava sendo construído ao longo do tempo, especialmente dentro dos movimentos feministas, com a força do que estava emergindo, para gerar novos caminhos. Esses novos caminhos resultaram, sem dúvida, em um incremento da identidade e subjetividade afro entre as mulheres negras do país, mas também resultou no surgimento dos coletivos e grupos de mulheres afro. Ou seja, um novo fôlego para os movimentos e lutas por transformação em direção à igualdade de gênero, mas também racial.

Por mais que esses coletivos e espaços de mulheres negras, foco dessa pesquisa, tenham essa origem coletiva e compartilhada no *taller* de 2016, estão longe de ser homogêneos. Com as entrevistas pude perceber diferenças de estratégias e abordagens entre cada um dos três coletivos. Porém, mesmo com suas diferenças, que incluem distinções geracionais, pude ver perspectivas complementares entre os espaços, além da admiração e reconhecimento mútuo das ativistas afro. Creio que essas ligações de saberes orgânicos (BISPO DOS SANTOS, 2019), pessoais e institucionais são muito relevantes para dar continuidade ao florescimento desses lugares, de suas mobilizações, desejos e lutas por participação.

Para entendermos e ilustrarmos um pouco melhor, gostaria de trazer os pontos que mais me chamaram atenção em cada um dos coletivos, e que, de certa forma, também podem ser sinais dos caminhos a frente para os movimentos e espaços de mulheres negras na Argentina. Porém não só no país, talvez essas diferentes estratégias e abordagens também possam servir de inspiração para renovarmos os ares de lutas por direitos humanos e por participação das mulheres afro em outros países da América Latina, inclusive no Brasil. Novas perspectivas têm um papel importante da renovar o fôlego de luta e abrir novas frentes

de incidência e transformação, essa característica dinâmica e de movimento, que já abordei como parte integral da resistência afrodiaspórica, não pode ser perdida e deve ser cada vez mais incentivada para construirmos projetos progressivamente radicalmente distintos e contra coloniais.

#### 4.1.1 *Negras (sí) y Marronas: Gladys Flores*

Começando então pelo coletivo *Negras (sí) y Marronas*, e sua respectiva entrevistada Gladys Flores. Gladys se apresenta como ativista afroguarani, argentina, feminista e diaspórica. Gladys é uma figura histórica para as mulheres afroargentinas, mas também para o feminismo argentino, tendo participado desde o primeiro encontro nacional de mulheres e conduzido um enfrentamento dentro do feminismo hegemônico argentino para que raça e etnia fossem devidamente abordadas. O coletivo que Gladys integra é o *Negras (sí) y Marronas*, que também ganhou mais corpo enquanto um agrupamento coletivo político de mulheres negras depois do *taller* no encontro nacional de 2016.

É interessante que Gladys me contou que o *Negras (sí) y Marronas* começou primeiro como um coletivo mais voltado à arte, para tirar fotos. Isso revela uma face importante da autorrepresentação e reconhecimento das mulheres negras ao redor da arte (BATISTA; BRAZ, 2020) em Buenos Aires. Como veremos a seguir, um outro coletivo (*Kukily*) se concentra principalmente nas produções audiovisuais e artísticas para construir sua luta pelo reconhecimento e participação das mulheres negras na sociedade argentina.

Contudo, com o tempo, Gladys destaca que o *Negras (sí) y Marronas* foi aprofundando seu processo de incidência e participação política institucional. Esse coletivo parece enfatizar a prática de enegrecer a política (CARNEIRO, 2019) como uma estratégia de ação. Gladys comenta como enxerga o papel do grupo, de suas reuniões e atividades em provocar um maior reconhecimento da própria identidade afro entre as pessoas e sociedade argentina. Com todo o potencial e experiência que acumulou ao longo dos anos, Gladys me apresenta essa priorização da participação política para *Negras (sí) y Marronas*. Claro, tudo isso sem deixar de lado a importância de andar lado a lado com as demais companheiras que têm outras formas de agir. Ela diz: "Muitas consideram que, eu também considero, que a identidade já é uma questão política. Mas eu insisto que além disso, é necessário estar onde se definem as outras questões políticas"<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> Tradução livre, do original: "Muchas consideran que ya, que yo también considero, que la identidad ya es una cuestión política. Pero yo insisto que además hay que estar donde se definen las otras cuestiones políticas".

Gladys ressalta que as mulheres afro tem que estar em todos os lugares, inclusive na institucionalidade para que haja avanços substantivos. Nesse processo, ressalta o vínculo do Negras (sí) y Marronas como uma articulação de alto conteúdo e compromisso político, que também vai além da identidade etnicorracial. Ou seja, talvez também por seu histórico de atuação, Gladys e o coletivo que integra, veem o valor e a relevância de ir além da identidade afro como uma questão política, mas também de mobilizar essa identidade e estar nos espaços em que se tomam as decisões. Como aponta Maria da Gloria Gohn (2014, p.46): "identidade é vista como força e resistência, assim como fonte de conflitos, é também elemento de construção de emancipações".

Pude perceber, e a própria entrevistada mencionou, as raízes que teve no marxismo. Por isso também, essa foi uma das únicas entrevistas em que se mencionou a aliança com movimentos sindicais e de trabalhadoras, por exemplo. Parece existir um outro costume entre ativistas mais velhas, com mais tempo de história, de terem uma relação mais profunda com outros movimentos sociais, especialmente sindicais. São estratégias informadas por experiências diferentes de vida e por outras prioridades no que se refere a atuação e organização.

Outra entrevistada, Bruna Stamato, aponta como o acesso a discussões sobre feminismo e racismo só foi aparecer mais tarde em sua vida, que ao início os debates políticos eram centrados em classe e na luta de classes. O cenário hoje é um pouco diferente, em que os debates sobre sexismo, racismo e cisheteronormatividade estão mais presentes publicamente, alguns de forma mais explícita que outros, contudo a busca por informações e a discussão é mais aberta e facilitada. Isso permite que as mais jovens sejam formadas em um outro contexto e possam pensar e construir outros tipos de estratégias. Contudo, vale ressaltar que ainda se tem muito o que aprender com as experiências de quem veio antes, para não deixar de lado aprendizados centrais de quem constrói esse enfrentamento durante toda uma vida.

Também é muito importante mencionar que o Negras (sí) y Marronas é um coletivo de fora do eixo da Ciudad Autónoma de Buenos Aires (CABA). Como me disse Gladys, são um coletivo do conurbano, da periferia, e se organizam a partir desse lugar. As principais atividades do coletivo estão em Lomas Zamorra, e, por tanto, forçam um movimento relevante de também ocupar os lugares mais longe do centro com a potência das mulheres negras organizadas. Gladys comenta que o surgimento e fortalecimento de Negras (sí) y Marronas, e tudo que elas vêm construindo com as secretarias de cultura e educação em

Lomas Zamorra, faz com que as outras ativistas negras, de CABA, se mobilizem para se deslocarem também a periferia. Ou seja, é um caminhar recíproco em que elas vão até CABA, mas CABA também vem até elas. Isso fortalece uma construção crítica de direitos humanos, como colocado por Herrera Flores (2008), em que a potência crítica e transformadora está presente no protagonismo da periferia.

A proposta que se evoca é que os espaços de protagonismo, reunião, encontro e participação das mulheres negras, para as mulheres negras e pelas mulheres negras sejam múltiplos e descentralizados. Que realmente possam estar em todos os lugares, de todas as formas e em toda a sua diversidade. Vale comentar que Gladys é uma ativista afroargentina, diferente das demais entrevistadas que são migrantes mas residentes no país há muitos anos. De toda forma, Gladys possui muitas conexões com a América Latina, o que enfatiza em muito a identidade diaspórica com a qual se identifica. Isso também reflete a proposta da identidade político-cultural da amefricanidade (GONZALEZ, 1988).

Essa ideia reforça o que já comentei sobre os corpos-territórios das mulheres negras, especialmente ao pensar na resistência afrodiaspórica. O movimento, seja através da migração ou da conexão com outros países, está presente nas estratégias empregadas pelas mulheres afro para reivindicar seu lugar como sujeitas políticas. Ao criar suas territorialidades próprias, a partir do sentido político de estarem reunidas, as mulheres afro lutam por um outro projeto de poder e uma outra proposta de sociedade. É relevante ver o processo de ocupação de espaços como elemento central da reivindicação de sua existência e participação. Como Butler (2019, p.33) aponta:

[Q]uando corpos se unem como o fazem para expressar sua indignação e para representar sua existência plural no espaço público, eles também estão fazendo exigências mais abrangentes: estão reivindicando reconhecimento e valorização, estão exercitando o direito de aparecer, de exercitar a liberdade, e estão reivindicando uma vida que possa ser vivida.

Para além de criar seus lugares e ocupar simbolicamente, Gladys também comenta como é importante que os coletivos de mulheres negras tenham acesso à recursos e espaços físicos para chamarem de seus. Essa pode ser percebida como uma outra forma também de reivindicar um lugar político em que aparecem, com o pleno direito de participar.

#### *4.1.2 Tertulia de Mujeres AfrolatinoAmericanas: Bruna Stamato*

Um outro coletivo, que opta por uma estratégia e abordagem diferente é o Tertulia de Mujeres AfrolatinoAmericanas, ou TeMA. De TeMA, a entrevistada foi Bruna Stamato. Uma mulher negra migrante e brasileira, vivendo na Argentina há 10 anos, de uma família mestiça e que começa a se entender feminista ao chegar no país, contudo já pela via do feminismo negro. Hoje, se reconhece feminista negra e tem incidência na universidade, sendo inclusive mestranda em estudos e políticas de gênero justamente para pesquisar sobre os movimentos de mulheres negras na Argentina.

No começo, Bruna relata que o coletivo surge como um espaço para que essas mulheres se encontrassem. Um lugar de acolhimento, de estarem juntas seja para fazer coisas mais tranquilas como ver filmes ou comer, quanto para falar de suas vivências como mulheres afro na Argentina. Com o tempo, elas começam e aprofundam um processo de politização coletiva, inclusive como uma forma de não ficarem sós. Nesse processo, se vê a necessidade de um nome: Tertulia por ser um lugar de encontro, de conversas e de trocas, e de Mujeres AfroLatinoAmericanas porque são todas do Brasil, de Cuba, da Colômbia, do Uruguai e assim vai.

Nisso vemos dois elementos importantes: TeMA se constrói como um espaço fundamentalmente migrante e afrolatinoamericano, ou seja, em sua essência carrega também a diáspora e os compartilhamentos regionais. Mais do que isso, se propõe coletivamente, em seu cerne, como um lugar de encontro e de formação conjunta, entre pares, ou seja, das mulheres afro para as mulheres afro. Essa produção e compartilhamento de conhecimento, informação entre si, inclusive muito a partir das próprias vivências tem estreita relação com a tradição do feminismo negro, e também das suas manifestações e construções afrolatinoamericanas. Essa seria uma outra via pela qual construir o fortalecimento da identidade afro entre as mulheres (CURIÉL, 2008), em que todas juntas produzem e trocam conhecimento e experiências como formas de se reconhecerem e se articularem politicamente na coletividade.

Bruna destaca que TeMA tem essa diferença, em relação a outros coletivos, de ter integrantes em maioria universitárias e/ou no ambiente profissional. Isso não parece ser muito comum no país pelas desigualdades e exclusões históricas que dificultam a ascensão social e o acesso à educação formal, inclusive para poderem ser profissionais liberais. A comunidade afro enfrenta uma dramática subalternização no país, afetando diretamente as suas possibilidades de futuro. Partindo então, desse outro lugar, de maioria migrante

latinoamericana e com um maior histórico de estudos formais entre si – seja como arteterapeuta, advogada, psicólogas, educadoras, etc – elas conformam TeMA e passam a promover *talleres* e encontros mensais que chamam de Conversadoras Negras.

Esses *talleres* refletem bem a perspectiva mais teórica de TeMA, mas ao mesmo tempo sem se distanciar de uma abordagem prática. Eram rodas de conversas e atividades que envolviam leituras compartilhadas, mas de forma lúdica, em que todas pudessem falar, trabalhar em pequenos grupos, coletivamente, movendo o corpo, ou seja, considerando também diversas formas de produzir conhecimento, saberes e teoria a partir das vivências negras. Nossas produções de conhecimento estão muito além da escrita, e vem de uma tradição ancestral de compartilhar saber também pela oralidade, e como comentei, na diáspora nossos corpos ganham outra potência e significado, podendo ser vistos também como instrumentos e formas de produzir e compartilhar conhecimento.

Bruna destaca como esses *talleres* manifestavam um projeto político, mas também intelectual para as mulheres afro e os movimentos afro na Argentina. Ela comentou que: "uma das características que a gente tem com relação às outras coletivas é que a maioria de nós, estamos no campo universitário". Os encontros trabalhavam a formação política e teórica de forma mais ampla, com discussões sobre o que é o feminismo negro, mas também oficinas de boneca Abayomí – uma tradição africana - ou encontros sobre a questão da estética, sexualidade, entre outros. Ou seja, foram espaços que incentivavam, ademais de tudo, o fortalecimento do autorreconhecimento, uma autoafirmação e uma identidade positiva para as afromulheres construída na coletividade (CURIEL, 2008).

Bruna conta como essa foi uma primeira experiência sem precedentes: com uma periodicidade fixa, com a centralidade das mulheres negras e com uma participação importante. Podemos ver essas sujeitas como "os personagens femininos e feminizados que fazem do saber do corpo um poder." (BUTLER, 2019, p.80). A ativista avalia como um grande sucesso. Os encontros eram abertos, então pessoas brancas também poderiam estar presentes. Bruna destaca como as que foram, ficavam atentas e ouvindo as conversas sem tentar sequestrar o protagonismo, dessa forma o espaço também teve uma função de mais amplamente envolver a sociedade argentina no debate público sobre sua negritude.

Vale ressaltar, que assim como foi importante para Negras (sí) y Marronas, o *taller* sobre mulheres afro no Encontro Nacional de Mulheres, em Rosário, foi um ponto de inflexão no fortalecimento e florescimento das sementes de coletivos de mulheres negras que já estavam se formando, como TeMA. Além do contato entre si, o *taller* foi um momento de inserção no movimento feminista para além da perspectiva de migrantes. Ou seja, se



reivindica uma pluralidade das mulheres afro que vai muito além da migração, até porque várias ativistas também já eram nascidas na Argentina. Esse enfrentamento, que também foi relatado por Gladys, se estende para outros espaços do feminismo, como as assembleias de organização para as marchas e manifestações do 8 de março.

Bruna apresenta como essas próprias assembleias impunham dificuldades para a participação ativa e constante de mulheres afro, já que aconteciam em dias úteis, em lugares mais afastados dos centros de trabalho, em horários que essas mulheres por vezes ainda estavam trabalhando. Ainda assim, chegavam lá com o cansaço acumulado, e buscavam assegurar sua participação. Esse relato traz, de forma fundamental, a discussão de *poner el cuerpo*, em sua dimensão negativa: "Um *poner el cuerpo* ruim refere-se a um sacrifício injustificado" (SUTTON, 2007, p. 146). Ou, em outras palavras para esse caso, um sacrifício corporal desproporcional. As mulheres afro tinham que *poner sus cuerpos* em luta para que sua presença e demandas fossem reconhecidas também como parte das mobilizações e demandas feministas, para que pudessem participar e se ver contempladas nos documentos e propostas coletivas.

E isso inclui um fator de cansaço e exaustão física, de ir além dos limites do corpo, de se desgastar para estar. A proposta de horizontalidade dessa construção coletiva feminista permite que uma vez lá, seja possível incidir e participar, porém a falta de informação ampla para as mais diversas mulheres, inclusive as mulheres negras, sobre a realização desses debates e assembleias restringia a participação. Somente aquelas que estavam em determinados círculos, que tinham acesso a certos lugares ou que sabiam o que procurar é que tomavam conhecimento do que estava acontecendo. Isso implica em as mesmas pessoas participando, as mesmas mulheres negras fazendo e repetindo os embates, e as mesmas acumulando um processo de desgaste e exaustão. É também por isso, que a formação política e intelectual, bem como o fortalecimento do autorreconhecimento, é proposta central para a ampliação da participação das mulheres negras na sociedade argentina, inclusive nos espaços de poder, na tomada de decisões de movimentos sociais, no debate público e por aí vai.

Vale mencionar que em sua existência, TeMA enfatiza a relevância da troca entre as sujeitas políticas afrolatinoamericanas, de suas experiências para construir a mobilização nos mais diversos lugares. Essa perspectiva foca nas alianças e nos compartilhamentos, no que é possível ser compartilhado entre as mais diversas localidades: o que a mobilização negra mostra para a América Latina e o que a experiência em outros países latinoamericanos pode mostrar para Argentina? TeMA foca na troca, no compartilhamento e na coletividade, inclusive através das fronteiras. As mulheres afrolatinoamericanas que integram esse coletivo,

se colocam como esse lugar de encontro (CURIEL, 2008). Seus corpos constroem essa territorialidade afrodiaspórica que busca ser devidamente vista.

É importante notar a contribuição de TeMA nesse fomento político-intelectual, como uma outra forma de encarar o processo de construção e afirmação das identidades. Enquanto Negras (sí) y Marronas enfatiza a relevância de uma participação política institucional, com diálogos significativos no campo da cultura e educação, e também com uma perspectiva que transcende a Ciudad Autónoma de Buenos Aires e reforça a perspectiva da periferia; TeMA chega com uma outra abordagem, pautada nas trocas afrolatinoamericanas, através de uma visão ampla do que são os saberes e conhecimentos feministas afrolatinoamericanos e a potencialidade desses diálogos com foco numa formação política e intelectual (GONZALEZ, 1988).

#### *4.1.3 Coletivo Kukily: Julia Cohen e Lina Lasso*

Por fim, trago o terceiro coletivo que essa pesquisa aborda: Coletivo Kukily. De forma distinta das demais, foi um pedido expresso do coletivo que fosse realizada uma entrevista conjunta. Dessa forma não entrevistei somente uma, mas duas integrantes do grupo ao mesmo tempo: Julia Cohen e Lina Lasso. Antes de entrar no conteúdo em si da entrevista e de minhas reações e reflexões, gostaria de já enfatizar essa diferença: Kukily é um coletivo formado por mulheres mais jovens, e seu pedido para uma entrevista em conjunto reflete muito das práticas do grupo. Elas me disseram que sempre que falam enquanto coletivo, tem o cuidado de que nunca seja somente uma a falar, mas pelo menos duas. Por mais que os outros coletivos também sejam pautados no encontro e na coletividade, vemos que Kukily e as mulheres mais jovens têm uma outra forma de trazer isso na prática.

De certa forma, fortalecem ainda mais a atuação conjunta e uma proposta de horizontalidade já que acordam que somente uma não poderia responder as perguntas que são sobre o grupo. Ou seja, as sujeitas envolvidas entendem constantemente que se formam no conjunto, e é no conjunto que gostariam de se manifestar e de se apresentar para as pessoas de fora. Como também uma mulher jovem, enxergo essa como uma diferença de estratégia e prática muito significativa e importante em relação a grupos formados por mulheres negras mais velhas. Isso porque, nós jovens crescemos expostas a outras ideias e contextos, pudemos nos formar tendo acesso a muito mais informação e já com um importante legado de acesso e transformação proporcionado pelas mais velhas, elas abriram caminhos por onde andamos hoje. Dessa forma, estamos aptas a refundar e contribuir com outras perspectivas de como

abrir esses caminhos, de ir além e trazer outras visões que podem se diferenciar das mais velhas, que viveram outros contextos e condições.

O mundo e as sociedades são dinâmicas, mudam com o tempo e novas possibilidades surgem. As populações afro sempre tiveram que se adaptar a novas circunstâncias e criar novas formas de viver e sobreviver, sem perder suas raízes e histórias (BISPO DOS SANTOS, 2019), resistir e enfrentar para se reafirmar e reivindicar sua participação. Dessa forma, é compreensível que o mesmo processo criativo de desenvolver novas estratégias de sobreviver e resistir também permaneça como legado para as mulheres afro. Ou seja, temos pela frente não só as dificuldades históricas do colonialismo, mas também nosso histórico de resistência da amefricanidade.

Acho que é muito importante enxergamos que as juventudes feministas afrolatinoamericanas tem um papel singular em ver novas possibilidades para seguir adiante, inclusive aprofundando debates sobre interseccionalidade, sobre dissidências sexuais por terem se formado politicamente em um momento em que todos esses debates também emergiam. Bruna ressaltou, em sua entrevista, como as mais novas, a juventude enfatiza mais profundamente a necessidade de alianças e diálogos com a comunidade de pessoas trans e travestis.

Esse é um processo que está em curso, está florescendo. É algo em andamento, que talvez ainda não possa ser colocado como parte do movimento de mulheres afro, mas algumas já veem e demandam a necessidade de estreitar laços. Não só na Argentina, mas também no Brasil e em outros países, a população trans enfrenta grande vulnerabilidade, e especialmente as pessoas trans que são negras. Além disso, parte dos enfrentamentos podem ser parecidos, especialmente no tipo de política que se demanda para uma participação efetiva na sociedade argentina: dissidências sexuais se organizaram de forma importante na Argentina para demandar cotas para pessoas trans no trabalho e outros tipos de reconhecimento.

Considero que isso também é reflexo do forte movimento feminista na Argentina. O debate sobre gênero, e, portanto, também identidade de gênero, pode, por vezes, se fortalecer de um forte protagonismo político, visibilidade e inserção no debate público de movimentos feministas. É claro que também existe uma via de enfrentamento dentro do feminismo hegemônico para reconfigurar as concepções de sexo biológico e gênero como categoria social e cultural. Contudo, é justamente pela forma como o feminismo na Argentina parece ter aderido mais fortemente ao debate sobre orientação sexual e identidade de gênero, inclusive alterando o nome oficial de um encontro histórico feminista para Encontro Plurinacional de

Mulheres, Trans, Travestis e Não-binárias que penso que temos muito o que aprender com as experiências, estratégias e mobilizações construídas por lá.

Retornando à entrevista, Julia e Lina são duas jovens que fazem parte do Coletivo Kukily desde seu começo. Lina Lasso é colombiana e vive na Argentina há 11 anos. Julia Cohen é nascida no Brasil mas também é Argentina. O Coletivo Kukily é formado por 4 integrantes: Julia, Lina, Jasmin e Colleen. Jasmin é brasileira, e Colleen é dos Estados Unidos de origens liberianas. Todas se conheceram no Encontro Nacional de Mulheres de Rosário. Nesse caso é evidente o papel central que o *taller* teve na criação desse espaço de mulheres negras, isso revela parte da importância de se ter a possibilidade do encontro para fortalecer e florescer movimentos, coletivos e espaços de mulheres negras na Argentina. Estamos diante então de um ciclo benéfico, em que as mulheres afrofeministas, como Gladys, empurraram e demandaram a sua plena participação e inclusão nos encontros nacionais argentinos, culminando em um *taller* e continuando em novos lugares de mobilização. Como diz o Bispo dos Santos (2019), é sobre ser começo-meio-começo. A partir disso, coletivos de mulheres negras surgiram e se estabeleceram, possibilitando novos espaços para que essas sujeitas se encontrem e em conjunto construam estratégias, articulações e ações em favor de seus direitos e ampla participação.

O Kukily recebeu esse nome como um presente da mãe de uma das integrantes. As integrantes queriam uma palavra africana que remetesse a irmandade e comunidade. Sobre a escolha do nome, Julia compartilha que "a mãe de Coleen é da Libéria, e Kukily, em pele, que é o idioma dessa região, significa todes nós, cada ume de nós".<sup>22</sup> O coletivo reúne artistas, de diferentes modalidades, do teatro ao audiovisual até a dança. Kukily se apresenta como um coletivo artístico afrofeminista, ou seja, elas usam a arte como uma forma política de se manifestar. Os primeiros encontros do coletivo foram motivados pela escuta e combinação de vivências para uma obra de Colleen. Daí a frente, o coletivo se centra em construir e fazer performances coletivas. Lina e Julia comentaram que a primeira performance, a primeira obra – chamada bustos – marcou o momento em que se sentiram mais confortáveis para fazer algo delas. Daí em diante, outras pessoas afro foram incluídas nas obras e performances, de forma que outros corpos, identidades e experiências - inclusive de fora de modalidades artísticas específicas - possam também ser incluídas, participarem e visibilizarem a diversidade entre mulheres, lésbicas, trans, travestis e pessoas não-binárias afro.

---

<sup>22</sup> Tradução livre, do original: "La madre de Coleen es de Liberia y Kukily, en pele, que es el idioma de esa región significa todes nosotres, cada une de nosotres."

**Figura 13** - Identidade visual do Coletivo Kukily



**Figura 13.** Identidade visual do Coletivo Kukily, fruto de uma construção coletiva. Entre várias inspirações, o grupo cita em suas redes sociais o corpo político que nutre o coletivo. Fonte: Instagram @kukilycolectivo

O coletivo traz sua visão da arte como política, definida também como comunitária e ancestral. As performances e obras são elaboradas pensando em como a arte e a vida não se separam, sendo o ato de se reunir e encontrar uma forma de se fazerem políticas, artísticas e criativas. Kukily traz a cultura como uma forma de construir política, reivindicando seu direito de aparecer e através de suas performances manifestam publicamente uma mensagem política em favor do reconhecimento das pessoas afro e suas histórias na Argentina.

Através de um processo participativo e sempre conjunto, Kukily vai construindo suas ideias artísticas e criativas para apresentar a identidade afro de uma nova forma na Argentina e na diáspora. É uma afirmação política potente de sua existência e resistência enquanto mulheres jovens, artistas e negras, prezando pelo coletivo e pela colaboração de várias outras sujeitas além delas mesmas. A conexão e convite para que outras agrupações e afrofeministas possam participar das performances é um traço marcante de Kukily. As entrevistadas afirmaram que cada vez mais querem que cada pessoa que participe possa trazer algo de si, de sua ancestralidade afro e somar ao que está sendo criado, assim formando uma comunidade que além de ser um lugar de acolhimento, é um espaço de formação política conjunta.

Vejo que Kukily traz justamente uma nova estratégia de ativismo, de busca por reconhecimento e participação. Desde suas experiências artísticas e performances constroem um espaço em que as mulheres negras podem se expressar mais livremente entre si, cada uma a sua maneira, para conformar conjuntamente algo novo e diferente. Poderia ser essa uma outra forma de ter a interseccionalidade como prática política (COLLINS, 2015), ou seja, mais do que a soma de cada parte, de cada participante de uma performance, na verdade o foco é na proposta que o conjunto traz, dotada de uma outra complexidade que não pode ser fragmentada e deve ser percebida em sua totalidade, não como meras sobreposições. A arte como forma de ativismo político - ou o ativismo - abre novas possibilidades de expressão e de aparecimento para as manifestações, os corpos, as ruas, os protestos e as mobilizações.

Kukily faz suas performances nas ruas de Buenos Aires, mas também em espaços feministas coletivos. Se apresenta em festivais, e estão indo para outros países, enfatizando sua proposta diaspórica, de movimento e, em minha visão, de uma identidade atlântica ao transpor fronteiras em suas performances. Com integrantes no Brasil e nos Estados Unidos, além da própria Argentina, o coletivo leva a história e narrativa afrofeminista argentina para fora. Isso é um esforço significativo e importante para mudar a percepção comum de que não existem pessoas negras no país. Kukily desde dentro e para fora diz, através de performances e da cultura, que sim, elas estão. Sim, elas existem. Sim, elas criam, recriam e demandam reconhecimento de sua parte na sociedade argentina hoje, mas também ancestralmente.

Para além das ruas, o coletivo também coloca suas performances nas redes sociais, tendo inclusive promovido rodas de conversas, oficinas e obras que fizeram de forma online, especialmente pela pandemia. Somente duas das integrantes seguem vivendo em Buenos Aires, mesmo todas tendo se conhecido lá. Jasmin voltou ao Brasil e Colleen para os Estados Unidos. O fato de seguirem conectadas, se encontrando e produzindo coletivamente mesmo a distância traz a potência de sua proposta diaspórica, mas também de ir além do trabalho e terem, de fato, criado uma rede de acolhimento e afeto entre todas. Seguem motivadas a se juntar, a aparecer e estar mobilizadas politicamente com suas obras, performances e ativismo afro. Julia diz que sempre buscaram as formas de fazer e de se imaginar fazendo coisas juntas. O desejo de trazer, coletivamente, as ancestralidades, as vivências e as experiências criativamente através da arte, para fortalecer e positivamente afirmar a existência afroargentina e afrodiaspórica parece mover Kukily através dos anos e dos quilômetros.

Com essas estratégias que combinam conciliar distâncias, usar a internet e as redes sociais, sem deixar de ocupar as ruas e os espaços físicos, sempre através de processos coletivos, conjuntos e participativos, Kukily é capaz de também transformar o espaço público

e o lugar do aparecimento. Combinam rua, mídia e internet para "constitui[r] uma versão muito contemporânea da esfera pública" (BUTLER, 2019, p. 104). O ativismo construído pelo grupo reconfigura formas de protesto, manifestação e participação promovendo novas possibilidades de construir e fazer política. Inclusive, podemos traçar uma relação com os fatores que levaram ao grande alcance do movimento *Ni Una a Menos*.

Assim como Kukily, o *Ni Una a Menos* aliou as ruas com a internet para aumentar ainda mais o alcance de suas mensagens. Elas formam redes de mobilização social, trazendo à tona características dos novos movimentos sociais (GOHN, 2014). O ato de estar presente nas ruas foi acompanhado de performances e um alcance maior pelas redes sociais. O movimento se tornou então muito maior do que a Argentina e um grande catalisador para manifestações em toda a América Latina contra os feminicídios. Inclusive, *Ni Una a Menos* teve um importante papel na *marea verde*, em ampliar também o alcance da Campanha Nacional pela Legalização do Aborto, tomando essa pauta sobre direitos sexuais, reprodutivos e direitos humanos das mulheres como diretamente conectada com a luta contra a violência baseada em gênero e os feminicídios.

Assim como o *Ni Una a Menos*, o coletivo Kukily é protagonizado pelas mais jovens. As próprias integrantes do grupo se veem como essa geração mais nova de ativistas afro. Já comentei o papel que as mais jovens tiveram para promover a interseccionalidade e fortalecer a luta das mulheres afro na Argentina. Me chamou atenção que durante a maior parte da entrevista, tanto Julia quanto Lina, usavam uma linguagem neutra e não-binária em relação a gênero. O que não se repetiu nas demais entrevistas. Acredito que isso sugere o fortalecimento das alianças das mulheres afro e seus movimentos com movimentos de pessoas trans, travestis e não-binárias. De fato, essa, aparentemente simples, preocupação linguística revela uma postura mais profunda e integral do coletivo de praticar a interseccionalidade, entendendo que a busca pela participação e reconhecimento afro vai além da cisgeneridade, e precisa ver gênero em intrínseca relação com raça a fim de contemplar a diversidade da comunidade afro. Bruna Stamato comentou, em sua visão pessoal, que considerava importante esses novos horizontes de alianças a fim de compartilhar estratégias, alcances e potencializar as reivindicações de enfrentamento ao racismo e de igualdade de gênero.

É um novo fôlego para as lutas feministas e para as lutas afro, sendo que parece que as mulheres negras jovens são, em si e em seus corpos, parte muito importante das pontes para possivelmente conectar cada vez mais esses movimentos, e assim, construir outros territórios e territorialidades que se fundam na interseccionalidade e na coletividade. Esse novo fôlego é acompanhado pela expansão das possibilidades de ação das mulheres afro e dos coletivos afro

no país. Para além da incidência e participação na política institucional, como enfatiza Negras (sí) y Marronas, ou da formação acadêmica, como traz TeMA, o coletivo Kukily traz a arte e a cultura como seu cerne principal para promover transformação, reivindicar reconhecimento e politicamente participar na sociedade argentina desde sua identidade afrodiáspórica.

Ao final, vemos que cada coletivo tem sua abordagem e suas estratégias, com diferentes gerações que possuem diferentes propostas para exercer seu direito de aparecer e demandar o reconhecimento e participação afro na Argentina: na política institucional, na academia, na cultura, e principalmente nas ruas. Enxergo uma complementaridade entre as gerações, entre as perspectivas e estratégias para o objetivo comum de todos esses coletivos: construir uma luta de direitos humanos desde as mulheres afro na Argentina, enfrentando o racismo e o sexismo, através de abordagens coletivas e potentes de encontro e atuação colaborativa.

Como já comentei, os desafios para o reconhecimento e participação da população afro na Argentina são inúmeros. O racismo é um problema histórico, estrutural e complexo, da mesma forma que em todos os outros países da América Latina que compartilham o passado colonial e enfrentam a colonialidade. Pensando a partir da interseccionalidade, que nos convida a analisar os problemas a frente a partir de uma abordagem multifacetada, não há somente uma estratégia que servirá ou que é mais importante. É necessário atuar em diversas frentes ao mesmo tempo para conseguir melhores resultados. É preciso participar nos espaços políticos, como ressalta Gladys, e é necessário também amplamente produzir e disseminar conhecimento teórico e prático sobre a identidade afro, afrodiáspórica e afrofeminista, como traz Bruna, mas também é imperativo que a livre expressão criativa, colaborativa, artística e cultural esteja presente para que os corpos territoriais das mulheres afro se expressem, apareçam e existam transformando a realidade e indo além da visão estereotipada. Como Kukily traz em seu objetivo, que sejam formadas comunidades em que cada pessoa possa colocar um pouco de si no todo, e assim, se crie uma obra coletiva e uma comunidade de afeto e acolhimento de nós, para nós.

Assim como ressaltou Bruna durante nossa entrevista, é preciso ter uma variedade entre as mulheres negras que estejam participando - tanto dentro dos espaços e movimentos feministas, como nos espaços políticos, nos espaços de poder, nas artes, nas redes e nas ruas. Somente uma ou duas não conseguem, sozinhas, dizer, fazer ou colocar tudo. O próprio movimento feminista argentino pratica isso ao promover os espaços de construção conjunta para as marchas e atos de 8 de março, ou então todas as assembleias e debates da Campanha Nacional pela Legalização do Aborto. Se percebeu que deveria se ter espaços amplos de



participação ampla de mulheres, feministas, das mulheres lésbicas, travestis, das pessoas trans e não-binárias, para que o movimento pudesse se construir desde todas e todes. Por que deveria ser diferente com as mulheres negras? Somente uma não diz tudo por todas.

De certa forma podemos dizer que para uma atuação e incidência política institucional, é necessário que as mulheres afro na Argentina acumulem certa formação política e intelectual, inclusive através de uma significativa politização de suas identidades e dos sentidos dos corpos-territórios das mulheres negras em um país que se afirma europeu e branco. Logo, as abordagens de Negras (sí) y Marronas, e TeMA se complementam. Menos como divergências, devem ser encaradas como pluralidades nas estratégias e metodologias que podem funcionar em conjunto, que se fortalecem entre si e constituem alianças orgânicas no amplo processo de reivindicar a participação negra na Argentina.

Para enfrentar os desafios à frente de forma complexa, é necessário contar com várias, é necessário ter alianças e construção coletiva e comunitária. Explorando a interseccionalidade, conhecendo novas realidades e novas histórias, através de diferentes métodos que florescem os espaços coletivos de mulheres negras na Argentina. Em meio a toda a diversidade, as alianças se sobressaem aos trabalhos individuais. Os coletivos se conhecem e se fortalecem em meio a uma sociedade que busca constantemente apagá-las ou escondê-las, não deixando que falem por si e contem suas histórias.

Apesar de essenciais para a sociedade argentina, como a *Madre de la Patria*, foram esquecidas e marginalizadas. Tendo que arduamente e repetidamente *poner sus cuerpos* pelo direito de aparecerem, de participarem e de lutarem por seus direitos humanos. Ainda que através de diferentes métodos - e talvez até prioridades - buscam um objetivo comum de se verem integrantes e devidamente refletidas em uma sociedade que se embranqueceu e se europeizou historicamente. Por entre os olhares, as perguntas que as tentam remover de qualquer tipo de argentinidade e ideias racistas que se perpetuam, as mulheres afro criaram seus espaços próprios, demandaram sua inclusão nos movimentos feministas e se fazem constantemente presentes nos movimentos afro.

Os coletivos que para esse trabalho conheci e conversei, criaram uma rede orgânica entre si. Através de suas pluralidades, se reafirmam desde o acadêmico, da arte, das territorialidades, em conjunto, nas atividades e propostas umas das outras, como mencionou Lina. Elas se reconhecem, se convidam e se valorizam mutuamente, numa conexão que vai além da luta. Existe um compartilhamento de afetos e carinhos que também é parte integral da resistência (hooks, 2020). Ao acolherem umas às outras, constroem lugares seguros e amistosos, que inclusive recebem a outras - como eu - muito bem e com o mesmo carinho que

as que ali já estão. É uma experiência muito potente de um ativismo político coletivo que recolhe forças entre si, para fazer os enfrentamentos necessários em todos os outros lugares e demandar seu reconhecimento e participação múltipla e conjunta.

Vejo nessa estratégia maior, compartilhada talvez de forma muito natural - pela origem desses espaços próprios no ato do encontro e de reconhecer positivamente a identidade afro entre si -, de se fazer rede de acolhimento, amor e afeto para todas as mulheres negras algo de muito potente para transformar de forma fundamental as sociedades racistas e sexistas da América Latina. Inaugura-se uma outra proposta de como construir relações sociais, como constituir comunidade e movimentos políticos.

#### **4.2 Política institucional e reconhecimento: o papel do censo e das políticas públicas**

Vale mencionar, que diante da grande invisibilidade das pessoas afro na Argentina, todas as abordagens e estratégias dos coletivos de mulheres negras de alguma forma refletem também uma luta por reconhecimento, especialmente inspirada em perspectivas feministas de atuação, inclusive com a corporificação da política feminista (MARTINS, 2018) e perspectivas de gênero que consideram "[gênero] a um só tempo, uma estrutura social (pautada tanto pela experiência da colonização como pela globalização), e uma potência para a ação social" (MARTINS, 2018, p.238). Acho que essa é parte das chaves que nos guiam também com essa demanda por participar, de várias formas, na sociedade argentina. Primeiro, principalmente a partir do que Gladys expôs durante sua entrevista, quero tratar da busca por participação na política institucional, em que uma grande demanda da afroargentividade tem sido ser devidamente contemplada no censo populacional. Ter a comunidade afro refletida no censo é uma importante política de reconhecimento que inclusive se conecta com o que eu quero abordar em seguida, que é a atuação das mulheres afro para que a memória e história afroargentina sejam devidamente reconhecidas como parte integral da sociedade argentina. E por fim, vamos nos concentrar em algo que aparece como uma forma diferente de reivindicar o direito de aparecer e fazer política entre as afrofeministas na Argentina que é o uso político e coletivo da arte e da cultura como forma de publicamente se colocar e ocupar espaços no país.

A proposta é trazer algumas das dimensões em que o ativismo das mulheres afro da Argentina se concentra. Para transformar como a sociedade argentina percebe sua população afrodescendente e para as mulheres afro poderem efetivamente participar da vida pública, é preciso atuar em várias frentes, que se complementam e fortalecem. Entre as entrevistadas,

Julia ressaltou isso apontando que "Eu creio que há algo disso, do ativismo que precisa fazer pressão por todos os lados, e de repente, há pontos que se encontram e se permite fazer coisas"<sup>1</sup>. Com isso em mente, trago o primeiro ponto de pressão desse capítulo: a política institucional.

Assim como em muitos outros espaços pela América Latina, na Argentina a população afro fala da importância de enegrecer a política, especialmente as mulheres negras. Reconhece-se a relevância de estar em todos os lugares para produzir transformações substantivas. Isso passa necessariamente pelos espaços de poder institucionais, inclusive para avançar na trajetória de criatividade, determinação e organização das mulheres negras a fim de construir uma "'maioridade política" diante dos movimentos feminista e de negro, de instituições públicas e privadas e da sociedade em geral" através dos próprios caminhos (RIBEIRO, 2008, p. 1002). Como pontua Gladys Flores: "para mim, a política é o que vai transformar as pessoas, digo é uma ferramenta de transformação"<sup>2</sup>. Entendo enegrecer a política como um esforço que passa pela representatividade e representação, mas também está fundamentalmente associada com um movimento de participar ativamente da tomada de decisões, da formulação de políticas e do desenvolvimento de leis e medidas que de fato promovam os direitos da população afro, inclusive das mulheres. Nesse sentido, Sueli Carneiro (2019, p. 319) fala sobre enegrecer o feminismo, dizendo que:

O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelo movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro. (CARNEIRO, 2019, p. 319)

Enegrecer a política então é mais do que estar presente, é poder exercer um poder político que contribua para mudanças substantivas em como as pessoas afro são percebidas e como podem participar da sociedade argentina. Vale reforçar que a política institucional aparece aqui justamente por ser um ponto de pressão da atuação e participação dos coletivos de mulheres negras na Argentina. A necessidade e urgência dessa perspectiva e articulação para alcançar outros espaços e outras possibilidades de incidência já vem sendo trabalhada tanto pelas mulheres negras que estão na liderança de coletivos afro mistos, quanto para aquelas que agem a partir dos espaços próprios das mulheres afro. Como é o caso de Gladys e

o Negras (sí) y Marronas, quando que ela comenta "Assim que nós, para isso que se fala de enegrecer a política, para nós não é novo"<sup>23</sup>.

A articulação ao redor da política institucional ressalta que ir além do reconhecimento da identidade é necessário. Vale reforçar que aqui entendemos reconhecimento como uma forma de justiça social coletiva, e não a partir da individualidade (GOHN, 2014). A reafirmação positiva da existência, resistência e identidade afro também vem através de uma atuação política nos espaços de poder e de tomada de decisões governamentais e legislativas, por exemplo. A afirmação identitária é, sem dúvida, uma via política para provocar transformação. Como já comentei, os corpos das mulheres afro na Argentina reúnem em si uma potência política extraordinária e configuram, a partir de seu encontro e reunião, uma nova perspectiva sobre território. Inspirando essa outra territorialidade em seus corpos (GAGO, 2020), se colocam como corpos territoriais nos espaços de poder tradicionais, que num sistema moderno colonial de gênero de bases racistas exclui estruturalmente mulheres negras, é explorar novos horizontes dessa potencialidade de transformação radical das bases sociais que nos deixam nas margens.

Julia Cohen me afirmou o seguinte: "eu acho que como ainda há muito o que fazer, que a nível específico do afro na Argentina, ehm, que sinto que está bem que veja, justamente, a questão da invisibilização. De forma que bem, se nessas organizações estão essas pessoas, eu creio que causa um outro impacto para fora. De maneira que essa presença, traz junto esse corpo. Sabe, me parece muito importante que estejamos em espaços que, ehm, não são somente de pessoas afro"<sup>24</sup>. Ou seja, de certa forma é busca uma participação e incidência que ocupe inclusive os lugares em que, à primeira vista, a comunidade afro não seria bem-vinda ou não está incluída. Gladys Flores reforça que, de fato, "a identidade já é uma questão política. Mas eu insisto que além disso se deve estar onde se definem outras questões políticas que também tem a ver com a representatividade, não?"<sup>25</sup>.

Isso significa que as mulheres afro não querem dizer que a identidade não é importante. Esse reconhecimento identitário coletivo afinal também faz parte da força e potência dos coletivos de mulheres afro. Ele se baseia no lugar de fala (RIBEIRO, 2017)

---

<sup>23</sup> Tradução livre, do original: "Así que nosotras, para esto que se habla de enegrecer la política, para nosotras no es nuevo."

<sup>24</sup> Tradução livre do original: "yo creo que como hay tanto por hacer todavía, que a nivel específico de lo afro en Argentina, ehm, que siento que está bueno que se vea y justamente la cuestión de la invisibilización. Como bueno se estas organizaciones están estas personas, yo creo que causa otro impacto también hacia afuera. Como de esa presencia, y ese cuerpo que va junto. Sabe, me parece muy importante que estemos en espacios que ehm no solo de personas afro"

<sup>25</sup> Tradução livre do original: "la identidad ya es una cuestión política. Pero yo insisto que además hay que estar donde se definen las otras cuestiones políticas que tienen que ver con la representatividad, no?"

dessas sujeitas, "o lugar social que [...] ocupam e onde a restrição de oportunidades é a regra" (BENTO, 2022, p.85). É sobre as experiências compartilhadas por estarem em posições sociais subalternas em meio a sociedades construídas ao redor de relações de poder racistas, sexistas e coloniais (RIBEIRO, 2017). Contudo, esse mesmo lugar social subalterno, que restringe a possibilidade de participação política institucional e construção de conhecimento e epistemologias em espaços de poder, também fundamenta um outro olhar para as sociedades coloniais (RIBEIRO, 2017). É possível observar as desigualdades estruturantes, e mais do que isso, com o reconhecimento e construção coletiva, as mulheres negras articulam estratégias e se mobilizam para produzir transformações estruturais e ativamente participar nas lutas por direitos humanos.

E existem uma variedade de espaços para os quais se deve levar e estar com nossos corpos territoriais, de mulheres afrolatinoamericanas. A fim de construirmos atuações e produzirmos mudanças a partir do nosso lugar de fala, e assim desafiar as regras, nos mover pelo desejo e transformar fundamentalmente as realidades. Um desses lugares, para as mulheres afro na Argentina, é a política institucional, apesar de todos os desafios. Gladys comenta que "tem que se meter na política, e bem, vale o incômodo, sim?".

Inclusive, nesse esforço, as mulheres afro na Argentina, mas também na América Latina e no mundo, conquistaram e aproveitaram marcos internacionais muito importantes, como a Conferência de Durban e a Década Internacional de Afrodescendentes, que abordarei melhor em seguida. Barbara Sutton (2008, p.9) destaca que "a atenção internacional para questões de diversidade e multiculturalismo também influenciou o nível local"<sup>26</sup>. A autora ainda acrescenta que grande parte das políticas antidiscriminatórias que o país já implementou estavam relacionadas com compromissos estabelecidos nas arenas internacionais. Sutton (2008, p.13) também destaca a importância dos espaços internacionais para ativistas antirracistas na Argentina: "Ativistas antirracistas na Argentina se beneficiaram do diálogo transnacional"<sup>27</sup>, como uma experiência empoderadora.

Isso é muito evidente ao olhar para a história de fortalecimento e criação dos coletivos e espaços de mulheres afro no país. As ativistas afrofeministas tiram muita força não só dos encontros nacionais feministas, que permitiram seu encontro no nível nacional e fomentaram que fossem consolidados seus próprios lugares de encontro - formando seus coletivos - mas o fortalecimento da identidade afro entre as mulheres ganha muita força a partir de encontros

---

<sup>26</sup> Tradução livre do original "international attention to questions of diversity and multiculturalism has also influenced the local level"

<sup>27</sup> Tradução livre, do original: "Antiracist activists in Argentina have benefited from transnational dialogue"

regionais e internacionais (CURIEL, 2008). O encontro através de fronteiras, seja pela tradição e experiência trazida pelas mulheres migrantes afrolatinoamericanas ou pela participação das afroargentinas em todas as preparações e discussões para fóruns internacionais, é parte fundamental da construção política coletiva das mulheres afro no país e na América Latina. Essas experiências internacionais e as trocas através das fronteiras moldam de forma muito significativa como as mulheres afrolatinoamericanas constroem seus projetos políticos, inclusive na Argentina.

Dessa forma, podemos dizer que os espaços e oportunidades internacionais contribuem dando fôlego e novas perspectivas de articulação, mobilização e participação para as mulheres afro. Seus desejos de transformação são construídos coletivamente, fundamentados na experiência afrodiaspórica e atlântica (ÔRI, 1989), que une esses corpos-territórios femininos e negros. A mobilização regional liderada pelas mulheres afro para a Conferência de Durban demonstra isso claramente, já que essas sujeitas políticas criam uma nova arena de disputa e lideram processos interseccionais, colaborativos e coletivos a fim de transformar a realidade vivida pela população negra nas Américas.

A Década Internacional de Afrodescendentes é um legado e uma continuidade da Declaração e Programa de Ação de Durban. Por mais que pouco conhecida ou discutida, a Declaração e Conferência de Durban foram muito importantes para a mobilização de mulheres negras na América Latina e se tornaram um marco na articulação regional para a promoção dos direitos da população afro com uma forte liderança das mulheres. A incidência construída para a Conferência de Durban resultou no fortalecimento de laços regionais, mas também na inclusão de debates chave para a população negra e seus direitos humanos no cenário internacional.

A Década diretamente reitera e aprofunda os compromissos feitos pelos Estados na Declaração e Programa de ação de Durban. Muitos dos desafios e objetivos estabelecidos nos dois documentos dialogam entre si. Em 2015, a Década Internacional de Afrodescendentes vem como um momento em que internacionalmente os países reconhecem a necessidade urgente de promover e proteger os direitos humanos de pessoas afrodescendentes. Depois de muito tempo, finalmente se tem uma visão mais complexa em relação à diáspora africana e os subsequentes desafios da população negra para acessar condições dignas de vida em todo o mundo.

Ao redor desse mote, a Década se configura como uma oportunidade para empurrar a participação política das pessoas negras, especialmente para a criação de políticas públicas e outras medidas em favor das comunidades afro nas Américas em alguns eixos-chave:

desenvolvimento, justiça e reconhecimento. Além da discriminação múltipla e agravada sendo considerada como uma perspectiva transversal a todas às ações desenvolvidas dentro do marco da Década.

Na Argentina, a Década se consolidou de fato como uma ferramenta para a sociedade civil, inclusive as mulheres afro, forçarem a agenda sobre raça, racismo e pessoas negras. Vale ressaltar que em 2015, o país estava sendo governado por Mauricio Macri, um político de direita, liberal e com uma agenda mais conservadora. Ainda assim, segundo Gladys, "Macri se viu obrigado a concordar, por exemplo, com o acordo para a Década"<sup>7</sup>. Ou seja, a oportunidade e o debate internacional respaldaram a demanda por reconhecimento da população afro na Argentina, e essas duas pressões combinadas, forçaram a agenda mesmo durante o governo Macri. Isso pode ser considerado um exemplo do efeito bumerangue (KECK; SIKKINK, 1998), já que as ativistas atuam internacionalmente, saindo e se movimentando para fora, para depois retornar ao nível nacional.

Ao mesmo tempo, isso não significa que, de fato, ações significativas foram tomadas, nem que a participação da comunidade afro na sociedade e nos assuntos públicos e políticos da Argentina aconteceu plenamente. Lina destacou que em "grande parte dos anos de [governo] Macri a Década estava acontecendo, então muitos dos compromissos que os governos deveriam ter para cumprir com a Década, se desenrolaram dentro desse mandato; e as ações foram mínimas ou eram estigmatizantes"<sup>8</sup>. Isso quer dizer que para que as oportunidades internacionais se convertam, efetivamente, em mudanças significativas e estruturais para as populações negras é essencial que estejamos ativamente participando dos processos de tomada de decisão, de mobilização política e social. Essa é uma forma de aproveitar os processos de globalização para fortalecer a construção de projetos contra hegemônicos, que deem vazão a uma outra globalização, que não seja focada em espalhar um projeto de poder neoliberal (SANTOS, 2003; SAFATLE, 2021), mas sim construir alternativas políticas a partir da voz das mulheres afro, nesse caso.

Nas últimas eleições argentinas houve uma relevante mudança política: o governo eleito, do presidente Alberto Fernandez, tinha uma pauta mais progressista, alinhada com a promoção de direitos humanos, inclusive de grupos que enfrentam discriminação relacionadas a gênero e raça. Com essa mudança, foi possível que algumas pessoas negras estivessem de fato dentro dos quadros das instituições públicas de Estado, com possibilidade de decidir. Tanto Kukily quanto Negras (sí) y Marronas citam a presença de reconhecidas ativistas afro no governo como relativos avanços. São sinais de uma maior possibilidade de diálogo e de

participação, uma certa abertura para que mesmo que o pouco que seja feito não tenha a perspectiva estigmatizante e estereotipada como se via durante o governo de Mauricio Macri.

Ainda assim, há uma grande lacuna e uma dívida da democracia argentina com suas populações afro. "Desde a restauração da democracia [na Argentina] em 1983, gestos em direção a políticas progressivas coexistiram com discursos governamentais racistas" (SUTTON, 2008, p.109). Isso não é facilmente reparado, mas quando essas populações historicamente excluídas e estruturalmente discriminadas não podem participar e tem sua marginalização progressivamente aprofundada, não se pode dizer que existe uma democracia plena para todas/os. São necessárias mais ações, mais investimento, mais participação e mais reconhecimento.

A Década Internacional de Afrodescendentes se faz então como um quadro mais amplo que apresenta oportunidades para que os movimentos de mulheres afro empurrem a participação, inclusive política, de pessoas negras na Argentina. A Década traz uma série de atividades em seu programa de implementação e diversos compromissos que foram voluntariamente assumidos pelos Estados, inclusive a Argentina, que estabelecem a centralidade de tomar ações para promover e proteger os direitos humanos das pessoas afrodescendentes.

E isso passa significativamente pela participação efetiva da comunidade afro, especialmente para promover a criação de políticas públicas que mudem fundamentalmente o cenário histórico de exclusão, discriminação, racismo e invisibilização que se tem como herança do colonialismo e como parte integral do sistema moderno/colonial de gênero. As mulheres afro entendem essa necessidade dentro de seus espaços de encontro e mobilização, e por isso, reivindicam que "é o Estado que tem que fazer políticas públicas", como me disse Bruna Stamato. É uma responsabilidade que deve ser assumida pelas autoridades políticas, e que precisa contar com a contribuição e participação das sujeitas políticas afro. Mesmo com o cenário internacional abrindo oportunidades e gerando novos compromissos por parte dos Estados, os avanços nas Américas foram poucos. Gladys comenta que na Argentina "estamos no oitavo ano da Década e a única política pública que temos nesse país é o censo"<sup>28</sup>.

De fato, ter um mapeamento nacional oficial da população negra é um avanço muito significativo no reconhecimento da afrodescendência e pode gerar informações que fortaleçam as demandas por outras políticas públicas que enfrentem a vulnerabilidade social

---

<sup>28</sup> Tradução livre do original: "estamos en el octavo año del Decenio y la unica politica publica que tenemos en este país es el censo".



que pessoas negras experimentam na Argentina. Contudo ainda há muito mais o que ser feito para que as mulheres e comunidade afro possa plenamente participar da sociedade argentina.

Por exemplo, o país possui um órgão nacional estabelecido que tem o mandato para criar políticas antidiscriminatórias, o que inclui políticas antirracistas. O Instituto Nacional contra a Discriminação, Xenofobia e Racismo (INADI) foi criado ainda em 2005, pela Lei 24.515. Seu objetivo central é elaborar políticas nacionais que enfrentem discriminação, xenofobia e racismo, inclusive com políticas públicas que sejam transversais e em colaboração com a sociedade civil. Entre várias coisas, o INADI deveria receber e centralizar denúncias de racismo e estabelecer cooperação com outras entidades públicas e privadas para levar a frente os objetivos do Instituto. Contudo, falta vontade política e recursos suficientes para que o INADI possa ser plenamente implementado. Sutton (2008, p.9) destaca que:

entre os problemas observados está o financiamento insuficiente, vulnerabilidade à mudanças políticas, indicações políticas para posições técnicas, contratos de curto tempo para trabalhadores, falta de rotação entre as organizações não governamentais na direção, e discontinuidade para os projetos como resultado tanto da reestruturação interna do país quanto das condições econômicas precárias do país.<sup>29</sup>

O censo é um primeiro passo no reconhecimento e para fortalecer a demanda por ações focalizadas, o que também poderia incluir fortalecer o INADI. Ao serem mapeadas no censo, a comunidade afro passa a existir aos olhos do Estado e das políticas públicas. Com base em dados, pode-se fomentar o movimento que vem florescendo cada vez mais no país, com a liderança e participação significativa das mulheres afro. Fazer parte do censo populacional, com a autoidentificação, é a oportunidade primeira para demandar a criação de políticas públicas e uma maior participação nos espaços de tomada de decisão. Esse movimento de reconhecimento vai além do individual. Ele é profundamente fundado no coletivo e não diz respeito somente a uma afirmação de identidade ou ganhar visibilidade e reconhecimento em si. Participar do censo, como as mulheres afroargentinas vem demandando e se mobilizando, é construir uma plataforma política, empurrando para que o Estado assuma sua responsabilidade em produzir informações reais e confiáveis que sirvam para que a população afro e as mulheres afrofeministas possam com suas demandas em todos

---

<sup>29</sup> Tradução livre do original: "Among the problems observed are insufficient funding, vulnerability to political changes, political appointments for technical positions, short-term contracts for workers, lack of rotation of nongovernmental organizations on the board, and discontinuity of projects as a result of both internal restructuring and the country's precarious economic conditions" (SUTTON, p.9, 2008)

os lugares da sociedade argentina. Inclusive com base em evidências, já que "[o] que importa são os dados concretos, as estatísticas que revelam desigualdades" (BENTO, 2022, p. 78).

Contudo, vale mencionar que se não feito de forma adequada, toda a potencialidade do censo populacional pode ser desperdiçada. Em 2010, houve uma primeira tentativa de incluir uma pergunta sobre raça no censo populacional argentino, contudo a coleta de informações foi considerada insuficiente e irreal pelas organizações negras. Não houve uma participação da sociedade civil, das mulheres afro no processo de elaboração da pergunta nem uma campanha ampla de conscientização sobre ser afro. Esforços foram feitos pelas organizações negras, especialmente as mulheres, mas ainda assim não se obteve o reconhecimento que era esperado. Isso é especialmente significativo na Argentina uma vez que o país nega a sua herança afro em favor de um mito da Paris da América Latina, como já exploramos. Mulheres afro que lideram o ativismo no país, seja dentro das organizações ou agora em seus próprios espaços, ressaltam que a herança afro está viva e presente na Argentina, mas nem todas as pessoas podem reconhecer isso (SUTTON, 2008).

É também por isso que é central falarmos e reconhecermos o florescimento dos coletivos e espaços próprios das mulheres afro na Argentina. O lugar de encontro permite a construção coletiva da identidade e um reconhecimento mútuo de experiências. A partir disso então se enfatiza a potencialidade e o poder dos corpos-territórios políticos. Juntas, em seus espaços e com seus corpos, as mulheres afro buscam mudar radicalmente como elas participam e existem dentro da sociedade argentina. É justamente o enfrentamento e as produções de saberes que vem das experiências e dos corpos que ocupam esse lugar social, da subalternidade que insiste em "quebra[r] o silêncio instituído [...], um movimento no sentido de romper com a hierarquia violenta" (BENTO, 2022, p. 85)

Bruna Stamato destacou, por exemplo, como em 2021 foi possível - a partir da participação e incidência das mulheres afro - fazer "um trabalho com a Corte Suprema e conseguiram que tivesse perspectiva étnico-racial nas, é, nos índices de feminicídio". A área de Género da Comisión 8 de Noviembre<sup>30</sup> pressionava pela falta de dados sobre as violências que impactam as mulheres e população LGBTIA+ afro na Argentina. Uma vez mais, as mulheres afro em seus espaços próprios desenvolveram uma atuação para cobrar a falta de informações e medidas eficazes para reparar as violações de direitos humanos que a

---

<sup>30</sup> A área de gênero é composta por mulheres afro e organizações de mulheres afro. São um grupo muito ativo, que debate a raça e o racismo na Argentina a partir da interseccionalidade, inclusive considerando gênero, identidade de gênero e orientação sexual.

comunidade afro enfrenta no país, e mais do que isso, garantir que possam acessar todos os seus direitos plenamente.

Vemos, assim, como a produção de dados e informações estatísticas oficiais tem um poder importante, na visão das mulheres afro, para o desenvolvimento de políticas públicas. De fato, os dados e evidências dão força aos relatos das pessoas e da comunidade que experimenta essa realidade rotineiramente. Vale mencionar que os dados quantitativos em si não são tudo, eles são somente uma parte do reconhecimento necessário para que as mulheres afro possam participar a partir de suas subjetividades e de formas múltiplas. Também é necessário produzir dados qualitativos, e considerar a experiência vivida, como é tradição entre os feminismos negros - aliar teoria e prática - para que as violências, lacunas e violações de direitos humanos não sejam resumidas a números e se possa realmente exercer a potência política do desejo de transformar (GAGO, 2020).

A atuação das mulheres afro mostra como essa é uma preocupação: que os dados não sejam em si um fim, mas somente um meio para promover o reconhecimento e aumentar a participação que elas e suas comunidades têm na Argentina. Em 2022, com um certo atraso por conta da pandemia de COVID-19, a Argentina realizou seu censo demográfico que deveria ter sido feito em 2020 - assim como em vários outros países, inclusive o Brasil. Esse censo já contou com uma pergunta sobre a identidade afro e também sobre a população LGBTQIA+. Dessa vez, diferente de 2010, as mulheres afro já vinham construindo um longo processo durante toda a década (2010-2020) de conscientização sobre a afirmação positiva e o autoreconhecimento da identidade afro. O próprio esforço para resgatar a memória e história de Maria Remedios del Valle, que abordei no primeiro capítulo, é parte fundamental desse processo, inclusive demonstrando a relevância do redescobrimto da história afro e da herança africana para a construção de laços de solidariedade coletiva (CURIEL, 2008)

Então, com as mulheres afro liderando o esforço de conscientização e reafirmação política e positiva da identidade afro, para incentivar e fomentar o autorreconhecimento, a expectativa que percebi das entrevistadas é que esse censo possa fornecer dados mais condizentes com a experiência vivida em comunidade, seja em relação ao seu tamanho mas também em relação às lacunas de direitos que experimentam. Com esse censo, as mulheres afro esperam conseguir gerar um novo impacto, que promova sua participação inclusive na elaboração e implementação de medidas abrangentes e interseccionais que deem conta das exclusões e discriminações raciais.

É essencial construir políticas institucionais para fortalecer a pressão criada pela reunião e encontro dos corpos-territórios (BUTLER, 2019) das mulheres afro, para que seu

impacto transcenda os limites de somente aquele grupo de mulheres, ou então da comunidade afro, mas que reverbere na sociedade como um todo. Julia Cohen conta que "então, é bom estar juntas, para ter essa força, essa pressão, para que não se dilua aquilo que é propriamente nosso, né? Porque acaba diluindo... Sim, há uma companheira afro, mas a sua perspectiva acaba não entrando no discurso geral ou na perspectiva geral para se fazer as coisas"<sup>31</sup>. A fim de seguir participando e incidindo em tudo aquilo que é geral e público, as mulheres afro veem a necessidade de seguir juntas e criando coletivamente não só nos seus espaços próprios, mas também em todos os outros lugares e áreas da sociedade argentina.

O reconhecimento a partir de dados e informações estatísticas oficiais sobre o tamanho e os principais desafios é um ponto central dentro desse processo. Contudo, também está posto - ainda - o desafio de que as próprias pessoas afro na Argentina se reconheçam como tal. A continuidade da construção coletiva de identidades afro positivas, potentes e políticas é necessária para seguir com articulações que permitam ocupar espaços em prol da defesa, promoção e luta pelos direitos humanos da afrodescendência, especialmente das mulheres negras.

Gladys Flores comenta que: "Então me parece que nós seguimos buscando as palavras que nos nomeiem, as palavras que nós queremos ter, não? Não as palavras que as outras pessoas nos dizem."<sup>32</sup> Essa busca pelas palavras que as próprias mulheres afro querem que as definam é parte da iniciativa contínua e transformadora de construção coletiva da identidade, dos territórios e dos projetos políticos, a partir de suas trajetórias e lugar de fala. É uma forma de "tornar possível para que as outras pessoas possam se identificar, possam se reconhecer e não se envergonhar"<sup>33</sup> como diz a própria Gladys.

Inclusive para buscar coletivamente tais palavras, e para reafirmar o lugar das mulheres afro como sujeitas e corpos-territórios políticos, é preciso um reconhecimento positivo de toda a participação e contribuição histórica e nos dias atuais das mulheres afro e da afroargentinidade para o país. Nesse sentido a memória tem um papel a cumprir, e é essa relação entre memória, reconhecimento e participação na sociedade argentina que explorarei a seguir.

---

<sup>31</sup> Tradução livre, do original: "entonces, está bueno estar juntas, pero para tener esa fuerza, esa presión, para que no se diluyan lo propio nuestro, no? Porque se termina diluyendo, sí la compañera afro pero no termina entrando en el discurso general o en la mirada general para hacer las cosas".

<sup>32</sup> Tradução livre do original: "Y nosotras y nosotros tuvimos un censo despues más de doscientos años tambien. Un censo. Entonces me parece que nosotras seguimos buscando las palabras que nos nombren, las palabras que nosotras queremos tener, no? No las palabras que nos dicen los otros".

<sup>33</sup> Tradução livre do original: "hacer posible que otras personas puedan identificarse, puedan reconocerse, no averguenzarse".

### 4.3 Memória e reconhecimento: a participação na sociedade afroargentina

Para essa seção eu quero trazer uma reflexão sobre a memória coletiva da sociedade argentina e como a comunidade negra, e sua história, não é reconhecida nessa memória coletiva, logo ela não é percebida como parte. Contudo, as mulheres afro estão liderando um processo de recompor a memória coletiva da comunidade afro a fim de refletir que a sociedade argentina é afroargentina. Especialmente através da minha experiência do tour sobre história afroargentina, pelas ruas de San Telmo, oferecido inclusive por uma das entrevistadas Julia Cohen, quero refletir como as mulheres afro têm sido figuras centrais para reconstruir esses territórios e memórias como parte da própria consolidação da identidade coletiva afro. Estar presente na memória histórica e coletiva da sociedade é também urgente para que as pessoas negras, especialmente as mulheres, possam participar ativamente enquanto sujeitas políticas.

Segundo Ochy Curiel (2008), os movimentos de mulheres negras na América Latina compartilham algumas tendências e características em comum, resalto aqui dois que acredito ser mais relevante para falarmos um pouco mais do começo do florescer dos movimentos e espaços de mulheres negras na Argentina: a definição de uma política de identidade e a articulação nacional, regional e global. No que se refere a definição de uma política de identidade, destaco duas dimensões apresentadas pela autora: o resgate da memória das afroMulheres e a reivindicação positiva de sermos mulheres negras (CURIEL, 2008).

Ambas essas dimensões teriam como objetivo reafirmar o encontro das subjetividades de raça e gênero nos corpos das mulheres negras. Essa reafirmação diz respeito a um processo político muito significativo e que é repetidamente enfatizado por muitas feministas negras: o da perspectiva única, potente e diferente que a nossa existência nesse lugar múltiplo nos dá. Por exemplo, em Patricia Hill Collins (2016) é a visão da estrangeira que está dentro (*outsider within*), em Lélia Gonzalez é a amefricanidade. Para mim, essas são dimensões centrais de um esforço para uma efetiva realização da interseccionalidade como prática política, sem deixar de lado seu potencial enquanto ferramenta de análise. A definição de uma política de identidade das mulheres afrolatinoamericanas se caracteriza como um esforço para reimaginar as práticas políticas regionais, indo além do feminismo hegemônico e branco, e trazendo a identidade, memória e experiência das mulheres negras para o centro.

Essa reafirmação política, enfatizando a nossa existência a partir da experiência cruzada do racismo e do sexismo em um sistema moderno/colonial de gênero, marcado profundamente por um cisheteropatriarcado e exploração de corpos e sujeitas inferiorizadas e

precarizadas por um capitalismo predatório, traz para a discussão um outro lugar de construção de conhecimento, de estratégias políticas e visões de mundo. Uma nova potência é então descoberta para renovar os desejos de mudança profunda frente os grandes problemas estruturais que enfrentamos na América Latina.

Dessa forma, podemos reconhecer a contribuição central das mulheres negras e seus conhecimentos para que os fatores, que afetam dramaticamente as desigualdades estruturais na região, sejam contemplados conjuntamente, sempre visando ir além e complexificar nosso pensar e agir frente aos desafios múltiplos das lutas por direitos humanos. Essas lutas não podem vir em partes, devem ser coesas e conjuntas: mulheres negras não são só mulheres nem só negras. Vivemos e somos mais do que a simples soma dessas partes, e para avançar na participação e conquista de direitos, é preciso exercitar o antirracismo sem se desvencilhar do antissexismo e do combate às demais desigualdades.

Essas são estratégias centrais para enfrentar a invisibilidade das mulheres negras em todas as sociedades, inclusive na Argentina. O resgate da memória das afromulheres, nesse caso de mulheres afroargentinas, é parte essencial para visibilizar essa potência histórica. Não é à toa que todos os movimentos de mulheres negras na Argentina se unem ao redor do resgate do nome, história e memória de Maria Remedios del Valle. Ela é uma mulher negra argentina que dá um rosto, um corpo e um símbolo a todo um conjunto de sujeitas que foram sistematicamente apagadas e escondidas da história argentina e que até hoje enfrentam a invisibilidade e o processo de estrangeirização. Ela é uma história viva, que reconstruída pelos olhares e experiências das mulheres afro na Argentina hoje, traz para o debate a potência histórica da resistência e transformação liderada por mulheres negras. É uma grande força mobilizadora para as mulheres afroargentinas se enxergarem, se encontrarem e se conectarem através de toda sua potência enquanto sujeitas políticas interseccionais cujos corpos marcam uma territorialidade outra, como explorarei um pouco mais a frente.

O resgate da memória então se soma a um processo de reivindicação positiva de sermos mulheres negras. Não é só sobre as dificuldades que enfrentamos, pelas consequências negativas de países e sociedades que se construíram ao redor de pactos e bases racistas e sexistas. É também uma valorização das múltiplas formas de existir enquanto mulheres negras, através das gerações, sempre levando em conta um acumulado histórico de poder e liderança que acompanha a memória das mulheres afrolatinoamericanas.

Reconhecer a participação afroargentina para a construção do país é um esforço de publicizar uma memória que está presente na comunidade, entre as mais velhas, mas precisa ser demarcada para a população em geral para desmistificar a narrativa da Argentina branca e

européia. Essas sujeitas "[s]ão corpos concretos que demandam bens, serviços e condições de vida bastante objetivas e que vivenciam, em sua pele, condições ameaçadoras a sua vida, o que aumenta a precariedade de sua inserção no mundo" (MARTINS, 2018, p.170). Além disso, a memória pode contribuir para o processo de formação coletiva da identidade afro e da sua luta por direitos humanos, já que também permitiria que a própria comunidade se percebesse cada vez mais participante da história, memória e vida cotidiana na Argentina.

Estes são dois processos que, de certa forma, se retroalimentam e fortalecem entre si. A articulação e encontro das mulheres negras em seus próprios coletivos serve como uma forma de construir e fortalecer a identidade política coletiva, seus corpos-territórios e sua reafirmação como sujeitas políticas e agentes de transformação. Justamente por seu encontro e construção conjunta, reivindicam e participam ativamente na reconstrução de uma memória coletiva negra que enfatiza positivamente a afroargentinidadade. Isso se dá de forma muito clara e emblemática com a reconstrução da história da *Madre de la Patria*: as mulheres afro se colocam no centro como aquelas que historicamente contribuíram para a libertação da Argentina e sua posterior conformação, seja das próprias comunidades afro seja da identidade nacional argentina.

Julia Cohen comenta que se "construir desde a identidade coletiva, mais concentrada em como eu poderia me sentir, por exemplo, com confiança. E eu me construí desde aí"<sup>34</sup>. E o encontro coletivo dá o pontapé inicial para construir coletivamente as identidades políticas das mulheres afro, que se fortalece a medida que juntas vão criando articulações e movimentações para se fazerem presentes na sociedade argentina, e essa presença cada vez mais proeminente, mais visível nas ruas, com seus corpos territórios, revela - com força - sua existência e memória. Elas "*territorializa*[m] conceitos em práticas diversas" (GAGO, 2020, p. 124) no encontro de seus corpos. Isso dá nova força para que mais mulheres afro possam se reconhecer entre sujeitas, entre experiências e entre histórias, e assim, se juntam e se encontram para novamente se construir coletivamente a partir desse lugar e atuar para transformar a sociedade argentina.

Bruna Stamato também comenta sobre a potencialidade do encontro e do reconhecimento para elaborar a atuação política das mulheres afro. Me disse: "eu não estou sozinha, esses problemas que eu encontro não são, é, individuais assim. São problemas que fazem parte de um sistema racista, sexista e tudo". Ou seja, ao se encontrarem além de

---

<sup>34</sup> Tradução livre do original: "construir desde esa identidad colectiva, más asentada en la que yo me podía sentir, como, en confianza. Y a construirme desde ahí".

permitir criar laços de solidariedade, é possível reconhecer as desigualdades como históricas e estruturais, e não como experiências individuais.

Movimentos sociais como o de mulheres negras, quilombolas e indígenas desestabilizam as relações de colonialidade, construindo contranarrativas que trazem novas perspectivas e paradigmas, e, além da denúncia, procuram protagonizar ação política contra a expropriação de riquezas e a brutalidade que sustentam a sociedade e o regime político no qual vivemos (BENTO, 2022, p. 40).

Todas passamos por isso, e juntas vamos buscar mudar o que está posto para podermos participar ativamente da sociedade que queremos construir e na qual queremos viver. Em complemento a isso, também trago o que Julia me comentou sobre a relevância de conhecer a história e de ter a memória; justamente para esse mesmo processo de se juntar a fim de efetivar o desejo de transformação enquanto potência feminista que impulsiona (GAGO, 2020): "[C]onhecer a história do país, é como muito importante. Um começa a compreender o que acontece e como se portar, se eu quero mudar essa realidade, como devo me comportar frente a isso."<sup>35</sup>, como me comentou Julia Cohen.

Sobre esse ponto quero fazer uma reflexão sobre como se conhece a história da Argentina. Memória é um tema muito caro para a identidade da Argentina, especialmente depois da ditadura. É um país em que se vê uma memória viva, especialmente nas ruas. Os lugares públicos em que pessoas foram sequestradas, os prédios que foram símbolos das violência e violações de direitos humanos da ditadura, a praça em que as *Madres de la Plaza de Mayo* faziam suas vigílias, os museus e a discussão sobre essa memória é muito presente e é demarcado. Esses espaços têm símbolos, têm placas, são publicamente informados.

Durante a minha pesquisa de campo pude perceber que os lugares de memória da ditadura são construídos a partir da resistência. São feitos na rua a partir da memória de quem se opôs por anos ao regime ditatorial cruel e violento. Esse processo reforça a tradição que se pode ver no país que a política é feita nos espaços públicos, através da luta e do enfrentamento. Existe um "significado simbólico de ocupar" (BUTLER, 2019, p.104). Foi assim contra a ditadura, é assim com os feminismos, foi com a Campanha Nacional pela Legalização do Aborto e a *Marea Verde*, é assim com o *Ni Una a Menos*. O lugar público, as ruas, é aí que se constrói o legado do que é histórico e importante para a sociedade argentina.

---

<sup>35</sup> Tradução livre do original: "Conocer la historia del país, es como ré importante. Uno empieza a comprender qué pasa y como pararse, si yo quiero cambiar esa realidad, como me paro frente a eso."



É com os símbolos espalhados e com a disputa desses corpos-territórios, pela territorialidade pública e por seu direito de aparecer e estar nesses espaços.

A partir do público se faz a disputa do que pode ser lembrado, reconhecido e demarcado para a memória coletiva. Desde o retorno da democracia em 1983, o espaço público da Argentina foi permeado por um intenso debate sobre direitos humanos. Com elas se fortalece a narrativa de que democracia anda em conjunto com direitos humanos. As feministas seguiram esse caminho para construir uma das linhas narrativas que dava força aos pedidos por legalização do aborto no país: essa era uma dívida democrática da nação argentina com suas mulheres, que lutaram tanto pelo fim da ditadura e que agora experimentavam a falta fundamental de seus direitos à saúde e uma grande lacuna de justiça social. Contudo, não se fala muito sobre como a memória coletiva sobre a afroargentinidade é também uma dívida democrática da Argentina com suas populações afro. Se a luta por democracia é uma luta por justiça social e reparação, onde está a justiça e reparação racial não somente pela escravização, mas por todas as exclusões e apagamentos históricos que a população, inclusive as mulheres afro, foram submetidas desde então?

Cida Bento (2022, p. 69) diz que: "desigualdades de raça e gênero são engendradas no interior de instituições públicas e privadas", isso significa que inclusive as instituições democráticas perpetram essas desigualdades estruturais, impactando também projetos de transformação. A justiça social é pensada de forma incompleta na Argentina, e as mulheres afro aparecem justamente com a perspectiva de que é preciso ser mais interseccional ao se falar da memória argentina. A história do país é também indígena e negra, não somente europeia e branca. A justiça e reparação não é somente pela ditadura, mas também pelo racismo e pela exclusão histórica da afroargentinidade e da população afrodescendente. A dívida democrática não é só relativa aos direitos das mulheres, mas também das mulheres afro e de toda comunidade negra. A justiça racial precisa estar e deveria estar cada vez mais presente no discurso público e democrático argentino, e é isso que as mulheres afro têm feito. Elas se mobilizam para colocar o debate na agenda pública, seja buscando a participação no censo ou na coleta de informações sobre mulheres afro no registro de feminicídios, mas também na busca por disputar os espaços públicos e trazer para as ruas a história e memória afroargentina.

Gladys trouxe isso de forma muito marcante em nossa entrevista, quando disse o seguinte: "há uma dívida pendente que tem a ver com o relato histórico do quanto as e os afro tiveram a ver com a história desse país, ou se prefere desse Estado nação, como cada qual queira chamar. Não somente a figura de Maria Remedios del Valle, esta que claramente é uma

figura relevante, pois de fato, note que é a única, a Argentina é o único país onde a figura de referência em termos das pessoas afro é uma mulher"<sup>36</sup>. E isso é realmente um feito importante. Nos outros países os nomes mais conhecidos e principais das comunidades negras e das lutas por independência são geralmente homens. No Brasil, por exemplo, por mais que tenhamos Dandara e que as mulheres negras sejam lideranças históricas dos movimentos negros, o Dia da Consciência Negra é em homenagem a Zumbi dos Palmares. Já na Argentina, como eu comentei, o Dia Nacional das afroargentinas, afroargentinos e da cultura afro é em homenagem a Maria Remedios del Valle.

No final das contas o que Gladys comenta fortalece essa ideia de que existe uma dívida, algo que ainda não foi satisfatoriamente abordado pelo Estado argentino ao longo dos anos: onde está a lembrança pública e coletiva da história afroargentina? Como essa população está sendo representada nos livros de história e na educação pública? Como ela está participando dos espaços de poder? É uma dívida histórica e democrática. Gladys também comenta: "não somos as donas e donos da história porque nós não a escrevemos, mas sim somos parte dessa história. Então me parece que na luta, ou na batalha, que nós estamos é por isso, pela busca das palavras que nos nomeiem"<sup>37</sup>.

E é justamente no movimento de recriar essa história, inclusive a partir da tradição negra da oralidade e da troca, que as mulheres afro têm participado ativamente. Para ilustrar isso quero trazer agora o tour de história afroargentina, realizado durante a pesquisa de campo no dia 21 de julho de 2022. Organizado pela Julia Cohen em parceria com uma agência feminista de viagem, o tour é feito pelo bairro de San Telmo, um bairro muito turístico e central da Cidade Autónoma de Buenos Aires. Também em rede, Julia foi construindo um extenso estudo sobre os pequenos pedaços da história afroargentina que estão espalhados por San Telmo sem nenhum reconhecimento. Com esses vários retalhos, temos um recorrido de pontos cruciais e de contribuições centrais da afroargentinidade para a história e identidade nacional do país, seja em espaços físicos, mas também na alimentação ou como já comentei nos grandes símbolos da cultura argentina como o tango.

É muito significativo que essa iniciativa seja liderada pela sociedade civil, e mais do que isso, seja algo oferecido por uma mulher afro. Para mim, isso revelou como a liderança

---

<sup>36</sup> Tradução livre, do original: "hay una asignatura pendiente que tiene que ver con el relato histórico de cuanto tuvismo que ver las y los afro en la historia de este país, si quieres de este Estado nación, como cada quien lo quiera llamar. No solamente la figura de maria remedios de valle, este que por supuesto, es una figura relevante, de hecho, fijate que la unica, argentina es el unico país donde la persona referente en terminos de los afro, es una mujer."

<sup>37</sup> Tradução livre do original: "no somos las dueñas e dueños de la historia porque nosotras no la escribimos, pero si somos parte de esa historia. Entonces me parece que en la lucha o en la pelea que estamos nosotras y nosotros es en eso, en buscar las palabras que nos nombren".

das mulheres afro na construção política coletiva da afroargentinidade é muito presente. No tour, Julia me mostrou casas, museus, estabelecimentos comerciais espalhados pelas ruas de San Telmo que contam e reafirmam a memória afro. Esses pontos estão na rua, e são a prova que mesmo sem o devido reconhecimento, esses lugares seguem se fazendo presentes e resistindo ao tempo inclusive nos lugares centrais e turísticos de Buenos Aires.

Os murais e grafites nas ruas de San Telmo mostram uma influência negra, retratam figuras centrais da negritude. Estátuas mostram traços afro, mesmo que não expressamente identificadas como uma pessoa afro. Os estabelecimentos comerciais contam a história de prédios erguidos pelas pessoas negras escravizadas, e mais recentemente contam a história de uma construção de comunidade afroargentina, afrocaoberdiana e afrolatinoamericana. Tudo está ali, mas falta a memória coletiva te dizendo o que é aquele espaço, o que ele representa para a Argentina e a afroargentinidade. Falta uma placa marcando o que aquilo é, e seu significado. Por exemplo, a Julia termina o nosso tour me apresentando a Casa Mínima, que é uma pequena casa, geminada entre duas, que pode passar despercebida ao caminhar pelas ruas de San Telmo, mas que foi uma das primeiras casas que o proprietário era uma pessoa negra. A Casa Mínima é um pedaço não contado da história afroargentina, mal demarcado e não memorializado, mesmo sendo um ponto turístico de Buenos Aires.

**Figura 14 - Identidade visual do Coletivo Kukily**



**Figura 14.** Grafite com uma pessoa negra dizendo: Cada cara tem uma história, qual é a sua?, reforçando que pelas ruas de Buenos Aires é possível encontrar manifestações reivindicando o reconhecimento da história e ancestralidade protagonizada pelas pessoas negras. Fonte: Acervo pessoal da autora

**Figura 15 – Casa Mínima**



**Figura 15.** A Casa Mínima, considerada um ponto turístico da cidade, mas sem algo que conte sua história e reconheça sua importância para o país. Fonte: Acervo pessoal da autora

A memória pública e coletiva é uma dívida que o Estado argentino tem com sua população afro. É uma lacuna da democracia, afinal

o objetivo de uma política democrática não é simplesmente estender o reconhecimento igualmente a todas as pessoas, mas, em vez disso, compreender que **apenas modificando a relação entre o reconhecível e o irreconhecível (a) a igualdade pode ser entendida e buscada e (b) "o povo" pode se abrir para uma elaboração mais profunda (BUTLER, 2019, p.11, grifo nosso)**

Essa memória também tem uma função muito importante: a de criar um senso de comunidade e de fortalecer as identidades coletivas para uma busca ativa de participação em prol dessa comunidade. Como me comentou Lina: "se encontrar, aprender, conhecer que

tenho uma história, ehm, que tenho uma história que não só a da minha mãe, do meu pai, mas que é a de muitas outras pessoas, que também tem em comum uma luta, deveres, ehm, em relação a mim e minhes companheiros e com a sociedade em geral também."<sup>38</sup> Essa memória compartilhada, para além da individualidade, fomenta laços de comunidade. A luta pela memória pública da afroargentinidade é uma estratégia coletiva de reivindicar participação nas ruas, na sociedade, nos espaços públicos e no conhecimento geral sobre a Argentina.

Lina comenta como isso tem um profundo sentido político, de um dever e compromisso em cada espaço em que se está enquanto mulher afro. Ela me diz "ser uma pessoa negra na Argentina são muitas coisas ao mesmo tempo. O que pensam de você e o que você pensa de você mesma, e o que você, com esse dever com essas pessoas, com todos os espaços em que se relaciona, hm, creio que ao final seria como uma existência política"<sup>39</sup>. Essa existência e construção da trajetória de ativismo das mulheres afro enquanto sujeitas políticas (RIBEIRO, 2008) revela o compromisso assumido, desde a juventude, em seus corpos-territórios para consigo mesmas, mas também para construir essa territorialidade compartilhada e de comunidade. Dessa forma, se dão processos coletivos de aquilombamento e, então, essas mulheres afro constroem seus "quilombo[s] como território[s] de memória, de resistência, de fortalecimento cultural" (BENTO, 2022, p. 40). Esse movimento é sobre construir redes e territorialidades coletivas de afeto entre pessoas negras<sup>40</sup>.

As mulheres afro lideram o processo de fortalecimento comunitário e a luta por reconhecimento e transformação da sociedade argentina. Mesmo dentro da comunidade negra, as mulheres assumem uma posição de protagonismo enquanto sujeitas que constroem seus esforços de maneira interseccional em favor da participação afro no país. De fato, essas sujeitas políticas e seus corpos-territórios políticos se fazem enquanto potências para mudanças substantivas, inclusive quando reconstroem a partir de si, de suas experiências vividas e de sua produção de conhecimento compartilhada uma memória coletiva de comunidade e história afro. São saberes do corpo, que reúnem "*[p]oder de avaliação e potência em ação [como] duas perspectivas práticas poderosas dos saberes subalternos e de uma epistemologia feminista*" (GAGO, 2020, p.79).

---

<sup>38</sup> Tradução livre do original: "Encontrarse, aprender, conocer que tengo una historia, ehm, que tengo una historia que no es solo la de mi mama, de mi papa, sino que es la de muchas otras personas, que también tiene en común una lucha, deberes, ehm, para conmigo y mis compañeres y con la sociedad en general también".

<sup>39</sup> Tradução livre do original: "ser una persona negra en Argentina son muchas cosas al mismo tiempo. Lo que piensan de vos y lo que vos piensa vos misma, y lo que vos, esto deber con esas personas, con todos los espacios con que te relacionáis, hm, creo que en definitivo sería como que una existencia política".

<sup>40</sup> Várias pensadoras, como Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, bell hooks e Abdias Nascimento nos propõe com nomes diferentes esse movimento: entre quilombismo, amefricanidade, identidade atlântica e o amor enquanto transgressão e ética de vida é que fazemos nossas comunidades e laços de solidariedade.

Ao propor outras formas de participar, inclusive através da memória e reconhecimento, as mulheres afro dão o tom do debate étnico-racial no país. Bruna aponta a centralidade e importância política dessas sujeitas em propor outra narrativa para a memória coletiva argentina, e além disso, fortalecer a sua própria comunidade. Ela diz que mulheres afro têm assumido o papel de colocar o dedo na ferida e dizer que a "Argentina é uma sociedade racista, a gente precisa discutir a questão étnico-racial, parar com esse discurso de "não existe comunidade afro aqui", essa invisibilização que é terrível. E pensar mesmo no lugar das mulheres, acho que assim, esse fortalecimento da comunidade afro como população, como povo que tem uma potência enorme, esse caminho tá sendo feito pelas mulheres assim".

Cida Bento (2022) comenta que há uma ligação entre a masculinidade branca e os projetos nacionalistas. Essa ligação exclui e marginaliza as populações negras das identidades nacionais e dos projetos de Estado nacionais, e reforça que o racismo é estrutural para as sociedades que convivem com os legados do colonialismo. Pensando nisso, podemos entender melhor a potência transformadora do enfrentamento a essas estruturas discriminatórias ser construído pelas mulheres afro. Elas mudam, de forma fundamental, a base da qual se parte para estabelecer os projetos de sociedade: não é a masculinidade branca do sistema moderno/colonial de gênero, mas o pensamento diaspórico e coletivo das mulheres negras

As mulheres afro estão mobilizadas para enfrentar esses "projetos nacionalistas dos homens brancos" (BENTO, 2022, p. 51), mas vale comentar que a batalha das mulheres afro, envolve também serem devidamente valorizadas e visibilizadas dentro da própria população e coletivos de pessoas afro. Isso quer dizer, que ademais de enfrentar o racismo na sociedade argentina - e dentro de movimentos feministas também - elas combatem "o machismo dos homens negros", como bem coloca Bruna que ainda acrescenta: "eu acho que a grande potência é essa articulação política, esse potencial político também, de botar o pé na porte e falar "cara não dá mais assim, pra gente viver isso"".

Quanto a isso, o que podemos perceber é que as mulheres afro estão em diversas linhas de frente de luta por seus direitos humanos na Argentina. Existe uma singularidade, potência e importância de elas buscarem participar não somente a partir desses espaços diversos e misturados, mas também a partir de seus próprios coletivos e espaços, criados, pensados e realizados de mulheres negras e por mulheres negras, para si mas também para os feminismos, para o antirracismo, para a democracia, para a justiça social e para um outro projeto nacional de país.

As mulheres afro demonstram sua potência política de agentes de transformação (RIBEIRO, 2008) ao reafirmarem a negritude de seus corpos-territórios nos espaços dos

feminismos, seja nos Encontros Plurinacionais ou então no *Ni Una a Menos* e durante a *Marea Verde*. Elas desafiam a branquitude nos projetos feministas argentinos e na identidade nacional do país. Abrindo caminho para a análise e abordagem interseccional nas mobilizações públicas e políticas de mulheres pelas ruas do país.

Também com a interseccionalidade, as mulheres afro reafirmam os gêneros de seus corpos territórios nos espaços afro, em meio a coletivos e comissões que buscam maior participação, reconhecimento e presença negra pela Argentina. Elas dizem que também é preciso enfrentar o sexismo e a LGBTIfobia por entre as comunidades. Esse é um caminho de participação que privilegia alianças, compartilhamentos e um trabalho conjunto, considerando toda a diversidade da população e comunidade afro que vai muito além dos homens negros. É necessário ter em conta que "o processo colonial foi diferenciado por sexo [...] e usaram a identidade de gênero para determinar a política" (OYEWUMI, 2021, p. 186)

Ou seja, as mulheres afro enfrentam os legados desse processo para poder promover sua participação e manifestar seu desejo de transformação com toda a outra territorialidade coletiva que elaboram ao se posicionarem como corpos-territórios afrodiaspóricos, generificados, interseccionais e diversos. Elas convidam todas as pessoas e movimentos a terem um outro olhar a partir do momento em que chamam atenção para a multiplicidade de identidades, perspectivas e potencialidades que resumem em si (COLLINS, 2016). Dessa forma também promovem a construção de lutas por direitos humanos que sejam mais integradas, coletivas e colaborativas. Tudo é um só e é muito mais do que a soma dessas duas partes. Por isso, o foco nos coletivos e nos espaços das mulheres afro é tão importante, quero chamar atenção - durante todo esse trabalho - para tudo o que está e pode ser construído conjuntamente quando as mulheres afro podem se articular em sua completude, na totalidade de suas existências e com base em seus próprios conceitos, estratégias, perspectivas e articulação.

Bruna chama atenção para a relevância das mulheres afro conquistarem sua voz em todos os espaços de militância e luta social, além claro da importância dos coletivos e espaços de encontro de mulheres afro como espaços seguros para promover um outro projeto político e identidade sobre a Argentina: "estar em espaços coletivos de militância e ter voz em determinados espaços também é importante. "gente, olha só, tem comunidade afro na Argentina", é muito importante então. Acho que essas trocas são muito boas pra aprendizado e troca de conhecimento".

A partir da fortaleza de nossos encontros, de nossos espaços, de nossa mobilização, de nossa participação, de nosso direito de aparecer com nossa territorialidade e nossos corpos



territórios nas ruas, mulheres afro fazem sua luta por memória e reconhecimento por toda a América Latina. Na Argentina, além de tudo, há essa necessidade persistente de se visibilizar enquanto parte, de reivindicar não só a participação política, mas a participação histórica na formação do país e da identidade nacional, e a participação geral na sociedade atualmente. Bruna comentou algo que me atingiu de forma muito profunda "eles te enxergam e não te enxergam".

A partir de minha experiência no território, o que entendo e sinto ao ouvir essa frase é que não é sobre não ser vista, as pessoas e a sociedade argentina notam sua presença nas ruas de Buenos Aires. Mas ao mesmo tempo a territorialidade que te constitui não é reconhecida. As mulheres afro são enxergadas como exóticas, estrangeiras, subalternas. São figuras "públicas", que podem ser tocadas, encaradas, comentadas como se não tivessem subjetividade e não fossem sujeitas. "Quaisquer que sejam os debates sobre as origens do movimento feminista ocidental, o controle das mulheres sobre seus corpos continua a ser a pedra angular da agitação pelos direitos das mulheres" (OYEWUMI, 2021, p. 107). Isso reforça que nossos corpos são também nossos territórios de disputa e de enfrentamento. É pelo fato de que são enxergadas, mas não vistas que se faz necessário construir e florescer os próprios lugares de articulação política e encontro.

Experimentei e percebi ao passar 15 dias como uma mulher afro em Buenos Aires como é exaustivo estar constantemente nesse lugar. Por um pequeno período de tempo, compartilhei o que as entrevistadas me contaram que passam por anos. É cansativo ter que se convencer e convencer as demais pessoas de que sim, somos sujeitas políticas, que temos direito de participar e de aparecer. Que nossos corpos territoriais irão disputar todos os lugares de poder e de tomada de decisão. Irão disputar a narrativa e a história nacional, irão disputar e propor outros projetos de poder de nação e de país. As mulheres afro seguirão ocupando e disputando as ruas, os bairros, os bares, a memória e a sociedade argentina.

Se mostrou exaustivo ter que corrigir a história e memória coletiva que exclui a afroargentinidade. É preciso ampliar os processos de reconhecimento para que as visões negativas sobre as pessoas negras, suas culturas e suas heranças sejam alteradas de forma fundamental. Essa é parte da luta que as mulheres afro lideram em seu esforço por incrementar a participação. Contudo a carga de promover essa transformação não deveria ser só delas, nem deveria recair somente nos ombros das pessoas negras. É novamente a parte ruim, de *poner el cuerpo* (SUTTON, 2007).

Evidentemente, forçar a abertura de mais espaços de afirmação afro na sociedade argentina de reconhecimento e memorialização da afroargentinidade são primeiros passos em

direção a um processo mais amplo, público e democrático de visibilização e valorização da negritude na Argentina. Deixar de lado os mitos racistas que fundaram a nação ao redor de uma identidade branca e europeia é um desafio enorme, que demanda muita energia e se configura como um projeto de vida. Como aponta Cida Bento (2022, p. 125): "desfazer sistemas que, durante séculos, promoveram o conforto e a segurança de um grupo de pessoas em detrimento de outro não é uma tarefa para realizar da noite para o dia".

Sendo assim, é importante também que as sujeitas à frente dessa luta encontrem formas mais leves, dinâmicas e próprias para construir esses enfrentamentos tão fundamentais. De maneira que seus corpos não sejam exauridos completamente no processo de *poner el cuerpo* e de se pôr em luta (SUTTON, 2007). O cuidado, o encontro, a troca, o acolhimento, as redes e o apoio mútuo são chave nesse processo, e parecem ser a base dos coletivos e dos espaços de mulheres afro abordados nesta pesquisa. É a atuação política através de uma ética amorosa, que nos apresenta que "a escolha por amar é uma escolha por conectar - por nos encontrarmos no outro" (hooks, 2020, p. 129)

Mais do que isso, percebi que uma das vias mais leves, livres e coletivas que são criadas para reafirmar politicamente as identidades afro, com a centralidade das mulheres, em favor desse outro projeto de Argentina é a arte e a cultura. Através da cultura se reivindica uma outra forma de aparecer que não é embasada nos olhares alheios nem nos estereótipos ou estrangeirizações que dominam o senso comum acerca das pessoas afro no país. É um direito de aparecer e de existir coletiva e politicamente que reivindica os corpos territórios de luta, de potência, de transformação, de acolhimento e de comunidade. A cultura e a arte enquanto formas de fazer política na Argentina, e ir além do cansaço e desafiar os olhares e os toques não autorizados. A partir de suas próprias subjetividades, inclusive artísticas, as mulheres afro reafirmam seu comprometimento com uma outra sociedade, como uma outra forma de existir e resistir.

Essa insistência em reformular como são percebidas publicamente tem gerado resultados ao longo dos anos. E ficou evidente como a arte e a cultura são formas singulares de fazer avançar esses esforços. É assim que as coisas começam a mudar, é assim que a memorialização se (re)constrói, com as narrativas e perspectivas das mulheres afro que buscam realizar e consolidar novas, e outras, territorialidades e projetos de poder. Eu já dei o exemplo de Maria Remedios del Valle, e de como a sua história tem sido reconstruída pelas mãos e vozes das mulheres afro na Argentina. Seja com documentários, com performances artísticas mas também agora num processo público de memorialização com um monumento. Esses são sinais de que as coisas estão no processo de mudar. A memória afroargentina está

começando a ganhar seus lugares públicos de reconhecimento, sua participação na sociedade tem crescido de forma visível.

Pois então, o monumento à *Madre de la Patria*, feito com participação de corpos afro diversos demonstra como a arte é política, e como a cultura tem um papel muito singular, especialmente quando é feito nas ruas, de forma acessível e pública para que todas as pessoas possam ver e saber que é tempo da Argentina mudar. É uma dívida e uma demanda por reparação que minimamente começa a ser enfrentada a partir da sociedade civil, a partir da liderança das mulheres afro, a partir dos coletivos e espaços de mulheres afro. O teor político da cultura e da arte têm sido fundamentais nesse processo, especialmente para garantir que essas mulheres e ativistas afro possam se articular e manifestar seus corpos territórios com a liberdade poética que bem quiserem, criando assim novas narrativas, histórias e formas de serem percebidas.

#### **4.4 Cultura, arte e política: múltiplas novas formas do direito de aparecer**

Agora, para seguirmos, eu gostaria de abordar o papel da cultura e da arte, que se mostraram fortes e presentes nas articulações e estratégias políticas para as mulheres afro na Argentina. Durante as entrevistas, as caminhadas, tours e eventos para marcar o dia 25 de julho - dia da mulher afrolatinoamericana e afrocaribenha - consegui perceber que performances, manifestações e intervenções artísticas eram mobilizadas enquanto uma nova forma do direito de aparecer. Coletivamente, construíam seus encontros, espaços e momentos culturais para trazer e apresentar ao restante da sociedade, uma noção positiva da existência e dos corpos-territórios das mulheres afro. E assim provocar mudanças de comportamento e de sociedade através da mobilização social (GOHN, 2014).

Lina descreveu de uma forma muito bonita e inspiradora o que seria o lugar e o papel da cultura e arte nesse processo político de buscar participação: "Primeiro para colocar o comum, como as necessidades, desejos e sonhos. E depois comunicar isso para, comunicar isso para uma construção, não?". Ou seja, através da arte e das performances, as mulheres afro reivindicam seus corpos-territórios como esse lugar de disputa para aparecer em seus próprios termos. "O corpo é constantemente colocado, posicionado, exposto e reexposto como uma causa" (OYEWUMI, 2021, p. 35), inclusive como uma outra forma de comunicar e confrontar os mitos racistas da Argentina, e assim colocar em pauta, no debate e no espaço público as necessidades, desejos e sonhos das mulheres afro. Com a cultura e a arte, elas se articulam politicamente de forma criativa e constroem outros projetos coletivos, em que possam

plenamente fazer parte enquanto sujeitas. Podemos encarar isso como parte dos "[movimentos sociais que] se transformaram bastante, realizaram deslocamentos em suas identidades e incorporaram outras dimensões do pensar e agir social" (GOHN, 2014, p. 70), inclusive através das intervenções artísticas políticas nos lugares públicos de disputa

O ato de ocupar as ruas, as redes sociais, os espaços políticos e inclusive os espaços institucionais do governo - como ministério da cultura, seja em cargos ou integrando projetos e iniciativas - demonstra como a arte e a cultura são mobilizadas como uma forma de conseguir comunicar conjuntamente e publicamente suas histórias, seus desejos e suas ideias de transformação. Dessa forma, cultura e arte são mobilizadas politicamente como formas múltiplas, criativas, abertas e coletivas de lutar por seus direitos humanos e de reivindicar a sua participação na Argentina.

Os coletivos de mulheres afro então se configuram também como novos lugares para criar e fortalecer formas de transparecer a potência política das mulheres negras e de seus corpos-territórios. O "corpo como o local e a causa de diferenças e hierarquias na sociedade" (OYEWUMI, 2021, p. 35) também se transforma numa chave para reconfigurar essas hierarquias em si. Em seus espaços políticos próprios, como o Coletivo Kukily, Negras (sí) y Marronas e TeMA, essas sujeitas políticas se afirmam a partir de si, entre si e pela troca e trabalho conjunto fazem e constroem, da maneira que querem e com suas próprias palavras e estratégias, um outro jeito de ser e participar do que faz a Argentina. Nesse esforço a arte, se conecta com a política e com a educação, e gera uma outra área de incidência, participação e transformação para as mulheres negras expressarem e exercerem sua potencialidade. Como disse Gladys: "veja, justamente eu dizia no outro dia, o potencial mais forte é o que temos na cultura e educação, de mulheres negras e afro em geral. A maioria das companheiras são artistas e/ou educadoras nos diferentes aspectos, não?"<sup>41</sup>.

Isso demonstra como as mulheres afro não estão se forçando a se adequarem em um padrão que lhes permita participar da sociedade argentina, mas sim elaborando suas próprias estratégias para que estejam criativa e multiplamente presentes e ativas nos espaços a partir de suas próprias potencialidades coletivas e construções políticas. Sua mobilização social é indissociável da busca por participação (GOHN, 2014). A partir então, desse encontro das mulheres afro entre si, da conformação de seus espaços a partir de si mesmas e de suas perspectivas, inclusive contemplando a diversidade de experiências, estratégias e históricos,

---

<sup>41</sup> Tradução livre, do original: "mira, justamente el otro día decía, lo potencial mas fuerte lo tenemos en lo de la cultura y educacion, de mujeres negras y afro en general. La mayoría de las compañeras son artistas y o educandas en los diferentes aspectos, no?"

se forma uma subjetividade radical, crítica, coletiva e política que move a atuação visando transformações fundamentais. O desejo de que o futuro seja diferente, e que cada vez mais as mulheres afro estejam reconhecidas em todos os âmbitos e lugares da Argentina é parte fundamental de sua identificação política. É isso que comunicam seus corpos-territórios, essa é a disputa que trazem nas ruas, é esse o desafio que se faz ao sistema moderno/colonial de gênero a fim de que sua luta por direitos humanos seja percebida enquanto dívida democrática e lacuna de justiça social do país.

Existe uma força muito significativa ao se juntar e aparecer no coletivo (BUTLER, 2019), especialmente quando se nega a existência dessas sujeitas como parte da história da Argentina. Bruna apontou como é importante que as mulheres afro estejam presentes, entre os feminismos e entre os movimentos afro, demarcando sua existência. Sobre as mulheres nas marchas feministas ela compartilhou: "Fazer-se visível na marcha, como uma coluna, como um grupo mesmo de mulheres afro, assim, sem ser uma outra pingada por aí". Esse é um ato de resistência e de reivindicar reconhecimento.

São os corpos-territórios que disputam as ruas e marcam os espaços públicos. São também esses corpos territórios que aparecem dessas novas formas inovadoras, potentes e positivas através das performances. Através da cultura, as mulheres afro usam e *ponen sus cuerpos* de forma artística, para transmitir uma mensagem coletiva e uma demanda política por mudanças. São "expressões culturais e artísticas como estratégias comunicativas dentro do amplo universo dos feminismos contemporâneos, e que se insere em um contexto mais amplo de expansão dos feminismos – nas ruas, na internet, na mídia." (SAVEEDRA, 2020, p.1). As mulheres afro na Argentina, especialmente as jovens como podemos ver no Coletivo Kukily, trazem com muita força essa outra forma de se manifestar e de participar.

A arte é o centro dessas outras estratégias. Através de suas performances e obras artísticas reúnem uma diversidade não só de perspectivas e experiências, mas também de práticas criativas. A partir da liberdade poética da cultura, conseguem traduzir sonhos, desejos e necessidades coletivas de uma outra forma, que também permita que elas se celebrem, se vejam e se construam para além do cansaço de ter que sempre estar em luta. Com as artes e cultura corporificadas e territorializadas nessas sujeitas e nos seus espaços de encontro, as experiências e vivências afro não se resumem somente a luta e a dor, mas também a potência inventiva e afetiva dos próprios lugares de acolhimento. As redes de apoio e comunidades que são forjadas pelo afeto (hooks, 2020), também se manifesta nessas construções criativas conjuntas. São "reapropriações de temas e estratégias caros ao feminismo, que passam a

conviver com novas formas de organização e práticas políticas" (FACCHINI; FRANÇA, 2011, p.21) pelas mãos da juventude.

A arte como estratégia política para transformar a sociedade na Argentina além de provocar novas formas de aparecer e de ocupar (BUTLER, 2019) se manifesta como uma estratégia ancestral de enfrentamento, de reconhecimento, de resistência e de comunidade. Fazem parte das formas criativas encontradas pela afrodescendência, inclusive as mulheres negras, para manterem suas comunidades, suas raízes e suas perspectivas frente o colonialismo, o racismo e o sexismo (LUGONES, 2020). Lina aponta de forma muito evidente e potente a relação que ela e o coletivo Kukily enxergam entre as produções artísticas e a política ao afirmar: "o trabalho artístico tem um caráter político porque também nos chamamos de afrofeministas, ehm, sim, é como isso, arte política, arte comunitária, arte ancestral também. Também levando em conta que não há uma separação entre arte e vida, então bem, são fazeres ancestrais, isso do criativo, como para nos encontrar, nos reunir, nos fazer política, ou seja, artísticos ou criativos".<sup>42</sup>

A arte e a cultura como parte dessas novas formas políticas de aparecer são um reforço da interseccionalidade, na medida que, pelas experiências demonstradas pelas mulheres afro na Argentina, são espaços em que não se negam as diferenças, mas se acolhem a diversidade existente entre os corpos-territórios e sujeitas políticas afrofeministas. Além de se acolher nessa diversidade, as performances e produções artísticas são formas de fazer comunicar entre si as múltiplas sujeitas, experiências e comunidades. Elas nos permitem nos comunicar de uma outra forma, mas também transmitir e transparecer os anseios, perspectivas e narrativas para o restante da sociedade nesses lugares. Lina traz como o trabalho do coletivo Kukily provoca um pouco disso: "nos movemos, ou cada uma faz isso de seus lugares". O importante é que a mobilização sempre vai em direção ao coletivo e ao que é para todas.

As manifestações artísticas e performáticas construídas e propostas por essas mulheres se conformam como uma outra maneira de mostrar para fora da comunidade, de maneira ampla, a que estão se dedicando as mulheres afro na Argentina. As histórias que querem contar, as narrativas que constroem e os sonhos de transformação que querem tornar realidade. Elas reivindicam sua existência e potência de criação no país, mas também através das fronteiras. Suas construções artísticas não somente atingem a Argentina, mas também

---

<sup>42</sup> Tradução livre do original: "el trabajo artístico tiene un carácter político porque también nos hacemos llamar afrofeministas, ehm, si que eso como es arte político, arte comunitario, arte ancestral también. como también tomando en cuenta como esta no separación del arte y de la vida, entonces como bueno son haceres ancestrales lo de lo creativo, como para encontrar, nos reunir, nos hacer políticas, o sea artísticos o creativos"

possuem um efeito maior de dizer para o resto do mundo: sim, existem pessoas negras na Argentina.

Esses discursos e mobilizações políticas que transcendem limites nacionais reforçam a relevância das conexões e de como podemos nos fortalecer e aprender umas com as outras na região. A partir dos diversos contextos políticos, sociais, econômicos e históricos de cada país, as mulheres afro desenvolvem mais uma ou outra estratégia política. Os espaços assumem suas próprias configurações e sentidos, mas em comum possuem a proposta coletiva de enfrentar o racismo e o sexismo, e promover justiça social com base na interseccionalidade. Com as mulheres afro na Argentina se fazendo presentes através da arte e da cultura podemos ver exemplos e lições de como construir, afetivamente e criativamente, outras formas de mobilização política que também nos permitam articular livremente e elaborar outros projetos de sociedade e de poder a partir de nossas perspectivas e ancestralidades como mulheres afrolatinoamericanas.

Lina compartilha que a ideia de Kukily e da arte como política é "que outras pessoas possam colaborar e trazer seus conhecimentos artísticos e ancestrais"<sup>43</sup>. Ou seja, a arte e a performance são um meio e uma estratégia para, de forma lúdica, fazer intervenções públicas e nas ruas para reforçar uma afirmação positiva conjunta de quem são as mulheres afro e o que querem para si e para suas comunidades na Argentina. São as novas formas de pensar e agir (GOHN, 2014). O que tiro disso tudo é que a mobilização intencionalmente política da cultura e da arte pelas mulheres afro, como um território a ser disputado e uma ferramenta para trazerem suas perspectivas, é uma maneira poética de visibilizar uma narrativa de luta política. Elas construíram uma outra forma de reivindicar o direito de aparecer, em que a criatividade dos corpos-territórios e a liberdade artísticas são o centro. É um esforço que reafirma o poder de ir e estar em vários lugares e, assim, conectá-los. É como remontar os pedaços da diáspora (WALKER, 2018). Só é possível se chegar a esse lugar combinando todas em sua diversidade. É uma grande manifestação de como a interseccionalidade pode ser convertida em prática política (COLLINS, 2015), inclusive através de uma luta política que envolva cada vez mais o acolhimento, o cuidado e o afeto como a base para se disputar os espaços públicos e de participação, mas também de criar comunidade (hooks, 2020).

A cultura se configura como uma disputa que para as mulheres afro tem um potencial gigantesco, inclusive por fortalecer as relações coletivas e com a própria ancestralidade afro. É claro que isso não substitui outras ações transversais em outras áreas para atender às

---

<sup>43</sup> Tradução livre, do original: "la estructura para que otras personas puedan colaborar y traer sus conocimientos artísticos y ancestrales"

diversas demandas, lacunas e necessidades das comunidades afro na Argentina. A própria Lina comenta que a "transversalização seja em todas as áreas e que seja com ações concretas"<sup>44</sup>. Ou seja, não é somente dar visibilidade na área cultural e artísticas para as mulheres afro, mas que sua presença, participação e narrativa estejam também transversalizadas de forma concreta em todos os outros espaços e áreas que considerem relevantes.

Como comentei anteriormente, existe um papel importante no reconhecimento e no encontro mútuo para fortalecer a identidade coletiva e dar mais volume às lutas e demandas coletivas por justiça social e direitos humanos. A própria presença pública com as performances contribui para essa construção de uma outra narrativa sobre a afroargentinidade, que dê o devido valor e reconhecimento para as contribuições e participação das mulheres afro, contudo, isso não é tudo. As ações devem ser - e, de fato, são - feitas em conjunto, de forma complementar.

A arte e as performances se mostraram como uma possibilidade de refundar os padrões e estratégias que usamos para buscar participar. Resumem e transparecem novas formas de se manifestar, de aparecer, de construir política, mas também de se conectar, de fazer comunidades e de agir a partir do coletivo. Com a pesquisa de campo a entrevista com o coletivo Kukily percebo as artes e as performances como uma mobilização política e de transformação social que se faz a partir de um lugar mais amistoso e baseado no afeto. Ou seja, é uma que se faz com uma ética amorosa e em comunidade (hooks, 2020), que tenta se desvencilhar dos processos duros que por vezes permeiam o ativismo e exaurem os corpos e espíritos das mulheres afro.

As performances e manifestações artísticas permitem nossa articulação de forma mais inovadora e múltipla. Se abre um espaço maior para explorar as nossas diversidades e aumenta a potencialidade de nos construirmos politicamente para além do que já está dado pelo sistema moderno colonial de gênero que é racista e sexista. É uma forma diferente e radical de desafiar as estruturas que estão postas, afirmando que podemos construir projetos políticos de sociedade a partir de outros lugares, inclusive com base na nossa criatividade, no nosso encontro e em nosso afeto. É a potência feminista de mover-se pelo desejo (GAGO, 2020).

Lina me disse: "e nós, como novas ondas, temos trazido também essas propostas que dizia, para que desfrute do encontro, de que também pode ser uma festa, e que seja de nós,

---

<sup>44</sup> Tradução livre, do original: "la transversalización sea en todas las areas, y que sea con acciones concretas"



para nós"<sup>45</sup>. Julia complementou: "e o cuidado também. Como, existe algo nessas performances que fazemos juntas, convidamos outras companheiras, de recebê-las, de acolhê-las também, de arranjarmos, não sei, como uma comida para o ensaio, ehm, de reconhecer que a pessoa se abriu com algo dela, e inclusive com um abraço e coisas assim"<sup>46</sup>. E Lina ainda fechou dizendo: "e o lugar de fala que propomos é afetivo também. Se pode compartilhar qualquer coisa, não tem que ser sua vivência ou dor de ser uma pessoa negra, mas pode ser uma canção, ou então como é cavar mais nessas atividades a humanidade, que somos pessoas e mais nada. E a riqueza de ser assim"<sup>47</sup>.

Tudo isso me tocou muito enquanto uma jovem feminista afrolatinoamericana, que sonha em construir mobilizações políticas com base no afeto e no cuidado. Foi reconfortante entender que essa busca por outras possibilidades é algo que compartilhamos na região, que podemos aprender umas com as outras e construir de forma conjunta. Já existe um começo e basta olharmos para os lados para ver que os espaços que construímos e tudo o que reivindicamos tem crescido e mostrado cada vez mais sua potência. O racismo e o protagonismo das mulheres negras em seu enfrentamento e na construção de novas soluções políticas interseccionais partindo de nós mesmas é uma realidade. Podemos nós mesmas buscar nos conhecer, nos encontrar e nos articular para incrementar e conectar cada vez mais nossos corpos-territórios, nossas estratégias e potencialidades pela América Latina.

Ainda há um longo caminho a frente, não somente para as mulheres afro na Argentina mas também na região. Contudo temos nossas estratégias, caminhos, trocas e fortalecimentos para nos movimentarmos em direção a uma América Latina que seja toda feminista e antirracista, inclusive com as juventudes estando cada vez mais presentes também com novas propostas de como podemos desafiar o que está posto sem deixar de nos cuidarmos, nos acolhermos e nos encontramos em espaços que possamos nos dar amor, afeto e reconhecimento. Isso é o que fortalece para seguir nessas lutas que são, de fato, um projeto de vida.

---

<sup>45</sup> Tradução livre do original: "y nosotres, como nuevas ollas, hemos traído también como estas propuestas que decías, como te disfrutes del encuentro, de que también pueda ser una fiesta y que sea de nosotres, para nosotres".

<sup>46</sup> Tradução livre do original: "y el cuidado también. Como hay algo de esas performances que hacemos juntas, lo invitamos a otras compañeras, de recibir las, de como contenerlas también, de armarnos, no sé, una comida para el ensayo, ehm, de como reconocer que la persona se abrió y algo de ella, y incluso como un abrazo, como cosas así."

<sup>47</sup> Tradução livre do original: "Y el lugar de habla que proponemos es afectivo también. Puede compartir cualquier cosa, no tiene que ser su vivencia o dolor de ser una persona negra, si no puede cantar una canción, si no, como es cavar más en estas actividades la humanidad que somos personas y nada. Y como la riqueza de ser eso"

## **5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS: A AMÉRICA LATINA SERÁ TODA FEMINISTA E ANTIRRACISTA?**

Realmente, nós temos um longo caminho pela frente. Há muito o que ser feito, conquistado, transformado e desejado para vermos os direitos humanos das mulheres negras na América Latina realizados. As lutas que levamos hoje e que vamos construir no amanhã, são também fruto das lutas que outras, nossas mais velhas, fizeram antes de nós. Os desafios e exclusões impostos às mulheres negras em um sistema moderno colonial de gênero são inúmeros. O sexismo e o racismo são também legados históricos de processos coloniais violentos de invasão e conquista. Infelizmente fazem parte das bases sob as quais nossas sociedades se estruturam. É justamente por isso que a transformação dessa realidade é uma mudança radical, que propõe outras raízes e outras bases para nossas relações sociais e construções políticas, outros projetos de poder que são também outros projetos para os quais doamos nossa vida quando *ponemos el cuerpo*.

Essa busca por outros projetos de sociedade, em que possamos participar plenamente como mulheres negras é parte do que motivou minha pesquisa. Afinal de contas, esse não é somente algo que se imagina para o futuro, mas uma realidade que se busca construir continuamente a partir do hoje pelas mulheres afro na América Latina. O problema central da presente pesquisa era entender melhor como as mulheres negras na Argentina estão se mobilizando e buscando sua participação, explorando as estratégias utilizadas e a articulação em seus próprios coletivos. Então, considerando o contexto argentino, a problemática investigada girava em torno de como essas mulheres negras se encontram coletivamente na Argentina para lutar por seus direitos humanos e reivindicar seus espaços e devida participação na sociedade argentina.

A partir da análise documental e da pesquisa de campo pude cumprir com os objetivos específicos delineados, inclusive conhecer melhor as articulações entre mulheres negras na Argentina a partir de suas próprias histórias e trajetórias, além de compreender como se dá sua busca por visibilidade e participação em meio a sociedade argentina. Contudo, foi possível ir muito além do que previamente planejado também. Associando a análise documental e revisão bibliográfica com as entrevistas e observação participante feitas na pesquisa de campo, pude perceber que mesmo entre as peculiaridades de cada país, as experiências vividas das mulheres negras e suas lutas por direitos e participação se encontram e se fortalecem entre os países da América Latina. Isso reforçou o que acredito ser uma das

principais contribuições desta pesquisa: nos permitir conhecer outras realidades na nossa região, e a partir delas buscar inspiração e sinergias para fortalecermos e reinventarmos nossas lutas, encontros e comunidades.

Teoricamente, esse trabalho foi baseado principalmente em perspectivas feministas negras e latinoamericanas, além da perspectiva crítica de direitos humanos e a colonialidade de gênero. Vale também mencionar que as teorias dos novos movimentos sociais foram um importante ponto de partida para as análises feitas nessa dissertação, focando especialmente em movimentos de mulheres, de pessoas negras e dissidências sexuais. A partir dos achados empíricos, certas perspectivas teóricas e conceitos começaram a aparecer com mais ênfase e tornaram-se o centro da pesquisa.

Primeiramente é importante reconhecer a influência e a importância que os movimentos e espaços de encontro feministas argentinos tiveram para as mulheres negras que formaram os coletivos que foram foco na pesquisa. Como já imaginava pela visibilidade das lutas dos feminismos argentinos no país e na América Latina, elas tiveram um grande impacto na formação dos coletivos de mulheres negras na Argentina. Além do Encontro Feminista de Rosário, em 2016, ter sido um grande catalisador para os coletivos próprios de mulheres negras, foi possível perceber que ainda existe uma grande interlocução com os espaços feministas, e a própria história das *Madres de la Plaza de Mayo* e as mobilizações durante a *Marea Verde*.

Sendo assim, diversos elementos muito presentes nas mobilizações feministas argentinas podem também ser vistas como importantes para as feministas negras, evidentemente com um sentido revisitado a partir dos efeitos de raça. A estratégia de *poner el cuerpo*, por exemplo, é muito mobilizada e apropriada também por essas sujeitas. Adicionando a isso suas existências como mulheres racializadas em um país fundado na branquitude, seus corpos vão além da luta feminista e trazem consigo uma outra territorialidade. Essa territorialidade é baseada na diáspora negra atlântica, no encontro entre sujeitas negras que criam comunidades de resistência em processos de acolhimento e aquilombamento. Isso quer dizer que seus corpos-territórios mobilizam novos significados e lutas ao aparecerem e buscarem participar em uma sociedade que constantemente as invisibiliza e apaga.

Os coletivos de mulheres afro estudados e as sujeitas entrevistadas demonstraram que seus corpos-territórios são de fato um elementantíssimo na sua atuação política. Elas trazem essas corporalidades e essas territorialidades para os espaços públicos, para as ruas, buscando quebrar a invisibilidade que a comunidade afro tem no país e reconstruir a memória

de sua participação e contribuição para a sociedade argentina. A luta pelo direito de aparecer das mulheres afro não diz respeito somente a elas, enquanto mulheres negras, mas é sobre toda a comunidade afro do país.

As mulheres afro se mostram como as protagonistas e lideranças no movimento de retomada da história e contribuição afro para a formação da Argentina, com especial ênfase na retomada e reapropriação de Maria Remedios del Valle. A figura da *madre de la patria* tem se tornado o grande exemplo da potência feminista negra na Argentina, e as ativistas passaram a contar elas mesmas a narrativa e a história dessa grande mulher negra como forma de remontar e reforçar sua centralidade e demandar sua participação ativa na sociedade.

Esse é um processo lento e construído a partir do encontro e da coletividade, assim como todas as outras estratégias e atuações feitas pelas mulheres afro no país. Ao reivindicarem as ruas, os espaços públicos, as políticas institucionais, e a memória coletiva, as mulheres afro trazem à tona seu lugar social e as perspectivas feministas dele derivadas para o centro de uma outra proposta de sociedade. Com a participação dessas sujeitas é construída, na prática, uma perspectiva crítica de direitos humanos - focada naquelas que foram historicamente excluídas, apagadas e invisibilizadas por um sistema moderno/colonial de gênero.

Considerando todo esse contexto, a pesquisa de campo me permitiu entender com mais profundidade e identificar três formas de luta por participação que mais me chamaram atenção na atuação coletiva das mulheres afro. Como em outros lugares, inclusive no Brasil, a participação institucional é alvo dessa mobilização coletiva, especialmente pelas ativistas mais velhas e através de demandas por reconhecimento no censo demográfico. Ter dados oficiais, de abrangência nacional e confiáveis, é um dos primeiros passos para fortalecer as demandas por políticas públicas focalizadas e para seguir questionando o mito da ausência negra na Argentina.

Esse mito é reforçado também por uma falta de reconhecimento da memória negra viva que está entre as ruas e a história da Argentina. O que evidencia uma outra importante disputa das mulheres afro no país: seu lugar e da população afro na memória coletiva. Essa busca pelo devido reconhecimento na memória coletiva é uma dívida da democracia argentina com sua população negra. É uma necessidade na busca por justiça social, e diz respeito não somente à visibilidade da *madre de la patria*, mas também aos outros pedaços de memória afro em Buenos Aires - seja com monumentos, legados na cultura e na arte, com placas ou grafites nas ruas.

Essa arte nas ruas e espaços públicos traz à tona a terceira forma de participação que mais me instigou e chamou a atenção: a mobilização da arte e cultura como nova forma de fazer política, disputar as ruas e lutar pelo direito de aparecer. Essa estratégia envolve não só intervenções artísticas que disputam o uso e o aparecimento nos espaços públicos, mas também permitem que as lutas e ativismos sejam expressados de novas formas. Me chamou muita atenção a dimensão da construção coletiva, do acolhimento e da criação de laços de afeto e comunidade que estão envolvidos nessa mobilização política da cultura.

Com essas considerações finais, volto a enfatizar que a principal contribuição que vejo nessa pesquisa é dar visibilidade para as lutas das mulheres afro na Argentina para além do país. A partir de suas histórias e mobilizações coletivas, essas sujeitas políticas me ensinaram e mostraram novas perspectivas e formas através das quais é possível construir enfrentamentos fundamentais do sistema moderno/colonial de gênero, e portanto, do sexismo, racismo e cisheteronormatividade que ainda são as bases das instituições e sociedades pela América Latina.

Com a experiência vivida, e progressivamente construída pelas mulheres afro na Argentina é possível tirarmos lições sobre um bom *poner el cuerpo*. Ou seja, formas de mobilizar nossos corpos-territórios para a luta valorizando as alianças entre as várias estratégias e focos de atuação, conciliando diferenças nas múltiplas frentes que precisamos atuar ao invés de competir entre o que deveria ser mais importante. É mobilizado um raciocínio colaborativo e de compartilhamento, ao invés da escassez e individualismo que o neoliberalismo tenta impor como regra.

Além disso, elas também enfatizam o diálogo intergeracional e o trazem como potência. Isso é essencial para seguirmos a tradição de um começo-meio-começo, constantemente nos reinventando. E especialmente construindo isso coletivamente, através do afeto, acolhimento e de laços de comunidade. Essas seriam primeiras lições que vejo possível de aprender para construirmos redes e alianças através das fronteiras, a fim de fortalecer mutuamente as lutas antirracistas e antisexistas pela América Latina, a partir de nós mesmas: de nossas perspectivas, de nossas histórias, de nossas experiências e de nossos corpos-territórios.

Essa dissertação foi um exercício para olharmos além, e mergulharmos na disposição de aprender mutuamente. Espero ter mostrado que existe uma potência muito fundamental em como as mulheres afro se organizam e buscam participar na sociedade argentina que pode servir de inspiração para incrementar nosso desejo por transformação. Os nossos lugares, esses que construímos e compartilhamos, aqueles em que nos acolhemos e em que fui

acolhida na Argentina, traduzem na prática o que desenvolvemos na teoria e o que reivindicamos e lutamos como sujeitas. Nossas estratégias, debates, propostas e caminhos possíveis encontram sua prática política em nossos coletivos e em nosso encontro. Temos que fazer esses lugares visíveis para seguir provocando mudanças e instigando reflexões críticas, inclusive considerando gênero e raça como fundamentais para termos debates devidamente complexos e reais sobre as lutas por direitos humanos na América Latina.

A resistência e persistência de mulheres afro como agentes de mudança vem de muito longe, inclusive em países em que se trata de apagar sistematicamente sua potência política como parte da sociedade, que é o caso da Argentina. Aqui estudei coletivos diferentes, com gerações diferentes, com estratégias de articulação e atuação distintas, mas que todas convergem para o mesmo lugar: construir espaços de acolhimento e fortalecimento para as mulheres afro no país. E a partir disso, conjuntamente se constroem como uma potência política que gera novas possibilidades de organização e participação a partir de si mesmas, de seus referenciais e em complementaridade.

Não estamos sozinhas para lidar com os desafios de ser mulheres negras em sociedades racistas e machistas, e não precisamos enfrentar o mundo e lutar por mudanças sós. Nossa força não é necessariamente sermos individualmente potentes, mas o que temos de mais potente é o encontro e a coletividade. Assim, finalizo esse trabalho trazendo a potência feminista, de Verônica Gago, em que ela diz que "a potência feminista é capacidade desejante. Isso implica que o desejo não é o contrário do possível, mas a força que impulsiona o que é percebido coletivamente e em cada corpo como possível" (GAGO, 2020, p. 11). Sermos movidas pelos desejos é "esse movimento [que] é intelecto coletivo e expressão multitudinária de uma investigação em marcha, com seus momentos de agitação e recuo, com seus ritmos e intensidades variáveis" (GAGO, 2020, p.10). Vale dizer que a autora também acrescenta que essa potência "nunca existe desapegada de seu lugar de enraizamento, do corpo que a contém" (GAGO, 2020, p.11).

Ou seja, as mulheres afro na Argentina e na América Latina podem ser vistos como os corpos que enraizam a potência feminista e o desejo de uma América Latina toda feminista e antirracista. E esse enraizamento se dá em seus corpos-territórios, que reivindicam uma ancestralidade e tradição que vem de longe e que resistiu ao longo dos anos ao sequestro, desumanização e às violências das sociedades coloniais e da colonialidade. Isso aponta em direção a um desejo e potência de mudança que transforma em realidade uma concepção crítica de direitos humanos na América Latina. Levando em conta gênero e raça de forma fundamental para construir as lutas, inclusive por democracia e justiça social.

Nós somos a potência feminista e antirracista, as mulheres afro na Argentina são a potência feminista e antirracista, e em conjunto, podemos nos mover pelo desejo de uma América Latina toda feminista e antirracista. Pela frente, temos o desafio de seguir buscando nossos compartilhamentos, o que podemos oferecer umas às outras pela região latinoamericana. Mas também como podemos, de fato, construir e efetivar na prática essas redes de fortalecimento mútuo considerando nossas diferenças como potências criativas e não como obstáculos para a coletividade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGATA DA ROCHA, Aisha Sayuri. *Relações Internacionais: um conhecimento racializado*. 2018.
- AGATA DA ROCHA, Aisha Sayuri; NOGUEIRA CHAVES, Marjorie. Osiris e Ísis: o movimento de afrodescendentes na América Latina e a contribuição das mulheres afrolatinoamericanas. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 14, n. 39, p. 546-575, maio 2022. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1285>>
- AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Letramento, Belo Horizonte, 2018.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, N. 76, pp. 49-86, 2009.
- ALVAREZ, Sonia E. Construindo uma política feminista translocal da tradução. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 17(3): 312, setembro-dezembro 2009
- ALVAREZ, Sonia E.; FRIEDMAN, Elisabeth Jay; BECKMAN, Ericka; BLACKWELL, Maylei; CHINCHILLA, Norma Stoltz; LEBON, Nathalie; NAVARRO, Marysa; TOBAR, Marcela Ríos. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. *Revista Estudos Feministas*, [S.L.], v. 11, n. 2, p. 541-575, dez. 2003. FapUNIFESP (SciELO).
- ALVES, Alê. Angela Davis: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. *El País*, Salvador, 27 de julho de 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503\\_610956.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html)
- BALLESTRIN, Luciana. Feminismo De(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano. *Revista Estudos Feministas*, [S.L.], v. 28, n. 3, p. 1-15, jul. 2020. FapUNIFESP (SciELO).
- BATISTA, Lisset González; BRAZ, Denise Luciana de Fátima. Cuando el color no basta: etnicidad nacional y afrofeminismos en Buenos Aires. *Rev. Humanidades & Educação*, Imperatriz, vol. 2, nº 2, pp-85-97, jan-jun 2020.
- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, 148 p.
- BISPO DOS SANTOS, Antônio. As fronteiras entre o saber orgânico e o saber sintético. p. 23-36. In: OLIVA, Anderson Ribeiro; CHAVES, Marjorie Nogueira; FILICE, Renisia Cristina Garcia; DO NASCIMENTO, wanderson flor (org). *Tecendo Redes Antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal*. Autêntica Editora, 1ª ed., Belo Horizonte, 2019.
- BOUZO, Daiana Mailén. *Hacia una nueva forma de intervención democrática en políticas públicas: el debate por la legalización del aborto en Argentina*. 2020. 130f. Dissertação (Mestrado). Depto. De Derecho Público y Privado Especial, Universidad de Jaén, Espanha, 2020. Disponível em: &lt; <http://tauja.ujaen.es/handle/10953.1/13638>&gt;
- BREPE, Francisco Augusto. Capitana Remedios del Valle: Concurrencias y divergencias en los procesos reivindicativos en torno a la figura de la madre de la patria. *Temas de Mujeres - Revista del CEHIM*, n. 16, pp. 04-22, 2020.
- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Traduzido por Fernanda Siqueira Miguens e revisado por Carla Rodrigues. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. 266p.
- CARDOSO, Claudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Revistas Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 22, nº 3, set-dez 2014, p.965-986.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Hollanda, Heloísa Buarque (org). *Pensamento feminista - conceitos fundamentais*, Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019
- CEPAL - COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE. *Mulheres*



*Afrodescendentes na América Latina e Caribe*. Publicação das Nações Unidas, Santiago, 2018.

CEPAL - COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE. *Afrodescendentes e a matriz da desigualdade social na América Latina: desafios para a inclusão*. Síntese, Documentos de Projetos (LC/TS.2021/26), Santiago, 2021. Publicação das Nações Unidas, Santiago, 2021. Disponível em: [http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46872/S2000930\\_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46872/S2000930_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality's definitional dilemmas. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, n. 41, p.1-20, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 31, n. 1, pp. 99-127, jan-abr 2016.

COSTA, Daniela Lima. *Corpos territoriais: reflexões sobre nacionalidade, território e diáspora*. 2017. Disponível em: <https://lacriunb.wordpress.com/2018/03/29/corpos-territoriais-reflexoes-sobre-nacionalidade-territorio-e-diaspora/>.

CRENSHAW, Kimberle. *Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004. p.7-16.

CUCHIVAGUE, Karen Ortiz. Las Madres de la Plaza de Mayo y su legado por la defensa de los derechos humanos. *Trabajo Social*, n. 14, pp. 165-177, jan-dez 2012

CURIEL, Ochy. *Las mujeres afrodescendientes de america latina y caribe - de la victimizacion y del multiculturalismo ingenuo a la construccion de sujetas politicas*. AECID, ago 2008.

CURIEL, Ochy. Entrevista cedida a Cejas, Mónica. Andamios. *Revista de Investigación Social*, vol. 8, núm. 17, septiembre-diciembre, 2011, pp. 181-197 Universidad Autónoma de la Ciudad de México Distrito Federal, México

DA SILVA, Joselina. Corpos nas ruas no 8M (2019): Afro peruanas, Afro argentinas e Afro brasileiras em movimento. *Revista Zona Franca*. Revista del Centro de estudios Interdisciplinario sobre las Mujeres, y de la Maestría poder y sociedad desde la problemática de Género, N°27, 2019 pp.288-309. Disponível em: <http://zonafranca.unr.edu.ar/index.php/ZonaFranca>

DO NASCIMENTO, Abdias; et al. *O quilombismo : documentos de uma militância pan-africanista*. Rio De Janeiro, Brazil: Ipeafro ; São Paulo, Sp, Brasil, 2019.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. Apresentação - Dossiê Feminismos Jovens. *Cadernos Pagu*, n. 36, p. 9–24, jun. 2011.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FLORES, Herrera Joaquín. *La reinvencción de los derechos humanos*. Atrapasueños, Andalucía, 2008.

FLORES, Guadalupe Viñela; SHABEL, Paula Nurit; EZQUERRA, María Belén. Lo que el Encuentro Plurinacional de 2019 nos dejó. pp. 50-56. Cuadernos Marxistas, nº 20, nov-dez 2020. Disponível em: <http://www.elcefma.com.ar/category/cuadernos-marxistas/>;

GAGO, Verónica. *A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo*. Traduzido por Igor Peres. 1 ed. São Paulo: Ed. Elefante, 2020. 318 p.

GHIDOLI, María de Lourdes. Los múltiples rostros de la Madre de la Patria: Retratos de María Remedios del Valle, una heroína afrodescendiente en la Argentina contemporánea. *Caiana*, n. 16, p.32-49, jan-jul 2020.

GOHN, Maria da Gloria. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. 166 p.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Ciências Sociais Hoje*, Brasília, ANPOCS, n. 2, p. 223-244, 1983.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, nº. 92/93, Rio de Janeiro, jan./jun.1988.

GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar, 2020, 375 pp.

hooks, bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo: Elefante, 2020. 272 p. Tradução de: Stephanie Borges.

IELA - INSTITUTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS. *Juana Azurduy, generala e mariscal*. 23 de julho de 2015. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/juana-azurduy-general-a-e-mariscal/>

INADI - INSTITUTO NACIONAL CONTRA LA DISCRIMINACIÓN, LA XENOFOBIA Y EL RACISMO. *Argentina también es afro*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, s/a.

INDEC - INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS Y CENSOS. *Índices de Preços ao Consumidor - Informes técnicos*, vol.7, no. 114, jun 2023. Disponível em: [https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/ipc\\_06\\_2333B45061A5.pdf](https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/ipc_06_2333B45061A5.pdf)

INDEC – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS. *Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2012. Disponível em: [https://www.indec.gob.ar/ftp/cuadros/poblacion/censo2010\\_tomo1.pdf](https://www.indec.gob.ar/ftp/cuadros/poblacion/censo2010_tomo1.pdf)

KECK, Margaret; SIKKINK, Kahtryn. *Activistis Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics*. Cornwell University Press, 1998.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios do racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAMAS, Marta. El aborto en la agenda del desarrollo en América Latina. *Perfiles latinoamericanos*, vol. 16, nº 31, pp 65-93, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0188-76532008000100004](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-76532008000100004)

LUGONES, Maria. Colonialidade e Gênero. In Heloísa Buarque de Hollanda (org.). *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. 384p

MARTINS, Ana Paula Antunes. *Corporificação e visões de mundo na política feminista e de mulheres na contemporaneidade: diálogos, imagens e discursos sobre marchas de mulheres em Brasília (2012-2017)*. 2018, 276 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MITROVICH, Valentia. *María Remedios del Valle, la capitana de la patria*. Nov. 2020. Disponível em: [https://casadelaindependencia.cultura.gob.ar/media/uploads/site-16/multimedia/maria\\_remedios\\_del\\_valle\\_mitrovich\\_nov\\_2020.pdf](https://casadelaindependencia.cultura.gob.ar/media/uploads/site-16/multimedia/maria_remedios_del_valle_mitrovich_nov_2020.pdf)

MOLINA, Lucía Dominga; LÓPEZ, Mario Luis. Contribuições africanas e afrodescendentes à identidade nacional argentina: uma visão afrogênica, p.107-162. In: WALKER, Sheila S. (org). *Conhecimento desde dentro: os afro-sul-americanos falam de seus povos e suas histórias*. Traduzido por Viviane Conceição Antunes. 1ª ed. Rio de Janeiro: Kitabu, 2018. 648 p.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. SP: Instituto Kuanza, 2006, p. 117-125

ÔRI. Direção: Raquel Gerber. Roteiro: Beatriz Nascimento, Raquel Gerber. Brasil: [s. n.], 1989.

- ORSI, Guillermo Omar. Não há negros na Argentina: o mito da homogeneidade racial argentina. *Simbiótica*, v. 9, n.2, maio-ago 2022.
- OYEWUMI, Oyeronke. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Traduzido por wanderson flor do nascimento. 1ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. 323 p.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.
- RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. Imprensa Oficial, São Paulo, 2006.
- REIS, Marilise Luiza Martins dos. ‘VOZES E POLÍTICAS DA DIÁSPORA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE: a Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora como movimiento transnacional afrodiaspórico’. *Revista Brasileira do Caribe* (2011). <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rbrascaribe/article/view/661>
- MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução . Niterói: EDUFF, 2004.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, 158p.
- REYNALDO, Renata Guimarães. Feminismo transnacional e interseccionalidade: um caminho para a globalização contra-hegemônica. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10*, Anais Eletrônicos. Florianópolis, 2013. Disponível em: <[http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1386623820\\_ARQUIVO\\_RenataGuimaraesReynaldo.pdf](http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1386623820_ARQUIVO_RenataGuimaraesReynaldo.pdf)>
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala*. 1ed. Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p.
- RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 16, n.3, p.987-1004, set-dez 2008.
- SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (Orgs). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. São Paulo: Autêntica, 2021.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção intercultural dos direitos humanos. In: *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*, p. 401-435, 2006.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174 p.
- SAAVEDRA, Renata Franco. Novos feminismos? Conexões e conflitos intergeracionais entre feministas. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 3, 2020.
- SEGATO, Rita. *Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda*. Traduzido por Danielli Jatobá; Danú Gontijo. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021, 345 p.
- SUTTON, Barbara. Poner el Cuerpo: Women’s Embodiment and Political Resistance in Argentina. *Latin American Politics and Society*, v. 49, n. 03, p. 129–162, 2007.
- SUTTON, Barbara. Contesting Racism: Democratic Citizenship, Human Rights, and Antiracist Politics in Argentina. *Latin American Perspectives*, v. 35, n. 6, p. 106–121, 2008.
- THOMPSON, Debra. Through, against and beyond the racial state: the transnational stratum of race. *Journal Cambridge Review of International Affairs*, vol. 26, iss. 1, 2013
- TROCHE, Abril; VARGAS, Andrea Gomez. Mujeres afroargentinas, afrodescendientes y de la diáspora africana: luchas y resistencias en la Argentina del siglo XXI. *XIII Jornadas de*

*Sociología*, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, pp.1-16, 2019.  
Disponível em: < <https://www.aacademica.org/000-023/9>>

VILLARRUETA, Susana. Mujeres afroargentinas: consideraciones sobre la intersección entre raza/etnia, género y clase. *Revista Temas de Mujeres*, vol. 10, nº 10, pp. 73-92, 2014.

Disponível em: <http://ojs.filo.unt.edu.ar/index.php/temasdemujeres/article/view/81/81>

WALKER, Sheila S. Introdução: Recolocando os pedaços de Osíris/Recompondo o quebra-cabeça A diáspora africana na América do Sul hispanofalante. p. 13-84. In: WALKER, Sheila S. (org). *Conhecimento desde dentro: os afro-sul-americanos falam de seus povos e suas histórias*. Tradução: Viviane Conceição Antunes. Kitabu, 1ª ed., Rio de Janeiro, 2018

WERNECK, Jurema. De Ialodês e Feministas: Reflexões sobre a ação política das mulheres negras na América Latina e Caribe. *Nouvelle Questions Féministes – Revue Internationale Francophone*, vol. 24, n. 2, 2005.